

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO EM GESTÃO EMPRESARIAL**

**PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E EMPREENDEDORISMO:
O caso do Estaleiro-Escola de São Luís – MA.**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA E DE EMPRESAS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

PAULO DE TÁRCIO CASTRO NOGUEIRA

Rio de Janeiro - 2010

PAULO DE TÁRCIO CASTRO NOGUEIRA

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E EMPREENDEDORISMO:
O caso do Estaleiro-Escola de São Luís – Ma.

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA E DE EMPRESAS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Orientador: Prof. Dr. Francisco Marcelo Barone

Rio de Janeiro - 2010

Nogueira, Paulo de Tárccio Castro

Patrimônio cultural imaterial e empreendedorismo: o caso do Estaleiro-Escola de São Luís – MA. / Paulo de Tárccio Castro Nogueira. – 2010.

139 f.

Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas.

Orientador: Francisco Marcelo Barone.

Inclui bibliografia.

1. Cultura maranhense. 2. Desenvolvimento social e econômico. 3. Empreendedorismo. I. Barone, Francisco Marcelo. II. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. III. Título.

CDU 008:316.42(812.1)

À memória de meus pais, Vilmar Nogueira Osterne e Alice de Castro Nogueira.

A minha mulher Vânia e meus filhos Davi, Carol e Paulo Geovanni, pela alegria que me proporcionam e pelos momentos que lhes tomei para esta realização.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que dá a vida e harmoniza o universo;

À minha família pelo estímulo e pela compreensão, quando me distanciei para estudar e trabalhar;

À Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, pela oportunidade para vivenciar mais uma viagem em busca do crescimento profissional.

Aos professores da Fundação Getulio Vargas, por abrir novas perspectivas acadêmicas no campo da educação superior;

Ao professor Francisco Marcelo Barone, pela paciência e orientação para o desenvolvimento deste trabalho;

Aos colegas do curso de mestrado, pelas amizades construídas e estímulo nos momentos em que os desafios se afiguravam maior;

A todos os funcionários do Centro Vocacional Estaleiro-Escola, pela demonstração de amizade, presteza e respeito durante todo o período de convivência para realização deste trabalho.

Ao professor Luiz Phelipe Andrés, que conheci no Amazontech, em novembro de 2008, puxado pelo meu filho mais novo, Paulo Geovanni, interessado em conhecer uma embarcação em exposição, de nome *Estandarte*, uma especial manifestação de apreço por todas as facilidades para realização deste trabalho, pois sempre se manteve à minha disposição para aprofundamento das questões relativas ao CVT Estaleiro-Escola.

Por último, um agradecimento todo especial, com votos de sucesso, à primeira turma do Curso Técnico de Nível Médio em Construção de Embarcações Artesanais Maranhenses, pela colaboração para tornar esse trabalho uma realidade. Os dezessete alunos pioneiros são: Ademar de Castro Pereira Filho, Ailton de Jesus Pereira Freitas, Danielle Cristina Pinheiro Soares, Edilene Paiva Muniz, Fabiana Costa Nabate, Gledson da Silva Piedade, Gleybson Rodrigues Lopes, Hubaldo Oliveira Pereira, Jayron Pereira da Conceição, Josenildes Moreira Souza, Laerte Garcez Monroe, Maciel Araújo Nascimento, Marco Antônio Barros Serra, Marcos da Silva e Silva, Maria Jezibel P. do Nascimento, Ricardo Correa Melo e Sérgio Pacheco da Silva.

“Escolhe um autor como escolhes um amigo”.

Wentworth Dillan Roscommon

“O direito ao crédito deveria ser o primeiro dos direitos humanos, porque ele estabelece os outros direitos”.

Muhammad Yunus

“A capacidade de resolver problemas com o mínimo de recursos materiais é o que caracteriza uma técnica eficiente. Um carpinteiro naval do Maranhão é capaz de construir um equipamento sofisticado como uma canoa em que se aplicam princípios avançados da física com o mínimo de instrumentos e utilizando-se apenas de matérias primas que estão ao seu alcance”.

CVT Estaleiro-Escola de São Luís-MA

RESUMO

Esta pesquisa analisa a importância do CVT Estaleiro-Escola para a preservação da cultura da construção artesanal de barcos de madeira e para o desenvolvimento das comunidades ligadas a esse tipo de empreendimento, nas cidades de São Luís e São José de Ribamar, no Estado do Maranhão. Com base no referencial teórico, este estudo de caso apresenta vários sentidos que o termo cultura assumiu ao longo da sua evolução, destaca o papel da cultura para o homem, como elemento facilitador de sua adaptação ao meio, investiga diversas definições de cultura e ressalta o crescimento da tomada de consciência pela sociedade, em tempos de globalização, principalmente com relação ao zelo pelo patrimônio cultural imaterial. O ensino do empreendedorismo e seu papel para o desenvolvimento da atividade econômica são objetos de investigação, haja vista que o CVT Estaleiro-Escola tem como propósito preservar técnicas tradicionais ao mesmo tempo que prepara jovens para o mercado de trabalho procurando desenvolver comportamentos empreendedores. As evidências coletadas na pesquisa demonstram a importância do CVT Estaleiro-Escola para as comunidades interessadas na construção de embarcações podendo-se citar alunos, construtores navais, carpinteiros navais e pescadores, entre outros.

Palavras-chave: Cultura. Preservação. Patrimônio cultural imaterial. Barcos de madeira. Empreendedorismo.

ABSTRACT

This research examines the importance of a Technological and Vocational Center of a Shipyard School for the preservation of the wooden boats craft construction culture and for the development of the communities linked to this kind of enterprise, in São Luís and São José de Ribamar Cities both located in the State of Maranhao. Based on the theoretical referential system, the project shows the different and several senses that the culture term took over during its evolution. It also highlights the culture aspects for the involved people, as the facilitator component for its environment adaptation, investigates the different definitions for culture, and emphasizes the growth in the society awareness in times of globalization, especially people's care about immaterial culture inheritance. The enterprise teaching aspects and its role for the economical activity development are object of investigation, considering that the Technological and Vocational Center of a Shipyard School has the purpose of preserving the traditional techniques and simultaneously preparing the youth for the word market, trying to develop undertaking behaviors. The evidences collected during the research proved the importance of the Technological and Vocational Center of a Shipyard School for the communities involved in wooden boats' construction for students, naval builders, naval carpenters and fishermen, among others.

Key-words: Culture. Preservation. Immaterial culture inheritance. Wooden boat. Enterprinsing.

LISTA DE SIGLAS

BID	_	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CF	_	Constituição Federal
CVT EE	_	Centro Vocacional Tecnológico Estaleiro-Escola
CIPA	_	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CNPq	_	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FINEP	_	Financiadora de Estudos e Projetos
FUNARTE	_	Fundação Nacional de Artes Pnud
GEM	_	Global Entrepreneurship Monitor
IBAMA	_	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	_	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOCC	_	Internacional Bureau of Cultural Capitals
IBQP	_	Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade
IDH	_	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	_	Instituições de Ensino Superior
IFMA	_	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IPHAN	_	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ONU	_	Organização das Nações Unidas
PNUD	_	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROEJA	_	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
SEBRAE	_	Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
SECTEC	_	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico
SEPLAN	_	Secretaria de Estado de Coordenação e Planejamento do Maranhão
SESC	_	Serviço Social do Comércio
SPHAN	_	Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	_	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UFSC	_	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIVIMA	_	Universidade Virtual do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	Cultura	13
2.1.1	Origem da palavra cultura em Raymond Williams e Denis Cuche.....	17
2.1.2	As múltiplas definições de cultura.....	23
2.1.3	Cultura e a diversidade de comportamentos.....	32
2.2	Patrimônio cultural	34
2.2.1	Patrimônio cultural imaterial no Brasil.....	41
2.2.2	Preservação do patrimônio cultural imaterial.....	44
2.3	Empreendedorismo no século XXI	46
2.3.1	O empreendedorismo em Shumpeter.....	47
2.3.2	Educação empreendedora – da pós-graduação para o ensino médio – breve reflexão.....	52
2.3.3	Empreendedorismo – a definição.....	59
3	ESTADO DO MARANHÃO	60
3.1	São Luís – Patrimônio Cultural da Humanidade	63
3.2	Manifestações culturais em São Luís	65
4	REFERENCIAL EMPÍRICO	69
4.1	O Caso em Estudo – Centro Vocacional Tecnológico Estaleiro-Escola de São Luís	69
4.2	O projeto embarcações do Maranhão – A pesquisa	69
4.3	O Centro Vocacional Tecnológico – Estaleiro-Escola	75
4.4	CVT Estaleiro-Escola: estrutura e cursos	79
5	METODOLOGIA	84
6	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	88
6.1	Questionário	88

6.2	Entrevistas.....	94
6.2.1	Entrevista com o professor de Empreendedorismo.....	101
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS.....	109
	APÊNDICES.....	115
	APÊNDICE A- Questionário da Pesquisa.....	116
	APÊNDICE B- Roteiro de entrevistas.....	117
	APÊNDICE C – Primeira versão do Projeto Estaleiro-Escola (1990).....	118
	APÊNDICE D – Fotografias do CVT Estaleiro-Escola.....	119

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, em virtude de sua extensão continental, em razão da variedade de recursos naturais e complexa formação étnica do seu povo, possui uma das mais ricas diversidades culturais do planeta, cujo acervo é formado por monumentos, obras arquitetônicas, florestas, paisagens, rios e lagos, costumes, músicas e danças, artesanato e diversas artes e hábitos de vida.

Apesar das imensas desigualdades regionais e sociais, em consequência das políticas governamentais que ao longo de décadas não solucionaram problemas graves como geração de emprego, falta de assistência à saúde e à educação básica, distribuição de renda, fome e outros grandes males sociais, o povo, nas mais longínquas localidades deste país, manifesta, no dia a dia, formas de expressão cultural, ora como fonte de puro prazer ora como meio de garantir o sustento da família, mas sempre de singular beleza que precisam ser preservadas e valorizadas.

Nas últimas décadas, a exploração econômica do potencial dos diversos aspectos ligados ao patrimônio cultural, quer material ou imaterial, passou a ser um dos caminhos alternativos para minorias excluídas, principalmente as que se localizam longe dos centros urbanos, buscarem melhorias para seu padrão de vida através da produção de artesanato, atividades ligadas ao turismo cultural, passeios ecológicos e extenso leque de outras oportunidades.

O exercício dessas atividades possibilita a preservação de valores culturais e a geração de renda. Mas, se por um lado esse campo de atividades descortina oportunidades principalmente para comunidades que não tiveram melhores oportunidades de educação e perspectivas de trabalho, deve-se atentar para o risco exacerbado da exploração mercantil da cultura popular e de outros valores, pois no atual estágio da globalização, por conta dos interesses econômicos envolvidos para atrair e agradar a turistas, as comunidades correm o risco de passar a produzir uma pseudocultura, que não caracteriza a sua verdadeira identidade.

Dentre os estados do Brasil que se afiguram ricos em diversidade de formas de expressão cultural, destaca-se o Maranhão.

Fundado no início do século XVII, o Estado do Maranhão tem sido objeto de atenção especial de estudiosos, interessados em história e turismo, e, principalmente, das comunidades ligadas à preservação do patrimônio nacional e internacional, já que a capital, São Luís, por força de sua riqueza cultural foi reconhecida mundialmente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1997, como

Patrimônio Cultural da Humanidade. O Centro Histórico de São Luís reúne um dos maiores conjuntos arquitetônicos de origem europeia do mundo. Em uma área de 250 hectares encontram-se três mil e quinhentas construções que, por conta de sua originalidade e beleza, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) já em 1955 havia tombado, com vistas à busca do reconhecimento pela Unesco.

No início de 2009, São Luís foi eleita Capital Brasileira da Cultura, após avaliação realizada por uma comissão constituída por membros do Ministério da Cultura e do Turismo e pelo Bureau Internacional de Capitais Culturais. Para fazer a escolha da cidade, os organizadores da premiação analisam diversos aspectos como cultura própria, patrimônio e herança cultural.

Outros elementos dão uma identidade especial ao Estado, podendo-se citar: a colonização; a tradição literária; as histórias de lutas, como a da independência; a história econômica; a riqueza cultural e sua bacia hidrográfica, com pelo menos dez rios perenes.

De acordo com o IBGE, o litoral do Estado do Maranhão é o segundo maior do Brasil, menor apenas em relação ao da Bahia. Além das condições favoráveis propiciada pelo oceano Atlântico, o Estado tem uma rica bacia hidrográfica, formada por diversos rios.

Essa condição privilegiada favoreceu a hegemonia das embarcações como principal meio de transporte de passageiros, de carga e principalmente para a pesca artesanal, em toda a região, ao longo de séculos. Esse processo se deu como consequência natural dos hábitos e modos de navegação introduzidos pelos indígenas, cujo processo de construção de barcos foi sendo aperfeiçoado a partir da chegada dos europeus, principalmente, dos portugueses, que introduziram novas técnicas, à época, por conta do maior conhecimento e experiência de construção naval e navegação.

Não é por acaso, portanto, que o Maranhão tem tradição histórica na arte da construção de barcos de madeira. Em muitas regiões do Estado, esse ofício e outras atividades correlatas, como velaria – confecção de velas para barcos – são as principais fontes geradoras de renda. Possivelmente o único meio de sobrevivência. O conhecimento desse ofício tem sido transmitido de uma geração para outra, do mestre para o aprendiz, com base na experiência de muitos anos de trabalho. Essa realidade aparenta ser carregada de um significado inestimável no contexto cultural e histórico das comunidades ligadas a essas atividades.

A partir de pesquisa de campo realizada em 1986, na cidade de São Luís e no interior do Maranhão, pelo engenheiro Luiz Phelipe Andrès, foram constatados, entre outros pontos, os seguintes:

- a) conhecimento valiosíssimo na construção de barcos por parte dos mestres artesãos;
- b) esse conhecimento tradicional é passado de geração para geração por via oral e é muito frágil, pois, cada vez que morre um mestre, ele carrega consigo o conhecimento;
- c) o abandono ao qual foi por muito tempo relegada a profissão fez com que os jovens não quisessem seguir os passos de mestres cujas vidas muitas vezes terminaram na pobreza.

Em São Luís, no final de 2006, às margens do Rio Bacanga, foi inaugurado o Centro Vocacional Tecnológico (CVT) Estaleiro-Escola com o objetivo de resgatar as técnicas de produção de embarcações artesanais tipicamente maranhenses e preparar os alunos para empreenderem atividades econômicas no competitivo mercado de trabalho da era da globalização. Como o CVT Estaleiro-Escola faz parte da estrutura da Universidade Virtual do Estado (UNIVIMA), dispõe da mesma tecnologia dos pólos dessa Universidade.

Em face do exposto, entende-se oportuno a realização de uma investigação sobre o seguinte problema:

Qual a importância do CVT Estaleiro-Escola para a preservação da cultura da construção artesanal de barcos de madeira e para o desenvolvimento das comunidades ligadas a esse tipo de empreendimento, nas cidades de São Luís e São José de Ribamar, no Estado do Maranhão?

Para responder ao problema proposto o trabalho está estruturado em sete capítulos. Esta introdução apresenta a contextualização do tema abordado. No segundo capítulo, tem-se o referencial teórico, onde se abordam a genealogia e definições da palavra cultura; em seguida, a construção do entendimento de patrimônio cultural e seu significado atual; e, então, investiga-se a importância do empreendedorismo na atualidade, a partir de Shumpeter, e o ensino desta disciplina no Brasil. O capítulo terceiro trata do aspecto espacial do trabalho, São Luís, capital do Estado do Maranhão, e suas tradições culturais. O histórico e papel do CVT Estaleiro-Escola são apresentados no capítulo quarto. A orientação metodológica do trabalho consta do capítulo quinto, com destaque para pesquisa de campo qualitativa, cuja abordagem tem por base o caso do CVT Estaleiro-Escola de São Luís - MA. No capítulo sexto são tratados os elementos coletados através de questionários e entrevistas, para extração de evidências e embasamento da resposta ao problema desta dissertação. As conclusões e sugestões para futuros estudos sobre a temática aqui tratada constam do capítulo sétimo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na construção do referencial teórico deste estudo, faz-se uso de três eixos básicos, interligados, que formam um “leme”, a partir dos quais se desenvolvem os fundamentos conceituais com base em autores consagrados no meio acadêmico, para construção da argumentação que servirá de base para a resposta ao problema investigado. Os eixos são:

- a) cultura – evolução da palavra, definições e diversidade de comportamentos;
- b) patrimônio cultural material e imaterial e preservação;
- c) empreendedorismo.

2.1 Cultura

Dentre os significados que a palavra cultura pode assumir, destaca-se o que é associado a costumes, hábitos, tradições e valores de um povo em sua essência.

Nesse sentido é um processo dinâmico da vida de uma sociedade, portanto, sujeito a transformações decorrentes de forças internas e externas.

A cultura tem por traço marcante ser um elemento caracterizador da identidade de uma coletividade ou sociedade. Para cada agrupamento humano distinto, a palavra cultura tem um sentido especial, pois representa aspectos particulares do seu modo de pensar, agir e viver. (SOUZA FILHO, 1997).

Para fins de estudo pode ser explorado do ponto de vista de vários contextos, destacando-se o antropológico, o histórico e o econômico.

Ao tratar do tema, não importa a linha de trabalho, deve-se ter “sempre em mente a humanidade em toda a sua riqueza e multiplicidade de formas de existência. São complexas as realidades dos agrupamentos humanos e as características que os unem e diferenciam, e a cultura as expressa.” (SANTOS, 2006, p. 7).

Nas últimas décadas, os diversos aspectos culturais que dão identidade tanto a uma pequena comunidade, a um estado ou país passaram também ser ameaçados em virtude da visão capitalista de exploração a todo custo de tudo quanto possa ser transformado em lucro.

Na era da globalização e internet, a exploração sem controle dos bens culturais pode gerar a degradação de muitas culturas nas sociedades humanas, pois no sentido tecnológico já não existem fronteiras. Como diz Bauman (1999, p. 85) “o espaço deixou de

ser um obstáculo – basta uma fração de segundo para conquistá-lo. Não há mais ‘fronteiras naturais’ nem lugares óbvios a ocupar.”

Observando a realidade da cultura do ponto de vista da economia, Sen (2000, p. 275) chama a atenção para o sério problema da ameaça a que estão expostas sociedades tradicionais, menos desenvolvidas. “Trata-se do poder esmagador da cultura e do estilo de vida ocidentais para solapar modos de vida e costumes sociais tradicionais”.

Mais adiante continuando sua análise desse complexo problema afirma que:

A ameaça às culturas nativas no mundo globalizante de hoje é, em grande medida, inescapável. A solução que não está disponível é a de deter a globalização do comércio e das economias, pois é difícil resistir às forças do intercâmbio econômico e da divisão do trabalho em um mundo competitivo impulsionado pela grande revolução tecnológica que confere à tecnologia moderna uma vantagem economicamente competitiva. (SEN, 2000, p. 275).

Quanto aos impactos mais temidos desse processo para sociedade e sua liberdade de decidir, Sen (2000, p. 276) ressalta que:

As tradições perdidas podem fazer muita falta. A extinção de antigos modos de vida pode causar angústias e um profundo senso de perda. Essa é uma questão de certa gravidade, mas cabe à sociedade decidir o que deseja fazer para preservar - se é que deseja preservar - os modos de vida antigos, talvez até mesmo a um custo econômico significativo.

Atualmente, o consumismo ou comercialização dos produtos, ditos culturais, como os espaços, tipo um parque florestal, um templo antigo, um mercado popular tradicional, ou ainda, uma simples praça, mas tombada, por conta da sua importância para a comunidade onde se localiza, os quais são chamados de patrimônio histórico, é visto em muitas regiões do mundo, no contexto das políticas de turismo, como fundamental para geração de emprego e renda para a população. Tudo como produto para turistas.

Esse processo exploratório encerra, porém, segundo Meneses (2006, p. 26),

o paradoxo de querermos transformar em outra coisa aquilo que gostamos tanto de vivenciar pelo que foram e pelo que são. Parques são transformados em reservas de uso restrito, mercados viram centros culturais, igrejas são monumentalizadas como expressão artística, praças deixam de ser espaços de convivência. [...] Ao querermos preservar acabamos transformando em outra coisa que não aquela que é a que sustenta o nosso gosto. [...] Ao visitarmos algumas cidades coloniais mineiras (erroneamente tratadas pelos roteiros turísticos como “cidades históricas”, já que toda cidade é histórica), podemos perceber diferenças nas formas de consumo que se busca dar ao seu patrimônio histórico. [...] A transformação dessas cidades em produtos de consumo massificado tem provocado problemas sérios na apreensão, interpretação e comunicação de seu patrimônio histórico, além da exclusão social de parcela da população.

Os controversos interesses em torno da cultura tornaram-se um tema constante da agenda dos importantes debates da sociedade nos tempos atuais.

Investigar o significado das manifestações culturais, conhecer como se desenvolveram e investigar o nível de ameaça a que estão expostas por força do uso da mídia

e dos avanços tecnológicos que impõem novos hábitos, jeito de ser, viver e se expressar, portanto novos padrões culturais, através do chamado processo de invasão cultural, são questões que passaram a ser uma preocupação contemporânea de todos os grupos envolvidos com a preservação de suas raízes e características culturais transmitidas de pai para filho ou do mestre para seu aprendiz ao longo de muitas gerações.

Mas essa reflexão não é nova. Desde a antiguidade, pensadores procuram entender o significado das manifestações culturais para a vida social do homem.

Conforme registra Pelegrini (2008, p. 12), “foi o pensador romano Cícero (século I a. C.) que cunhou o mais antigo conceito de cultura, ao mencionar a *cultura animi*, literalmente, a cultura, o cultivo ou o culto da alma.”

Os estudos culturais modernos voltados para observação e interpretação da unidade social da espécie humana somente começaram a ganhar forma e status de disciplina científica, a chamada Antropologia, em meados do século XIX, principalmente em razão da contribuição dos pesquisadores da escola evolucionista. Como afirma Malinowski (1975, p. 14), “a ciência nasceu sob a estrela do evolucionismo entusiástico, dos métodos antropométricos e de reveladoras descobertas em pré-história”. Ao desenvolver sua clássica obra *Uma Teoria Científica da Cultura* Malinowski (1975, p. 15) ressalta: “neste ensaio procurarei demonstrar que o ponto de encontro real de todos os ramos da Antropologia é o estudo científico da cultura”.

Uma das preocupações da nova ciência era a construção de teorias que explicassem a evolução sociocultural das sociedades humanas, em determinado contexto histórico, com base em elementos comparativos. Por causa de suas origens e, principalmente, do seu objeto de estudo, Pelegrini (2008, p. 16) afirma que “cultura, do ponto de vista da organização das ciências, é um conceito antropológico, antes de ser histórico, filosófico ou lingüístico. A própria UNESCO subtende uma preocupação antropológica pela cultura.”

Para os antropólogos, as primeiras manifestações culturais passaram a fazer parte do dia a dia do homem, tão logo se iniciou o processo de hominização. Nessa linha de entendimento, Cucho (2002, p. 10) esclarece que essa evolução “consistiu fundamentalmente na passagem de uma adaptação genética ao meio ambiente natural a uma adaptação cultural”.

Para ilustrar a importância das investigações sobre a emergência do *Homo sapiens*, destaca-se uma passagem interessante da ideia metafórica desenvolvida por Geertz (2008, p. 34) sobre esse processo de transição. Conta o autor que:

O homem se tornou homem, continua a história, quando, tendo cruzado algum Rubicon mental, ele foi capaz de transmitir ‘conhecimento, crença, lei, moral, costume’ (para citar os itens da definição clássica de cultura de Sir Edward Tylor) a

seus descendentes e seus vizinhos através do aprendizado.

Mais adiante, porém, Geertz (2008, p. 34) observa que o “único problema é que parece não ter existido esse momento mágico”. O processo foi mais complexo. E explica que a lenta expansão do cérebro acompanhada simultaneamente de um lento processo de aprendizado cultural foi fundamental para a evolução do homem.

Em evolução, segundo Geertz (2008, p. 34-35), o “*Homo*”, num processo cultural “passo a passo infinitesimal”, buscou

o aperfeiçoamento das ferramentas, adoção da caça organizada, as práticas de reunião, o início da verdadeira organização familiar, a descoberta do fogo e, o mais importante, embora ainda seja muito difícil identificá-la em detalhe, o apoio cada vez maior sobre os sistemas de símbolos significantes (linguagem, arte, mito, ritual) para a orientação, a comunicação e o autocontrole, tudo isso criou para o homem um novo ambiente ao qual ele foi obrigado a se adaptar-se.

O papel da cultura para o desenvolvimento do homem é tão significativo que para Geertz (2008, p. 35):

isso sugere não existir o que chamamos de natureza humana independente da cultura. ...Sem cultura os homens seriam monstruosidades incontroláveis, com muito poucos instintos úteis, menos sentimentos reconhecíveis e nenhum intelecto: verdadeiros casos psiquiátricos.

Para o necessário aprofundamento das interpretações registram-se outras visões com base em Laraia (2009, p. 54-55):

é oportuno tomar conhecimento do pensamento de dois importantes antropólogos sociais contemporâneos a respeito do momento em que o primata transformou-se em homem.

Claude Lévi-Strauss, o mais destacado antropólogo francês, considera que a cultura surgiu no momento em que o homem convencionou a primeira norma. Para Lévi-Strauss, esta seria a proibição do incesto. Leslie White, antropólogo norte americano, considera que a passagem do estado animal para o humano ocorreu quando o cérebro do homem foi capaz de gerar símbolos.

É nessa linha de percepção que Cuche (2002, p. 9) destaca que:

O homem é essencialmente um ser de cultura. ...A cultura permite ao homem não somente adaptar-se ao seu meio, mas também adaptar esse meio ao próprio homem, e suas necessidades e seus projetos. Em suma, a cultura torna possível a transformação da natureza.

Como a cultura é parte inseparável do homem ao longo de sua jornada evolutiva, a historicidade do próprio termo tem sido objeto de numerosos trabalhos para a construção do melhor entendimento possível do seu significado para a vida humana.

Envolvido na busca de elementos para esse propósito, Cuche (2002, p. 17) afirma, ao iniciar o desenvolvimento do Capítulo I – “*Gênese Social e da Idéia de Cultura*”, que:

As palavras têm história e, de certa maneira também, as palavras fazem a história. Se isto é verdadeiro para todas as palavras, é particularmente verificável no caso de termo “cultura”. O “peso das palavras”, para retomar uma expressão da mídia, é grandemente influenciado por esta relação com a história, a história que as fez e a história para a qual elas contribuem.

Complementando a assertiva acima, pode-se até dizer que cultura é realmente um vocábulo especial, mas tão especial que o escritor e crítico literário galês Raymond Williams (1921-1988) escreveu a obra *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*, a partir de seu envolvimento linguístico com esse termo. Raymond Williams é um dos raros pensadores que dedicou parte de sua vida ao estudo e pesquisa dos sentidos e significados de umas poucas palavras, entre elas indústria, democracia, classe, arte e, principalmente, cultura.

Para Williams (2007, p. 117) “Cultura [*culture*] – Culture é uma das duas ou três palavras mais complicadas da língua inglesa [...]”

O tema cultura, sob qualquer aspecto que se investigue, se apresenta de forma bastante ampla, pois sempre evoca interesses multidisciplinares.

Haja vista a temática do presente estudo, a abordagem dos aspectos culturais aqui tratados se desenvolve a partir de elementos históricos e conceituais e evolui para a perspectiva da exploração econômica (trabalho e renda) do patrimônio cultural imaterial – conhecimento de técnicas artesanais de construção naval -, transmitido de mestres para aprendizes, atualmente alunos, que são submetidos a um processo de aprendizado desse ofício, com enfoque em empreendedorismo.

2.1.1 Origem da palavra cultura em Raymond Williams e Denis Cuche

A importância de investigar neste tópico elementos históricos da evolução da palavra cultura para melhor apreensão dos seus múltiplos conceitos é bem compreendida a partir da reflexão de Cuche (2007, p. 12):

as ciências sociais, apesar de seu desejo de autonomia epistemológica, nunca foram completamente independentes dos contextos intelectuais e linguísticos em que elaboram seus esquemas teóricos e conceituais. Esta a razão pela qual o exame do conceito de cultura implica o estudo de sua evolução histórica, diretamente ligada à gênese social da idéia moderna de cultura. Esta gênese revela que, sob as divergências semânticas sobre a justa definição a ser dada à palavra, dissimulam-se desacordos sociais e nacionais. As lutas de definição são, em realidade, lutas sociais e o sentido a ser dado às palavras revelam questões sociais fundamentais.

Mais adiante Cuche (2002, p. 18) arremata:

Se quisermos compreender o sentido atual do conceito de cultura e seu uso nas ciências sociais, é indispensável que se reconstitua sua gênese social, sua genealogia. Isto é, trata-se de examinar como foi formada a palavra, e em seguida, o conceito científico que dela depende, logo, localizar sua origem e sua evolução semântica. Não se trata de se entregar aqui a uma análise linguística, mas de evidenciar os laços que existem entre a história da palavra “cultura” e a história das idéias.

Nos meios acadêmicos, o tema genealogia dos Estudos Culturais tem sido objeto de constantes discussões. Para compreensão do processo evolutivo da palavra cultura até os

dias atuais, recorre-se, aqui, principalmente às obras *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade* (2007), de Raymond Williams e *A noção de cultura nas ciências sociais* (2002), de Denys Cuche, reconhecidos estudos sobre o vocábulo.

Ao apresentar em sua obra o verbete a que mais estivera ligado por longos anos como pensador e pesquisador, Williams (2007, p. 117) chama a atenção para a complexidade que o termo encerra:

Cultura [*culture*] – **Culture** é uma das duas ou três palavras mais complicadas da língua inglesa. Isso ocorre em parte por causa de seu intrincado desenvolvimento histórico em diversas línguas européias, mas principalmente porque passou a ser usada para referir-se a conceitos importantes em diversas disciplinas intelectuais distintas e em diversos sistemas de pensamento distintos e incompatíveis.

A evolução da palavra *cultura* é um caso exemplar da faculdade da linguagem humana para criar e dar sentidos às suas ideias.

Sua riqueza semântica decorre de natural evolução da palavra que, a partir de um processo de apreensão de novos significados e sentidos - metáforas -, resultou em diferentes e novas expressões nos dias atuais, cada uma com seu sentido bem próprio, tipo “cultura organizacional”, “poder cultural”, “cultura da solidariedade”, “cultura da pirataria”, “cultura popular”, “identidade cultural”, “cultura da impunidade”, “economia cultural”, “cultura do artesanato” e, considerando a temática central do trabalho, pode-se dizer: o Estado do Maranhão tem uma longa tradição de transmissão oral das técnicas de construção artesanal de barco de madeira – patrimônio cultural – para fins de pesca, transporte de pessoas e de produtos e, de um tempo pra cá, para passeio turístico.

Williams (2007) apresenta, a partir da introdução do verbete “**Cultura** [*culture*]”, o resultado de exaustivo estudo de investigação do significado dessa palavra, destacando sua evolução semântica cuja transposição de fronteiras, principalmente na Europa dos séculos XV a XVIII, foi fundamental para enriquecimento do termo.

Segundo Williams (2007), cultura é uma palavra de origem latina, usada há mais de dois mil anos, cuja raiz colere tinha uma gama de significados: habitar, cultivar, proteger, honrar com veneração. Dos substantivos derivados destaca-se cultura que assumiu o sentido principal de cultivo ou cuidado. No início do século XV, tanto em francês como em inglês, o termo passou a referir-se ao cultivo de alguma coisa, por exemplo, terra, no sentido primordial de cuidado com um processo, como o crescimento natural das lavouras, ou zelar por algo como animais e produtos agrícolas.

Seguindo sua evolução linguística, no início do século XVI, através do processo de metaforização, a palavra amplia-se passando do cuidado com o crescimento natural para um sentido que envolve o processo de desenvolvimento humano. Esses dois sentidos, tanto o

original relativo a cuidar de lavoura, bem como esse novo – progresso humano – perduram até o final do século XVIII e início do século XIX. Ao ganhar esse último sentido, “o substantivo independente **cultura** iniciou sua complicada história moderna.” (WILLIAMS, 2007, p. 118).

Ao relacionar aspectos dessa evolução, na França e Inglaterra, Williams (2007, p. 119-121) observa que:

Na Inglaterra setecentista, esse processo geral adquiriu associações definidas de classe apesar de **cultivo** e **cultivado** serem mais comumente usados com esse significado. [...] Desse modo a palavra cultura se desenvolvia em inglês para alguns de seus sentidos modernos antes dos efeitos decisivos de um novo movimento social e intelectual. [...]

No francês, até o século XVIII, **cultura** sempre esteve acompanhada de uma forma gramatical indicativa do assunto que se cultivava, como em “cultura de beterraba” e ‘cultura de germes.’”

Além do francês e inglês, a língua alemã também deu sua contribuição metafórica para o desenvolvimento dos novos sentidos dessa palavra:

Tomada emprestada do francês, assumiu primeiro a grafia de *Cultur*, e em seguida, já a partir do século XIX, a forma *Kulter*, como sinônimo de *civilização*: primeiro, no sentido abstrato de um processo geral de tornar-se ‘civilizado’ ou ‘cultivado’; segundo, no sentido que já fora estabelecido para civilização pelos historiadores do Iluminismo – processo secular de desenvolvimento humano. (WILLIAMS, 2007, p. 119).

Significativa modificação de sentido foi introduzida por Herder, em sua obra inacabada *Sobre a filosofia da história para a educação da humanidade* (1784-91), que assim escreveu a respeito de *Culter*: “nada é mais indeterminado que essa palavra e nada mais enganoso que sua aplicação a todas as nações e a todos os períodos.” (HERDER apud WILLIAMS, 2007, p. 119-120). Conforme afirma Williams (2007, p. 120), logo em seguida, o pensador alemão não só “atacava o pressuposto de que o autodesenvolvimento histórico da humanidade fosse um processo unilinear”, mas principalmente “a subjugação e dominação européias dos quatro cantos do globo e escrevia”:

Homens de todas as regiões do globo que haveis perecido ao longo das épocas, não vivestes apenas para adubar a terra com vossas cinzas, para que ao final dos tempos a cultura européia derramasse felicidade sobre vossa posteridade. A própria idéia de uma cultura européia superior é um insulto flagrante à majestade da natureza (HERDER, apud WILLIAMS, 2007, p. 120).

É nessa época que começa a ser utilizada principalmente pelos estudiosos da evolução humana para caracterizar os níveis culturais dos distintos povos. Logo surgiram as primeiras interpretações de como ocorrem os processos de avanço das civilizações.

Em função da importância para os primeiros estudos antropológicos, destaca-se com base em Williams (2007, p. 120-121) que:

A partir da década de 1840, na Alemanha, utilizava-se *Kulter* em, um sentido muito parecido com o que tivera *civilização* nas histórias universais do século XVIII. A inovação decisiva foi *Allgemeine Kulturgeschichte der Menschheit* – ‘História cultural geral da humanidade’ (1843-52) – de G. F. Klemm, que traçava o

desenvolvimento humano desde a selvageria até a liberdade, passando pela domesticação. Embora o antropólogo norte-americano Morgan, ao rastrear estágios comparáveis, tenha usado ‘sociedade antiga’, culminando em *civilização*, o sentido que lhe deu Klemm se manteve e foi seguido diretamente em inglês por Tylor em *Primitive Culture* (1870). O sentido predominante nas ciências sociais modernas deve ser traçado segundo essa linha de referência.

Ao refletir ainda sobre a “complexidade do desenvolvimento e do uso modernos da palavra”, Williams (2007, p. 121)

reconhece também um substantivo independente e abstrato que descreve as obras e as práticas da atividade intelectual e, particularmente, artística. Com frequência esse parece ser hoje o sentido mais difundido: *cultura* é música, literatura, pintura, escultura, teatro e cinema. Um **Ministério da Cultura** refere-se a essas atividades específicas, algumas vezes com o acréscimo da filosofia, do saber, do saber acadêmico, da história.

Williams (2007, p. 123) era ciente do complexo conjunto de ideias e sentimentos envolvidos na história da palavra cultura. Segundo o autor “a complexidade, vale dizer, não está, afinal, na palavra, mas nos problemas que as variações de uso indicam de maneira significativa.”

E afinal, qual é o conceito de cultura para Raymond Williams?

Antes de responder a essa indagação, ressalta-se que ele era diplomado em literatura, portanto com qualificação para interpretar fenômenos linguísticos. Raymond Williams ao longo de sua trajetória soube absorver os significados da palavra e explorá-los como militante de esquerda para tentar transformar a crítica cultural em um dos recursos que possam contribuir para a mudança radical da sociedade, tornando-a menos injusta. Tendo como bandeira de vida essa causa, Cevasco (2007, p. 14) assevera que:

Williams adota o conceito antropológico da cultura como modo de vida e estende a produção de significados e valores a toda a sociedade. Em seu extraordinário ensaio de 1958, ‘*Culture is ordinary*’, ele insiste que todos participam do processo de produção da vida, tanto da vida material como da cultural e, do mesmo modo que se deve lutar por uma distribuição equitativa dos bens materiais, deve-se lutar para estender a todos o que a tradição restringe a uma minoria, os produtos da alta cultura.

Seguindo a esteira histórica do pensador galês, mas com menos incursão ideológica, Denis Cuche, autor, entre outros trabalhos, de *A noção de cultura nas ciências sociais* (2002), apresenta, no Capítulo 1, a *Gênese Social da Palavra e da Idéia de Cultura* no contexto e perspectiva da língua francesa, tomando como referência para sua descrição estudo de Pierre Béneton, autor de *Histoire de mots: culture et civilisation* [História das palavras: cultura e civilização], de 1975.

Cuche (2002) destaca pontos que dão também luminosidade a fatos e interpretações dos fenômenos semânticos da evolução dos sentidos dessa palavra, sem se estender à análise aprofundada de aspectos linguísticos. São evidenciadas as relações

existentes entre a história da palavra “cultura” e a história das ideias. Sua abordagem evidencia que são muitos os fatores determinantes da evolução de uma palavra e, conforme observa, parte significativa, em muitos casos, não é de natureza linguística.

Ciente do desafio que é investigar a evolução do termo cultura, Cuche (2002, p. 18) observa: “A palavra foi, e continua a ser, aplicada a realidades tão diversas (cultura da terra, cultura microbiana, cultura física [...]) e com tantos sentidos diferentes que é quase impossível retratar aqui sua história.” Esse autor investiga o processo evolutivo com ênfase no período da Idade Média ao século XIX.

Um momento significativo da evolução da palavra acontece no século XVIII. Segundo Cuche (2002) ao ganhar novos sentidos através do recurso linguístico da

metáfora (da cultura da terra à cultura do espírito), [...] o termo começa a se impor. Ele faz sua entrada com esse sentido no Dicionário da Academia Francesa (edição de 1718) e é então quase sempre seguido de um complemento: fala-se da ‘cultura das artes’, da ‘cultura das letras’, da cultura das ciências’, como se fosse preciso que a coisa cultivada estivesse explicada. (CUCHE, 2002, p. 19-20).

Progressivamente a palavra vai passando por variações de sentido e conforme observa Cuche (2002, p. 20-21):

no final do século XVIII os pensadores do Iluminismo concebem a cultura como um caráter distintivo da espécie humana. A cultura, para eles, é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história. [...]

A idéia de cultura participa do otimismo do momento, baseado na confiança no futuro perfeito do ser humano. O progresso nasce da instrução, isto é, da cultura, cada vez mais abrangente.

Detendo-se nos trabalhos de Williams (2007) e Cuche (2002), percebe-se que eles partem de elementos históricos coincidentes e se desenvolvem com pequenas variações, mas preservando um caráter de complementaridade quanto aos estudos elaboradas, divergindo em alguns aspectos pontuais, destacando-se o que se pode chamar defesa de interesse “territorial”, o que é de longa “tradição cultural”, tratando-se de inglês e francês.

Para ilustrar pontos de analogia da descrição (conteúdo) da evolução da palavra cultura na obra de Cuche (2002) em relação ao trabalho do pensador galês, vejam-se os seguintes trechos:

- a) no primeiro o autor destaca a importância do “berço” francês para início do processo:

É legítimo analisarmos particularmente o exemplo francês do uso de ‘cultura’, pois parece que a evolução semântica decisiva da palavra – que permitirá em seguida a invenção do conceito – se produziu na língua francesa do século das Luzes, antes de se difundir por empréstimo linguístico em outras línguas vizinhas (inglês, alemão). (CUCHE, 2002, p. 18-19);

- b) no segundo, em que outros fatos enriquecem o desenvolvimento do texto, o autor afirma:

O uso de ‘cultura’ e de ‘civilização’ no século XVIII marca então o aparecimento de uma nova concepção dessacralizada da história. A filosofia (da história) se liberta da teologia (da história). As idéias otimistas de progresso, inscritas nas noções de ‘cultura’ e ‘civilização’ podem ser consideradas como uma forma de sucedâneo de esperança religiosa. A partir de então, o homem está colocado no centro da reflexão e no centro do universo. Aparece a idéia da possibilidade de uma ‘ciência do homem’; a expressão é empregada pela primeira vez por Diderot em 1755 (no artigo ‘Enciclopédia’ da *Encyclopédie*). E, em 1787, Alexandre de Chavannes cria o termo ‘etnologia’, que ele define como a disciplina que estuda a ‘história dos progressos dos povos em direção à civilização.’ (CUCHE, 2002, p. 23);

- c) no terceiro, destaca pontos relevantes do debate franco-alemão sobre cultura:

Já em 1774, mas de maneira ainda relativamente isolada, Johann Gottfried Herder, em um texto polêmico fundamental, em nome do “gênio nacional” de cada povo (Volksgeist), tomava partido pela diversidade de culturas, riqueza da humanidade e contra o universalismo uniformizante do Iluminismo, que ele considerava empobrecedor. Diante do que ele via como um imperialismo intelectual da filosofia francesa do Iluminismo, Herder pretendia devolver a cada povo seu orgulho começando pelo povo alemão. Para Herder, na realidade, cada povo, através de sua cultura própria, tem um destino especial a realizar. Pois cada cultura exprime à sua maneira um aspecto da humanidade. Sua concepção de cultura caracterizada pela descontinuidade, que não excluía, no entanto, uma possível comunicação entre os povos, era baseada em *Uma outra filosofia da história* (título de seu livro de 1774), diferente da filosofia do Iluminismo. Por isso, Herder pode ser considerado, com justiça, precursor do conceito relativista de ‘cultura’: ‘Foi Herder quem nos abriu os olhos sobre as culturas’ [Dumont, 1986, p. 134]. (CUCHE, 2002, p. 27-28).

[...]

O debate franco-alemão do século XVIII ao século XX é arquetípico das duas concepções de cultura, uma particularista, a outra universalista, que estão na base das duas maneiras de definir o conceito de cultura nas ciências sociais contemporâneas. (CUCHE, 2002, p. 31).

Williams (2007) e Cuche (2002) observam que, por traz dos ditos interesses culturais ligados a linguagem, sempre estiveram outros, principalmente os ligados à política, para fins de dominação e manutenção do poder e invasão e dominação cultural, e principalmente os de natureza econômica, de longa tradição, maturados, e bem visíveis nos dias correntes com a globalização.

Não são poucos os trabalhos de estudiosos que tentam condensar o melhor entendimento histórico de termo cultura. Desses, destaca-se Meneses (2006, p. 43-44), que num esforço de síntese afirma:

O conceito de cultura ampliou a idéia de *civilization* e de *civilisation* de ingleses e franceses, incorporando a idéia alemã de *Kulter*, dando sentido novo a esse conceito. Para ingleses e franceses, civilização era a palavra que traduzia aquela construção de tudo o que a Europa ensinou ao mundo ocidental, no processo de colonização, portanto, aquilo que as nações tinham de comum (aprendido com a cultura européia), de igual e que deveria ser motivo de orgulho nacional. *Kulter*, por sua vez, incorpora para os alemães toda a construção coletiva e diversa que cada povo edifica na sua vivência particular. É, assim, o que difere uma região ou nação de outra e que, isso sim, motiva o orgulho da cada povo. A idéia de cultura dos nossos tempos tenta forjar a união dessas noções díspares, mas complementares, e, nesse sentido, cultura é, para nós, tudo o que se constrói na vivência coletiva, fruto de

difusões de culturas distintas e de criações e saídas novas para problemas cotidianos. O que herdamos da “colonização” européia, africana, indígena e o que criamos nessa construção histórica, buscando saídas para nossas vivências, é, assim, a nossa cultura e dela devemos nos orgulhar.

Um dos traços marcantes da longa trajetória percorrida por todas as sociedades é a constante busca de soluções para atender às suas necessidades. No campo da linguística não é diferente. Usando a linguagem, o homem se comunica para expressar sentimentos e transmitir ideias e significados, entre outras finalidades dadas a esse processo. Para isso cria palavras, e como diz Cuche (2002, p. 17):

As palavras aparecem para responder a algumas interrogações, a certos problemas que se colocam em períodos históricos determinados e em contextos sociais e políticos específicos. Nomear é ao mesmo tempo colocar o problema e, de certa maneira, já resolvê-lo.

2.1.2 As múltiplas definições de cultura

De acordo com Cuche (2002, p. 11), a expressão “modos de vida e de pensamento” dá uma noção bastante aceita do que é cultura nos dias atuais, apesar da “existência de certas ambigüidades”. Entretanto, esse autor destaca que nem sempre essa aceitação existiu. “Desde seu aparecimento no século XVIII, a idéia moderna de cultura suscitou constantemente debates acirrados”, pois nunca foi unanimidade entre as várias correntes de pesquisadores interessados no tema.

A dificuldade para definir cultura reside na existência das múltiplas realidades que o homem vive. Seus significados são múltiplos. Provavelmente a palavra cultura é a mais abrangente das que expressam ideias no campo das Ciências Sociais, pois é largamente usada no campo da economia, política, direito, administração, e, principalmente, na antropologia.

Para explorar pontos relevantes das muitas definições que a literatura especializada apresenta da palavra cultura, toma-se como primeira referência o DICIONÁRIO Enciclopédico Veja Larousse (2006a, p. 778) onde consta que cultura é:

s.f. (lat. Cultura,ae) 1. Ação ou maneira de cultivar a terra e plantar. 2. Produto resultante dessa ação. 3. Criação de certos animais. 4. Bio Promoção do desenvolvimento de célula ou tecido vivos em uma solução contendo nutrientes adequados e em condições propícias à sobrevivência. 5. Cultivo (‘produção’). 6. Acervo intelectual e espiritual. 7. Conjunto de fenômenos materiais e ideológicos que caracterizam um grupo étnico, uma nação, uma civilização, etc. 8. Conjunto de estruturas sociais, religiosas etc. e de manifestações intelectuais, artísticas etc. que caracterizam uma sociedade. 9 Conjunto de sinais característicos do comportamento de uma camada social (linguagem, gestos, vestimenta, etc.) que a diferenciam de outra.

A análise dos múltiplos significados apresentados acima reporta o leitor às ideias e estudos de Cuche (2002) e Williams (2007), citados neste trabalho, e evidencia, como já foi

observado, a riqueza semântica do termo cultura e suas amplas possibilidades conceituais.

Como o termo nunca teve uma definição consensual por conta das variadas acepções que assumiu ao longo de sua trajetória no âmbito das ciências sociais, é preciso investigar para melhor entendimento algumas das muitas que se destacam no meio acadêmico, principalmente a partir daquela que é sabidamente a mais conhecida e difundida definição de cultura. Ela surgiu no alvorecer da ciência antropológica - fase dos estudos etnológicos -, no século XIX.

Segundo Cuche (2002, p. 34), os fundadores da etnologia vão lhe dar um conteúdo puramente descritivo. Não se trata, para eles, assim como para os filósofos, de dizer o que deve ser a cultura, mas de descrever o que ela é, tal como aparece nas sociedades humanas.

O ambiente em que emerge o conceito de cultura está voltado para o estudo comparativo de aspectos e modos de viver diferentes entre os humanos. É a partir desses trabalhos que são “sintetizadas as idéias-chave da teoria e método característicos do movimento que ficou conhecido como evolucionismo cultural”. O postulado básico do evolucionismo em sua fase clássica era que em todas as partes do mundo, a sociedade humana teria se desenvolvido em estágios sucessivos e obrigatórios numa trajetória basicamente unilinear e ascendente. Em síntese, a diversidade cultural era consequência do resultado da desigualdade dos estágios evolutivos de cada sociedade.

As ideias fundamentais do evolucionismo cultural se tornaram consagradas a partir das pesquisas de “Lewis Henry Morgan (1818-1881), Edward Burnett Tylor (1832-1917) e George Frazer, (1854-1941), os três pais fundadores da antropologia” (Castro 2005, p. 7-8).

De Morgan pode-se ressaltar dentre seus trabalhos o livro *Ancient Society* [A sociedade antiga], publicado em 1877, no qual ele definiu, com grande repercussão, os estágios de progresso da sociedade humana. Para Morgan “as principais instituições da humanidade tiveram origem na selvageria, foram desenvolvidas na barbárie e estão amadurecendo na civilização.” (Castro, 2005, p. 45).

Já Edward Burnett Tylor, por ser o autor da primeira definição etnológica de cultura,

é por muitos considerado como o pai da antropologia cultural”. Sua definição consta no início de “A ciência da cultura”, primeiro capítulo da obra *Primitive Culture: Researches into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art and Custom* [Cultura Primitiva: pesquisa sobre o desenvolvimento da mitologia, filosofia, religião, linguagem, arte, e costume], de 1871, que se tornaria seu trabalho mais importante. (CASTRO, 2005, p. 16-17).

Para esse antropólogo:

Cultura ou Civilização, tomada em seu mais amplo sentido etnográfico, é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade. (TYLOR, 2005, p. 69).

Sobre a utilização dos dois termos que iniciam a definição, vale destacar a observação de Castro (2005, p. 17):

Ao tomar as duas palavras como sinônimas, a definição de Tylor distingue-se do uso moderno do termo cultura (em seu sentido relativista, pluralista e não hierárquico), que só seria popularizado com a obra de Franz Boas, já no início de século XX. Cultura, para Tylor, era palavra usada sempre no singular, e essencialmente hierarquizada em ‘estágios’.

Desde a publicação de *Cultura Primitiva* a definição de Tylor tem sido objeto de estudos de muitos especialistas. O impacto dessa definição no meio intelectual pode ser avaliado a partir da extensa lista dos trabalhos como os de Cuche (2002), Castro (2005), Laraia (2009), Geertz (2008), Herskowitz (1963) e outros nos quais se encontram análises sobre diferentes pontos da concepção universalista da cultura, dada pelo antropólogo inglês. Explorando-se alguns desses trabalhos, podem-se extrair reflexões e críticas que valorizam ainda mais a invenção do conceito científico da cultura. Vejam-se:

Esta definição, clara e simples, exige, no entanto, alguns comentários. Pode-se ver que ela pretende ser puramente descritiva e objetiva e não normativa. Por outro lado, ela rompe com as definições restritivas e individualistas de cultura: para Tylor, a cultura é a expressão da totalidade da vida social do homem. Ela se caracteriza por sua dimensão coletiva. Enfim, a cultura é adquirida e não depende da hereditariedade biológica. (CUCHE, 2002, p. 35).

Tylor procurou, além disto, demonstrar que cultura pode ser objeto de um estudo sistemático, pois trata-se de um fenômeno natural que possui causas e regularidades, permitindo um estudo objetivo e uma análise capazes de proporcionar a formulação de leis sobre o processo cultural e a evolução. (LARAIA, 2009, p. 30).

Mas, com os posicionamentos de Franz Boas (1858-1942), autor do artigo “*As limitações do método comparativo da antropologia*”, de 1896 e de Bronislaw Malinowski (1884-1942), autor “de *Argonautas do Pacífico Ocidental*, de 1932, fruto de pesquisa de campo com nativos, de Trobriand”, se fixam os marcos definitivos de ruptura com a tradição evolucionista, tanto em seus aspectos teóricos quanto práticos, cujas manifestações contrárias se iniciaram nas duas primeiras décadas do século XX. (CASTRO, 2005).

Cabe a Boas estabelecer as bases da abordagem multilinear “segundo a qual cada cultura segue os seus próprios caminhos em função dos diferentes eventos históricos que enfrentou”. (LARAIA, 2009, p. 36). Para ele, portanto, esse processo “não pode ser simplificado na estrutura tríplice dos estágios. Esta possibilidade de desenvolvimento múltiplo constitui o objeto da abordagem multilinear.” (LARAIA, 2009, p. 114). De Boas, pode-se dizer ainda, com base em Castro (2005) e Cuche (2002) que o gosto pela pesquisa de campo –

“*in situ* para observação” - e a convicção sobre sua importância para a comprovação dos dados utilizados em suas análises, levou-o a encorajar seus alunos a adotar sua nova metodologia. Numa análise sintética e objetiva, Cuche (2002, p. 39-40-43) escreve que a contribuição antropológica de Boas, “o inventor da etnografia” e também “em certos aspectos o inventor do método monográfico em antropologia”, considerando-se sua obra completa, “é uma tentativa de pensar a diferença. Para ele, a diferença fundamental entre os grupos humanos é de ordem cultural e não racial.”

Sobre a análise funcionalista constante da obra *Uma Teoria Científica da Cultura*, de Bronislaw Malinowski (1975), Cuche (2002, p. 72) frisa que “para explicar o caráter funcional das diferenças culturais elabora uma teoria muito controvertida, a teoria das ‘necessidades’.

Não poupando críticas à ideia central que orienta o trabalho do antropólogo inglês Cuche (2002, p. 73) afirma que:

Através desta teoria das necessidades que coloca a antropologia em um impasse, Malinowski sai da reflexão sobre cultura propriamente dita para voltar ao estudo da natureza humana cujas necessidades ele tenta determinar, chegando até a listá-las e classificá-las de maneira pouco convincente.

Mas não se pode deixar de falar da contribuição de Bronislaw Malinowski para os estudos culturais. Nesse sentido Cuche (2005, p. 73-74) registra que:

O grande mérito foi demonstrar que não se pode estudar uma cultura analisando-a do exterior, e ainda menos a distância. Não se satisfazendo com a observação direta ‘em campo’, ele sistematizou o uso do método etnográfico chamado de ‘observação participante’ (expressão criada por ele), único método de conhecimento em profundidade da alteridade cultural que poderia escapar ao etnocentrismo.

Após ressaltar o importante papel que a cultura tem para o homem como meio de adaptação às complexidades do mundo em que ele vive na dupla condição de criador e ao mesmo tempo criatura desse mundo, Herskovits (1963, p. 31), antropólogo difusionista e um dos principais “inventores” do conceito de aculturação¹, apresenta também sua contribuição conceitual, em que descreve a cultura como parte do ambiente feito pelo homem, observando que o processo é resultado de um aprendizado:

Há muitas definições de cultura. Todas concordam em reconhecer que é apreendida; que permite ao homem adaptar-se a seu ambiente natural; que é grandemente variável; que se manifesta em instituições, padrões de pensamento e objeto materiais. Uma das primeiras melhores definições foi dada por E. B. Taylor, ao dizer que a cultura é “o conjunto complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costumes e quaisquer outras capacidades, e hábitos adquiridos pelo homem

¹ Aculturação é o conjunto de fenômeno que resultam de um contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e que provocam mudanças nos modelos (*patterns*) culturais iniciais de um ou dos dois grupos, conforme o comitê composto por Robert Redfield, Ralph Linton e Melville Herskovits, em seu célebre Memorando para o Estudo da Aculturação de 1936. (CUCHE, 2002, p. 115).

como membro da ‘sociedade’. Um sinônimo de cultura é *tradição*, outro, *civilização*; porém o emprego de tais termos está sobrecarregado de implicações diferentes ou matizes da conduta habitual.

Uma breve e útil definição de cultura é: *Cultura é a parte do ambiente feita pelo homem*. Nela está implícito o reconhecimento de que a vida do homem transcorre em dois cenários, o *habitat* natural e o seu “ambiente” social. A definição implica também que a cultura é mais que um fenômeno biológico. Abrange todos os elementos existentes na maturidade do homem, dotação que adquiriu de seu grupo por aprendizagem consciente, ou, em nível um pouco diverso, por um processo de condicionamento; técnicas de vários gêneros, instituições sociais ou outras, crenças e modos padronizados de conduta.

Mais adiante, Herskovits (1963) chama a atenção para a importância do aspecto semântico da palavra, pois se deve atentar para a devida diferença do significado popular do termo “culto” em relação ao conceito de cultura empregado no estudo do homem. Segundo Herskovits (1963, p. 32) 1, “para o cientista, entretanto, uma “pessoa culta”, no sentido popular, domina apenas um fragmento especializado de nossa cultura, da qual participa, em muito maior grau do que suspeita, como o lavrador, o pedreiro, o engenheiro, o cavador, o profissional. [...] são todos parte de uma cultura.”

Alinhado à escola de pensadores ingleses, de tradição nos debates culturais, vale destacar ainda o estudo conceitual de T.S. Eliot, autor de *Notes Towards the Definitions of Culture* [Notas para uma Definição de Cultura], publicado originalmente em 1948, ano em que foi laureado com o Prêmio Nobel de Literatura. Com sólida formação em literatura e linguística, e reconhecido crítico social, poeta e ensaísta, Eliot, contemporâneo de Raymond Williams, vê a cultura como uma expressão da vida de um povo, que se manifesta tanto de forma consciente como inconsciente. Para Eliot (1988, p. 33):

o termo cultura tem associações diferentes segundo tenhamos em mente o desenvolvimento de um indivíduo, de um grupo ou classe, de toda uma sociedade. Parte da minha tese é que a cultura do indivíduo depende da cultura de um grupo ou classe, e que a cultura do grupo ou classe depende da cultura da sociedade a que pertence este grupo ou classe. Portanto, a cultura da sociedade é que é fundamental, e o significado do termo “cultura” em relação com toda a sociedade é que deveríamos examinar primeiro.

Do trabalho de Eliot destaca-se entre outros pontos o reconhecimento do valor da produção cultural em todos os níveis sociais, sem privilegiar o produto originário de nenhum, pois a interação das realizações nos planos individual, grupal e da sociedade inteira é que torna possível a harmonia e o equilíbrio cultural de um povo.

Pela importância dos seus estudos, qualquer investigação das definições da palavra cultura não pode prescindir dos estudos desenvolvidos por Clifford Geertz, antropólogo norte-americano e um dos mais destacados proponentes do movimento intelectual para revigorar o estudo da cultura como sistema simbólico. A importância dada ao conceito de cultura desde que foi elaborado no século XIX assumiu proporções tão

significativas que, ao abrir o Capítulo I de sua obra “*A Interpretação das Culturas*”, Geertz (2008) observa que o tema mais importante da moderna antropologia é “reduzir o conceito de cultura a uma dimensão justa, que realmente assegure sua importância continuada em vez de debilitá-lo”. Para esse fim – redefinição de cultura -, o autor dedicou os ensaios que compõem a obra citada acima. Como ele diz,

os ensaios argumentam em prol de um conceito de cultura mais limitado, mais especializado e, imagino, teoricamente mais poderoso, para substituir o famoso ‘o todo mais complexo’ de E. B. Taylor, o qual, embora eu não conteste sua força criadora, parece-me ter chegado ao ponto em que confunde mais que esclarece. (GEERTZ, 2008, p. 3).

Compartilhando das ideias de Max Weber, Geertz (2008) entende que o termo cultura expressa uma ideia de teia construída pelo homem, rica em significados, onde ele se prende, e nessa condição, por conta de códigos socialmente compartilhados, ele reproduz as manifestações do grupo a que pertence, preservando os padrões e interesses da coletividade. Para Geertz (2008, p. 150), enfim, “é por intermédio dos padrões culturais, amontoados ordenados de símbolos significativos, que o homem encontra sentido nos acontecimentos através dos quais ele vive.”

Ao analisar o impacto do *conceito de cultura sobre o conceito de homem*, Geertz (2008) empreende uma busca pela construção de uma imagem do homem mais próxima da realidade. No desenvolvimento da sua argumentação, Geertz (2008, p. 32) propõe que “a cultura é melhor vista não como um complexo conjunto de padrões de comportamento”, consubstanciados em costumes, usos, tradições, como historicamente vem sendo percebido, “mas como um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções”, que em linguagem computacional chamam-se “programas”, cuja finalidade é manter o comportamento dentro de padrões definidos. Isso só é possível porque o homem ao nascer tem potencial para receber “instruções culturais” que determinarão o seu padrão de comportamento. Como diz Laraia (2009, p. 62), “a criança está apta ao nascer a ser socializada em qualquer cultura existente. Esta amplitude de possibilidade, entretanto, será limitada pelo contexto real e específico onde de fato ela crescer.”

Quanto a autores nacionais, destaca-se a contribuição conceitual de Coelho (2004, p. 103) que tem como referência o pensador galês, autor de *Palavras-chave*:

Cultura, em sua conceituação mais ampla, remete à idéia de uma forma que caracteriza o modo de vida de uma comunidade em seu aspecto global, totalizante. Num sentido mais restrito, como anota Raymond Williams, a cultura designa o processo de cultivo da mente, nos termos de uma terminologia moderna e cientificista, ou do espírito, para adotar um ângulo mais tradicional. Sob esse aspecto o termo aponta para:

1. um estado mental ou espírito desenvolvido, como na expressão “**pessoa de cultura**”;

2. o processo que conduz esse estado, de que são parte as práticas culturais genericamente consideradas;
3. os instrumentos (ou os media) desse processo, como cada uma das artes e outros veículos que expressam ou conformam um estado de espírito ou comportamento coletivo.

Sobre os sentidos do termo cultura destacados acima, enfatiza-se, com base em Coelho (2004, p. 103), a importância das duas últimas noções por não apresentarem “idéia restritiva”, contida na primeira, e expressarem “os modos pelos quais alguém ou uma comunidade responde a suas próprias necessidades ou desejos simbólicos”.

Coelho (2006, p. 103) frisa que na análise dessas duas noções de cultura prevalecem dois ângulos de abordagens:

Um, idealista, ligado, de modo especial, a comportamentos e atos específicos e singulares (artes plásticas, teatro, etc.) e, o outro, materialista e de inspiração marxista, que considera a cultura – em todos os seus aspectos, incluindo os relacionados a todos os *media* e construções intelectuais – como reflexo de um universo social mais amplo e determinante. A tendência hoje dominante é uma composição entre os modos de entendimento idealista e materialista: as várias manifestações culturais não são determinadas de modo absoluto por uma ordem social global patente, mas são elementos decisivos na definição daquela ordem: por outro lado, a cultura não se caracteriza apenas pela gama de atividades ou objetos tradicionalmente chamados *culturais*, de natureza espiritual ou abstrata, mas apresenta-se sob a forma de diferentes manifestações que integram um vasto e intrincado sistema de significações ou linguagens incluindo tanto a **cultura popular** (carnaval) como a publicidade, a moda, o comportamento (ou a atitude), a festa, o consumo, o estar-junto, etc.

Já para Thiry-Cherques (2001), tentar determinar o que é cultura é como trabalhar para solucionar um quebra-cabeça. Segundo esse autor, ainda estamos distantes de uma aceitação universal do significado do termo cultura. Essa dificuldade tem como fundamento o fato de as definições se apresentarem sempre vinculadas a algum setor cultural, tipo antropológico, arqueológico, comportamental, simbólico, tecnológico e diversos outros tipos, o que possibilita extensa lista de definições e conceitos.

O referencial teórico apresentado até aqui tem como base literatura de reconhecido valor acadêmico.

Porém, para ilustrar este trabalho, entende-se oportuno registrar “qual o entendimento de cultura é o mais aceito pela população, qual é o conceito mais utilizado”, cujas perguntas e respostas foram objeto de estudo que culminaram no artigo “*Cultura é o quê? Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos*”, de Daniele Canedo. Com base em sua pesquisa e tratamento dos dados coletados a pesquisadora escreve:

O que podemos inferir das respostas é que a definição mais aceita pelos respondentes da pesquisa de avaliação da II Conferência Estadual de Cultura é aquela que identifica cultura com os modos de vida que caracterizam uma coletividade, onde todos os sujeitos são produtores da cultura. Poucos entrevistados fizeram menção a um conceito restrito às práticas e atividades artísticas que compõem o sistema de produção da indústria cultural. Também foram poucas as

respostas que apresentavam uma compreensão da cultura como conhecimento intelectual adquirido, conceito que teve suas origens na teoria evolucionista de civilização dos teóricos franceses. Ao contrário, observamos uma repetição de palavras e expressões que relacionam ‘cultura’ e ‘povo’. (CANEDO, 2010).

Quanto às conclusões da pesquisa, a autora afirma que:

Através da análise das respostas dos 153 entrevistados sobre o que é cultura foi possível constatar que os participantes da II CEC-BA estavam convictos de que a população faz cultura através de seus costumes e tradições. A idéia de cultura como produto do conhecimento acadêmico ou científico não vigora entre os participantes. (CANEDO, 2010).

Em vista da importância para o cotidiano de todo cidadão, investiga-se também o conceito de cultura sob o aspecto da Constituição Federal.

Na Carta Magna de 1988 o tema cultura é tratado de forma mais direta nos artigos 215 e 216, Seção II, do Capítulo III. Da leitura atenta desses dois artigos da Constituição Federal, pode-se depreender que o legislador teve o cuidado de não definir cultura. A preocupação principal se voltou para garantir *a todos o pleno exercício dos direitos culturais, acesso às fontes da cultura nacional e apoio e incentivo à valorização e à difusão das manifestações culturais*. Observa-se uma clara articulação do artigo 215 com artigo quinto, inciso IX, no qual consta que *é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação independente de censura ou licença*. Em diversos outros dispositivos constitucionais, o legislador destaca pontos culturais, entre esses citam-se o art. 23, III, IV e V, o art. 24, VII e IX, que ajudam a delinear o entendimento de cultura. (BRASIL, 2010).

Com base em Silva (2001, p. 19), observa-se que o texto constitucional registra um sem-número de palavras e expressões - “bens de valor histórico, direitos culturais, manifestações culturais, culturas populares, patrimônio cultural brasileiro, e até diz que este compreende bens de natureza material e imaterial e outras” - que podem ajudar a tecer a definição do termo cultura, mas não o explicita, limitando-se a oferecer os elementos para o interessado formular sua sentença conceitual, e conclui deixando claro que “a Constituição não se contentará com um conceito intelectualista ou simplesmente artístico da cultura”.

Por conta da complexidade do termo, pode-se dizer que também do ponto de vista constitucional não é tarefa fácil a construção de um conceito de cultura.

Entre os autores que elaboraram estudo voltado para a compreensão da cultura sob o entendimento da Constituição Federal, cita-se José Afonso da Silva, com a obra *Ordenação Constitucional da Cultura*, publicada pela Malheiros Editores. Conforme Silva (2001, p. 17) afirma, seu trabalho é:

uma tentativa de interpretação das normas constitucionais sobre cultura. É uma tentativa de compreensão da cultura como sistemas em interações de signos interpretáveis, segundo uma concepção semiótica da cultura. Cultura, enfim, como sistema de símbolos – o que vale dizer: sistema que brota da alma do povo, como

produtora de valores.

Ciente da complexidade do termo, Laraia (2009) deixa claro que a discussão em torno do conceito de cultura nunca terá um fim, pois, como o termo encerra aspectos da natureza humana, é de difícil conciliação entre os estudiosos. Para os que buscam a melhor precisão possível do conceito de cultura, recomenda-se certa tolerância com a imperfeição, pois, repetindo, até o momento atual não se chegou a um consenso. Para Laraia (2009, p. 27), o que se apresenta de real é um complicador, pois, na verdade, as centenas de definições que surgiram após o “estalo” de “Tylor serviram mais para estabelecer uma confusão do que para ampliar os limites do conceito”. Contudo, o consolo, conforme destaca Murdock (1932), citado por Laraia (2009, p. 63) é: “Os antropólogos sabem de fato o que é cultura, mas divergem na maneira de exteriorizar este conhecimento”.

Como se depreende do exposto neste tópico, conceituar cultura é um exercício intelectual de rara complexidade, pois o ecletismo do termo desemboca num pantanal multidisciplinar que possibilita estudos sob diferentes enfoques do conhecimento humano. Mas, ante o universo conceitual apresentado, é oportuno explorar as definições para verificação daquelas em que se identificam pontos de maior interesse para a análise do objeto central deste trabalho que envolve: conhecimentos, arte e técnicas, costumes, hábitos e valores e transmissão de todos estes elementos – de mestres para aprendizes -, que dizem respeito à preservação do patrimônio cultural imaterial ligado às tradições da construção de barcos de madeira, pelos mestres artesãos, no estado do Maranhão.

Duas definições se destacam neste trabalho por apresentar pontos que podem contribuir para o desenvolvimento do estudo em curso. Observe-se mais uma vez a definição de Tylor: “Cultura [...] é aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade.” À parte o princípio evolucionista, ou seja, o processo da escala evolucionista que toda cultura deveria observar para alcançar o estágio de sociedade civilizada, diversos itens contidos na definição – “clara, simples, descritiva e objetiva”, conforme Cuhe (2002, p. 35) -, do antropólogo inglês são, consoante se evidencia neste trabalho, facilmente identificáveis no ambiente social em que se manifesta todo o complexo conjunto da atividade cultural da construção de barcos de madeira, aqui, tomado como referência o Centro Vocacional Tecnológico Estaleiro Escola, de São Luís – Maranhão. A outra é a abordagem interpretativa de Clifford Geertz, em que se encontram reflexões que podem ajudar na construção da interpretação de significados que se buscam durante a realização de estudos culturais. Portanto, para fins deste trabalho, toma-se como referência o

conceito semiótico de Clifford Geertz (2008, p. 4) pelo que pode contribuir para a compreensão e explicação dos aspectos culturais aqui tratados:

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

2.1.3 Cultura e a diversidade de comportamentos

Segundo Cuche (2002), a noção de cultura possibilita às Ciências Sociais que se reflita sobre a humanidade do ponto de vista de sua diversidade.

Um tema recorrente nas discussões antropológicas nos dois últimos séculos é a harmonia da unidade biológica e a grande diversidade cultural do homem.

Estudar esse tema contribui para a compreensão do significado das políticas públicas de educação voltadas para o avanço dos estágios de desenvolvimento, principalmente das comunidades menos assistidas pelos poderes instituídos.

As pesquisas realizadas, principalmente a partir de meados do século XIX por estudiosos interessados em compreender as diferenças de comportamento entre os homens, foram determinantes para as reflexões sobre o dilema acima.

Mas a inquietação com as diferenças de comportamento entre os homens remonta aos pensadores da antiguidade. O enunciado “a natureza dos homens é a mesma, são os seus hábitos que os mantêm separados”, atribuído a Confúcio, filósofo chinês, quatro séculos antes de Cristo, dá uma dimensão da preocupação com o assunto já àquela época (LARAIA, 2009, p. 10).

Durante muito tempo se discutiu a validade de teorias que atribuíam a determinados grupos sociais “capacidades específicas e inatas” que possibilitavam a conclusão de superioridades de algumas “raças” em relação a outros grupos humanos. Expressões tipo “os norte-americanos são empreendedores e interesseiros”, “os nórdicos são mais inteligentes que os negros” e “os brasileiros herdaram a preguiça dos negros, a imprevidência dos índios e a luxúria dos portugueses”, são conhecidas e evidenciam um teor preconceituoso inaceitável. (LARAIA, 2009, p. 17).

Encontram-se ainda manifestações pontuais que pregam a superioridade de um ser humano em relação a outro, incluindo-se aí grupos que se intitulam esclarecidos, mas a cada dia que passa essas condutas distorcidas da realidade resistem menos aos fundamentos da moderna genética.

Nesse sentido, ao apresentar o entendimento que se tem nos dias atuais sobre esse tema, Laraia (2009, p. 17) tem o cuidado de expressar o pensamento da categoria a que pertence e não o seu individual. Com isso ele demonstra a generalização da ideia e a consistência da afirmação. Diz o pensador brasileiro:

os antropólogos estão totalmente convencidos de que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais. Segundo Felix Keesing, ‘não existe correlação significativa entre a distribuição dos caracteres genéticos e distribuição dos comportamentos culturais. Qualquer criança humana normal pode ser educada em qualquer cultura se for colocada desde o início em situação conveniente de aprendizado’.

Quanto ao determinismo geográfico, pode-se dizer que tem por base a concepção de que as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural. As ideias que deram origem a essas teorias partiram principalmente de geógrafos, viajantes do final do século XIX e início do século XX. Sob alguns aspectos até o “clima foi considerado como fator importante na dinâmica do progresso.” (LARAIA, 2009, p. 21).

Entre outros antropólogos que a partir do início do século passado contestaram esse determinismo, Laraia (2009, p. 21) cita:

Boas, Wisslere e Kroeber que refutaram e demonstraram que existe uma limitação na influência geográfica sobre os fatores culturais. E mais: que é possível e comum existir uma grande diversidade cultural localizada em um mesmo tipo de ambiente físico.

Para Cuche (2002) e Laraia (2009), dentre outros estudiosos, as diferenças comportamentais não podem ser explicadas a partir do aparato biológico do homem e também não podem ser justificadas em termos de meio ambiente.

Ao refletir sobre o que determina a variação de comportamento entre os humanos, Cuche (2002, p. 9-10) afirma que a cultura

parece fornecer a resposta mais satisfatória à questão da diferença entre os povos. [...]. A noção de cultura se revela então o instrumento adequado para acabar com as explicações naturalizantes dos comportamentos humanos. A natureza, no homem, é inteiramente interpretada pela cultura.

Portanto, em qualquer análise da diversidade de comportamentos do homem é preciso considerar o significativo papel da cultura como elemento determinante no processo estudado, pois como afirma Geertz (2008, p. 33) “A cultura não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela – a principal base de sua especificidade”.

2.2 Patrimônio cultural

O entendimento que se tem na atualidade da expressão *patrimônio cultural* é resultado de um lento processo de mudanças de aceção nos dois termos.

Das duas palavras que formam a expressão, a segunda, cultura, foi analisada com ênfase na abordagem antropológica. E patrimônio, o quê significa?

De forma simples e objetiva Pelegrini (2008, p. 27) registra que “patrimônio, em nosso cotidiano, surge como os bens de valor, aquilo que temos e que declaramos no imposto de renda.”

Ao iniciar a abordagem do item *Patrimônio, a ampliação do conceito*, Castriota (2009, p. 83-84-85) apresenta uma visão claramente identificada com a sua área de formação, arquitetura, e ressalta o papel da Antropologia nesse processo evolutivo. Diz esse autor que:

Originalmente ‘herança do pai’ no direito romano antigo, entendia-se como patrimônio de um particular o complexo de bens que tinham algum valor econômico, que podiam ser objeto de apropriação privada. Com o tempo, porém, o uso desse termo sofre uma ampliação e um deslocamento, sendo hoje utilizado em uma série de expressões como ‘patrimônio arquitetônico’, ‘patrimônio histórico e artístico’, ‘patrimônio cultural’, e mesmo ‘patrimônio natural’, que abrangem uma gama de fenômenos muito mais ampla que a inicial.

[...]

Assim, no que se refere ao patrimônio arquitetônico, vemos uma verdadeira ‘explosão’ do conceito, que passa de uma formulação restrita e delimitada para uma concepção contemporânea tão ampla que tende a abranger a gestão do espaço como um todo.

[...]

Também a noção de ‘patrimônio cultural’ vai sofrer uma ampliação, graças, principalmente, à contribuição decisiva da Antropologia, que, com sua perspectiva relativizadora, nele integra os aportes de grupos e segmentos sociais que se encontravam à margem da história e da cultura dominante.

Na busca de uma definição também ampla, mas que possibilite a exploração de outros sentidos, recorre-se mais uma vez ao DICIONÁRIO Enciclopédico Ilustrado Veja Larousse (2006b, p. 1989) onde consta que:

patrimônio s. m. (lat. patrimonium, ii) 1. Herança de família. 2. DIR. Conjunto dos bens, direitos e obrigações de uma pessoa ou empresa. 3. Conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida para um determinado lugar, ou para a humanidade, que são protegidos pelo tombamento e passam a ser preservados para o usufruto comum.

Em virtude da relação com este trabalho interessam os itens um e três, acima, para fins de investigação dos seus significados. No item um o legado familiar pode ser de natureza material ou imaterial, intangível, e no item três o valor atribuído sempre está vinculado a um patrimônio espiritual, portanto, sem conotação monetária. No que diz respeito ao aspecto imaterial contido nesses dois itens, podem-se observar elementos de natureza emocional e espiritual de grande impacto para o ser humano. Sobre o primeiro observa-se que, além da

herança material, é comum em muitas famílias o legado imaterial, na forma de transmissão de ensinamentos, ou se preferir de conhecimentos e lições de inestimável valor. Principalmente os antropólogos e os sociólogos podem listar um inventário quase sem-fim de exemplos coletados em muitos agrupamentos humanos que corroboram tal realidade. Receitas de alimentos, bebidas, orientações de conduta para a vida inteira, danças e ritmos, como o bumba meu boi e o frevo, formas de fazer coisas diversas a partir de conhecimentos técnicos transmitidos, como barcos de madeira e velas para navegação, todos, são facilmente encontrados em muitas regiões do Brasil e dão bem a dimensão da riqueza imaterial, ou simbólica, que se pode deixar para os herdeiros ou para aqueles por quem se nutre uma estima especial. Como diz Funari (2006, p. 9): “Que leitor não poderá arrolar uma série de outros?”

Quanto ao item três, ressalta-se, entre outros pontos, o caráter coletivo embutido na ideia de patrimônio, ou seja, algo pertencente a uma comunidade, a um povo, a uma nação ou à humanidade. Sobre o entendimento do sentido de coletividade e patrimônio Funari (2006, p. 9-10) afirma:

A coletividade não é uma simples soma de indivíduos, assim o todo não é uma mera junção das partes, como afirmou, há 2.500 anos, o filósofo grego Platão. As coletividades são constituídas por grupos diversos, em constante mutação, com interesses distintos e, não raro, conflitantes. Uma mesma pessoa pode pertencer a diversos grupos e, no decorrer do tempo, mudar para outros. São, portanto, inúmeras as coletividades que convivem em constante interação e mudanças. Essa diversidade leva à multiplicidade de pontos de vista, de interesses e de ações no mundo. Por isso, o que é patrimônio cultural para uns, para outros, não é.

A preocupação com a construção de uma identidade própria é uma característica observável em qualquer agrupamento social e remonta a épocas distantes. Cada grupo de pessoas, seja uma pequena comunidade quer seja uma população regional ou até nacional, ao longo de sua existência, estabelece e tece padrões de comportamento que são transmitidos socialmente e que precisam ser preservados para as futuras gerações compartilharem e continuarem a reproduzir de forma a perpetuar a identidade do grupo.

Ao apresentar a evolução do termo patrimônio, Funari (2006, p. 15-16-17) relata que:

O surgimento dos Estados nacionais era o que faltava para desencadear uma transformação radical no conceito de patrimônio. O melhor exemplo de criação do estado nacional moderno talvez seja a França, a partir de revolução de 1789. Não por acaso, foi lá que se desenvolveu o moderno conceito de patrimônio.

[...]

O Estado nacional surgiu, portanto, a partir da invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua e uma cultura, uma origem e um território. Para isso, foram necessárias políticas educacionais que difundissem, já entre as crianças, a ideia de pertencimento a uma nação. Os estudiosos modernos chamaram isso de introjeção ou doutrinação interior, que visava a imbuir o jovem desde cedo, de sentimentos e conceitos que passavam a fazer parte de sua compreensão de mundo, como se tudo fosse dado pela própria natureza das coisas. Um sociólogo de

nossa época, o francês Pierre Bourdieu, usou a palavra *habitus* para se referir a essa naturalização inconsciente que, no contexto dos Estados nacionais, depende de mecanismos de reprodução social, como a escola. Vários outros pensadores modernos, como Giles Deleuze e Michel Foucault, ressaltaram o papel da escola na difusão e aceitação dos conceitos sociais.

Os novos Estados nacionais tiveram como tarefa primeira inventar os cidadãos.

A ideia de legado como patrimônio cultural passou por lenta mudança de entendimento, típica de tudo que tem a marca da tradição, até se consolidar nos dias atuais. Nesse sentido Menezes (2006, p. 42-43) registra que:

A tradição construída na idade moderna e que se torna hegemônica até meados do século passado (o século XX) é a de tomar como patrimônio cultural as grandes construções culturais e identitárias, comumente associadas às obras monumentais de uma arte ligada às classes dominantes, principalmente com elo à arquitetura, escultura, pintura, literatura, (incluído o teatro) e a música. Além disso, os *grandes fatos* da história nacional (ou regional), especialmente aqueles ligados aos *grandes feitos* políticos, eram tomados como os verdadeiros fatos históricos dignos de herança.

Na mesma linha interpretativa Pelegrini (2008, p. 28) escreve que:

Patrimônio cultural associou-se, nos séculos XVIII e XIX, com a nação, com a escolha daquilo que representaria a nacionalidade, na forma de monumentos, edifícios ou outras formas de expressão. Assim, surgiram os Museus de Antiguidades, com peças antigas, mas reunidas em honra de uma nação. Esse é o modelo de museu com ambições imperiais e universalistas como o Britânico, em Londres, ou o Louvre, em Paris. Outros podiam ter ambições mais nacionalistas ou regionalistas do que imperiais. Como é o caso do Museu Paulista (Museu do Ipiranga), voltado para reunir os objetos antigos que mostrariam as pretensões de supremacia nacional do Estado de São Paulo. Daí o lema: *non ducor, duco* (não sou conduzido, conduzo).

É oportuno abrir aqui mais espaço para a lente observadora de quem é ligado à historiografia. Portanto, observa-se ainda com base em Menezes (2006) que, enquanto o conceito de cultura assumia novas acepções, essa dinâmica semântica contribuiu de forma preponderante, a partir também de novas práticas e zelo patrimonial, para o surgimento do que passou a ser entendido como patrimônio cultural. Nesse processo foi significativa a contribuição de outros campos do conhecimento. Essa evolução dos fatos culturais pode ser mais bem assimilada tomando-se por base o que afirma Menezes (2006, p. 44):

A noção de patrimônio cultural também é herdeira da forma de pensar a História e de construir as interpretações históricas que sofreram uma radical e revitalizante mudança a partir do final do século XIX e, principalmente, no decorrer da formação e evolução do grupo de historiadores franceses ligados a *Escola dos Annales*.² A concepção do fazer histórico mudou e com ela a idéia de herança cultural e, sobretudo, de interpretação das culturas passadas.

² *Escola dos Annales* é a denominação comum dada a um grupo de cientistas sociais, capitaneados por Lucien Febvre e Marc Bloch, que fundaram a revista de história *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, em 1929. Daí se materializou uma nova história que se construiu de férteis discussões inovadoras e críticas à produção histórica do século XIX. Tal crítica remonta ao final daquele século, mas se efetiva e se enriquece, principalmente, a partir do final da 1ª Guerra Mundial.

Para aprofundamento do conhecimento dos seus ricos aspectos histórico não se pode deixar de destacar outros eventos importantes para formação de uma consciência em prol dos movimentos ligados ao patrimônio cultural - material e imaterial - e sua preservação.

Como observa Castriota (2009, p. 11),

se pensarmos o patrimônio como um “campo”, no sentido que lhe dá Pierre Bourdieu, espaço simbólico onde representações em disputa são determinadas e validadas pelos diversos agentes, vemos o quanto este campo se tornou mais complexo nas últimas décadas, passando de uma temática de interesse restrito e limitada a algumas camadas de *experts*, para um objeto que provoca controvérsia, mobilização e comoção pública ao redor do globo.

A preocupação com a cultura nacional e preservação patrimonial começa a ganhar um maior disciplinamento legal em diversos países, principalmente no final do século XIX. Funari (2006, p. 19) afirma que mesmo a França com toda sua tradição de Estado moderno somente viria a criar sua “primeira lei protetora do patrimônio nacional no ano de 1887, tendo sido complementada por uma legislação mais ampla em 1906, já em pleno século XX”.

Na primeira metade do século XX, observam-se diversas iniciativas na França e Estados Unidos com vista à preservação de bens materiais com significado cultural.

Além de uma legislação específica, criam-se serviços de proteção do patrimônio, como museus, formando uma administração patrimonial. Essa burocracia foi composta por profissionais de diversas formações e especialidades, principalmente arquitetos, historiadores da arte, historiadores, arqueólogos, geógrafos, antropólogos e sociólogos, entre outros. (FUNARI, 2006, p. 20).

Mas é a partir principalmente do fim da Segunda Guerra Mundial com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da UNESCO, no ano de 1945, que se percebem efetivos movimentos e campanhas de entidades e organismos nacionais e internacionais em defesa da salvaguarda do patrimônio cultural da humanidade. Sobre esses avanços, Funari (2006, p. 24-25) relata que:

Os próprios conceitos de ambiente e cultura sofreram alterações. O meio ambiente e a cultura foram, muitas vezes, valorizados por seu caráter único e excepcional. Com o despertar para a importância da diversidade, já não fazia sentido valorizar apenas, e de forma isolada, o mais belo, o mais precioso ou o mais raro. Ao contrário, a noção de preservação passava a incorporar um conjunto de bens que se repetem, que são, em certo sentido, comuns, mas sem os quais não pode existir o excepcional. É nesse contexto que se desenvolve a noção de imaterialidade do patrimônio. Uma paisagem não é apenas um conjunto de árvores, montanhas e riachos, mas sim uma apropriação humana dessa materialidade. Assim, compõem o patrimônio cultural não apenas as fantasias de carnaval, como também as melodias, os ritmos e o modo de sambar, que são bens imateriais.

Entre os diversos eventos que marcaram, nas últimas décadas, as ações para promoção da cultura no contexto mundial merece destaque a primeira Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, adotada pela conferência geral da UNESCO, reunida em Paris e aprovada em 16 de novembro de 1972, em sua décima sétima sessão. Com base em exposição de motivos onde expressa preocupação com a preservação

das riquezas culturais da humanidade e reconhece a importância das convenções, recomendações e resoluções internacionais existentes relativas aos bens culturais e naturais para a salvaguarda desses bens incomparáveis e insubstituíveis, qualquer que seja o povo a que pertençam, os países presentes convencionaram que:

Art. 1 – Para os fins da presente convenção serão considerados como patrimônio cultural:

- os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Art. 2 – Para fins da presente convenção serão considerados como patrimônio natural:

- os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas e as áreas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- os lugares notáveis naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural. (IPHAN, 2010a).

Por conta de um nacionalismo ainda remanescente à época, Pelegrini (2008, p. 29) registra que “a Unesco e os estados nacionais expressaram a predileção pelo caráter excepcional de obras-primas, da humanidade ou da nação, como dignos de preservação e posteridade”, sem manifestar no documento preocupação com a riqueza imaterial produzida pelo homem, na sua diversidade.

Mas a insatisfação com os rígidos posicionamentos dos organismos detentores do poder de normatizar o tema patrimônio cultural gerou muitas críticas em diversos países, exigindo valorização e reconhecimento para diversas formas de manifestações culturais. Com base no relato de Pelegrini (2008, p. 29), diz-se que:

Esse movimento de valorização das culturas, iniciado com os aspectos materiais, em geral produzido pelas elites, passou aos poucos a se expandir para as manifestações intangíveis e dos grupos sociais em geral, não apenas, pelos dominantes.

Para enriquecer ainda mais a percepção desse momento histórico, é importante registrar que:

O movimento à restrição do documento da UNESCO, liderado pela Bolívia, foi uma reação de diversos países do terceiro mundo, em que solicitaram formalmente à UNESCO a realização de estudos que apontassem formas jurídicas de proteção às manifestações da cultura tradicional e popular como um importante aspecto do Patrimônio Cultural da Humanidade. O resultado desses estudos foi a

‘Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular’, de 1989, documento que fundamenta, até hoje, as ações de preservação do que, mais recentemente, se passou a denominar ‘patrimônio cultural imaterial’ ou ‘intangível’. Embora no Oriente, especialmente no Japão, a proteção a essas expressões já fosse uma realidade desde os anos 50, no mundo ocidental, as primeiras iniciativas têm lugar após esse debate. (IPHAN, 2006a, p. 15).

Sobre o lento processo de valorização das manifestações populares como patrimônio cultural imaterial, é de significado pontual a afirmação de Tolina Loulanski (Apud PELEGRINI, 2008, p. 29), publicado na “segunda metade da década de 2000”, pelo que pode corroborar na fundamentação da argumentação de que se necessita para a demonstração da importância de preservar o conhecimento relativo às práticas e arte da construção de barcos de madeira, como tradição cultural, no Estado do Maranhão.

Com a democratização da cultura e sua definição sócio-antropológica expandida (segundo a qual quase qualquer atividade humana pode ser igualmente cultura, e onde todo produto humano pode ser, da mesma maneira, digno de preservação) a distância entre o patrimônio cultural como *monumentos* e as pessoas como suas criadoras, guardiãs e usuários foi muita reduzida. (LOULANSKI, 2006, apud PELEGRINI, 2008, p. 29).

Felizmente, uma nova realidade se afigura no contexto da valorização das culturas populares, pois, com a ampliação do conceito de cultura, o limitado entendimento de patrimônio, restrito há poucos anos atrás ao excepcional, conforme afirma Pelegrini (2008, p. 30), evoluiu e passou a considerar “cada vez mais as ações quotidianas em sua imensa e riquíssima heterogeneidade.”

Por isso, o estágio em que se encontra o panorama das discussões sobre os avanços para reconhecimento de muitos hábitos, manifestações e tradições culturais leva Pelegrini (2008, p. 30) a afirmar que:

Algo aparentemente tão simples como charquear carnes revela-se variado, com características próprias e únicas, em cada canto do planeta, digno, portanto, de preservação como vivência diferenciada da humanidade, como propugnou a insuspeita revista *The Economist* (December 2006, Cured Meat, p. 88-90). O intelectual palestino Edward Said (1935-2003) constatou que, mais do que nunca, os estudiosos se voltam para “as energias e correntes não europeias, descolonizadas, descentradas, de relações de gênero de nossa época.”

Como se observa, o movimento em prol do reconhecimento do patrimônio cultural imaterial vem chamando a atenção de estudiosos e entidades ligadas ao tema e passou a receber de importantes veículos de comunicação destaque por conta do significado para as pessoas nas mais diferentes localidades do globo. Mas, como tudo que envolve quebra de paradigmas e avanços de concepção na sociedade humana, o processo é marcado por discussões, já que envolve interesses nem sempre caracterizado pela consensualidade das partes envolvidas. Como observa Pelegrini (2008, p. 31):

A valorização do patrimônio imaterial está articulada às transformações das formas de convívio social e aos padrões culturais que regem a existência humana. A própria

dinâmica cultural expressa nos movimentos que deram origem à discussão sobre a necessidade de salvaguarda do patrimônio imaterial e à historicidade dos conceitos que a envolvem explicitam o reconhecimento de que o patrimônio materializa as mais diversas formas de cultura e que, portanto, se constitui em mais uma esfera de embates sociais.

Mas foi somente no ambiente das transformações decorrentes da redemocratização que o Brasil, seguindo as práticas dos países de longa tradição de zelo pelo patrimônio cultural, passou, a partir da Constituição de 1988, a dar tratamento legal a seus valores culturais.

A inclusão desse tema na Carta Magna se revestiu de significado especial para tomada de nova consciência da importância do tema.

Não custa reforçar que o artigo 215 trata de garantir os direitos relativos à cultura no Brasil. Do teor dos parágrafos e incisos que compõem esse artigo da Constituição Federal (CF), ressalta-se o aspecto de proteção às manifestações das culturas populares e a defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro. No art. 216, consta que “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira constituem o patrimônio cultural brasileiro”. Pela pertinência com este trabalho, conforme será observado à frente, destacam-se dentre os incisos que integram o Art. 216 o I, II e III, pois, respectivamente, *as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver e as criações científicas, artísticas e tecnológicas*, incluem-se como elementos do patrimônio cultural brasileiro.(BRASIL, 2010).

Conforme se depreende da CF, o patrimônio cultural nacional é formado pelo conjunto dos bens culturais de reconhecido valor histórico, artístico e científico, com a devida autenticidade e integridade e que identificam uma comunidade, um Estado ou uma Nação. Pela importância, como legado, para as gerações futuras deve ser preservado com a colaboração de toda a comunidade.

Esses bens são classificados em dois grupos: a) bens materiais – são os móveis e imóveis. Patrimônio natural e paisagístico, o patrimônio urbano e arquitetônico dentre outros compõem os imóveis. As coleções de arte, objetos mobiliários, arquivos, documentos, fotografias e outros objetos da mesma natureza são bens móveis; e, b) bens imateriais – esse conjunto é representado pelos bens de natureza intangível e se apresentam através de ideias, folclore, formas de arte, como música e representações cênicas, *saberes, técnicas próprias* - inclui-se neste item a construção de barcos de madeira, no Maranhão - e muitas outras formas de expressão que dão identidade ao povo brasileiro.

Com o aparato legal estabelecido na Constituição Federal cabe a cada grupo interessado no tema cultura fazer valer os seus direitos através dos mecanismos jurídicos vigentes.

No Brasil, a preocupação oficial com preservação do patrimônio brasileiro remonta ao ano de 1937. Através da Lei nº 378, de 13 de janeiro daquele ano, o governo Getúlio Vargas cria o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Em 1970 o órgão passa a chamar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Esse órgão tem como atribuição identificar, documentar, tomba, salvaguardar e fiscalizar o patrimônio histórico nacional.

Às ações do IPHAN somam-se as de outros diversos órgãos, em nível federal, estadual e municipal que atuam em conjunto para cumprir a missão de proteger o patrimônio cultural brasileiro, destacando-se: FUNARTE, Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP/IPHAN), Fundação Biblioteca Nacional e o Fórum das Culturas Populares Indígenas Patrimônio Imaterial.

2.2.1 Patrimônio cultural imaterial no Brasil

Pela pertinência com este trabalho, aprofunda-se em um item à parte a investigação sobre o entendimento atual de patrimônio cultural imaterial, no Brasil, e os principais eventos que marcaram a sua trajetória.

Nas últimas décadas o tema patrimônio cultural imaterial passou a ser reconhecido como um campo de estudo específico merecedor de reconhecimento especial e constante disciplinamento legal, destacando o Decreto 3.551/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial.

Em 2003, ao definir o patrimônio imaterial como objeto de instrumento normativo multilateral, a UNESCO reconhecia a importância do papel desse tema no contexto da cultura global, num momento caracterizado por rápidas mudanças, profundas desigualdades econômicas e perigosas manifestações de intolerâncias étnico- religiosas.

No artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003, p. 3, grifo meu), de 17 de outubro de 2003, lê-se:

Para fins da presente Convenção,

1. Entende-se por 'patrimônio cultural imaterial' as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração,

é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.

2. O “patrimônio cultural imaterial”, conforme definido no parágrafo 1 acima, se manifesta em particular nos seguintes campos:

- a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
- b) expressões artísticas;
- c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
- d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
- e) *técnicas artesanais tradicionais*.

Observe-se que a conceituação vigente no Brasil guarda estreita analogia com a definição aprovada pela Convenção de 2003, no encontro promovido pela UNESCO, pois, de acordo com o Decreto de nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 (BRASIL, 2000), que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, o acervo cultural intangível brasileiro é formado por um universo de manifestações de singular diversidade: os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que dão vida à identidade que caracteriza cada grupo praticante.

Ainda no contexto legal, ressalta-se também o caráter complementar da Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006 (IPHAN, 2010), em relação ao Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000 (BRASIL, 2000), já que considera como bem cultural de natureza imaterial as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social. Mais adiante afirma que se toma tradição no seu sentido etimológico de “dizer através do tempo”, significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado. (BRASIL, 2000).

De Castro (2008, p. 12-13) destacam-se pontos relevantes das suas reflexões – principalmente o que se refere às políticas públicas - sobre a definição adotada na Convenção da UNESCO de 2003:

O conceito de patrimônio cultural imaterial é, portanto, amplo, dotado de forte viés antropológico, e abarca potencialmente expressões de todos os grupos e camadas sociais. Verifica-se no país a tendência ao seu entendimento e à sua aplicação aos ricos universos das culturas tradicionais populares e indígenas.

[...]

Vale observar que a própria noção de patrimônio cultural imaterial é, ela mesma, o produto da significativa revisão das ideias relativas a concepções de desenvolvimento, a programas educacionais e de democratização da cultura.

[...]

A noção de patrimônio cultural imaterial permitiu destacar um conjunto de bens culturais que, até então, não era oficialmente incluídos nas políticas públicas de

patrimônio orientadas pelo critério de excepcional valor artístico do bem a ser protegido. A noção supõe assim, o enfoque global e antropológico do patrimônio cultural: a oralidade, os conhecimentos tradicionais, os saberes, os sistemas de valores e as manifestações artísticas tornaram-se expressões fundamentais na identificação cultural dos povos, constituindo-se objeto de fomento de políticas públicas neste setor.

Mas a construção da concepção do que se entende por Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil se fez por etapas, através de um longo processo, marcado por eventos de reconhecido valor histórico.

No documento *Os Sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois* (IPHAN, 2006b), são destacados os principais eventos relativos ao período de 1922 a 2006, ou seja, desde que foram concebidas as primeiras ideias sobre registro cultural e diversidade cultural até a realidade atual caracterizada pelos desafios de implementar políticas de preservação dos bens culturais imateriais.

Alguns pontos importantes dessa evolução já foram abordados de certa forma. Mas, para ilustrar ainda mais este trabalho, não se pode deixar de extrair do texto alguns eventos que se entendem luminosos do ponto de vista da historiografia desse tema, conforme consta do documento (IPHAN, 2006b, p. 6-7):

- 1922 – Semana de Arte Moderna. Um dos expoentes é Mário de Andrade. Ele deu início à reflexão sobre o patrimônio cultural imaterial brasileiro. Foi um dos precursores, nos anos 1930, do tratamento do patrimônio cultural – trabalho etnográfico -, cujo tema já àquela época era visto como complexo e abrangente, mas passível de ser apreendido em sua totalidade a partir de investigação antropológica. Se, por acaso, a cultura imaterial do Brasil tivesse um santo padroeiro – esse santo padroeiro seria Mario de Andrade.
- 1936 – Após enveredar por anos pelos mais distintos rincões do país em busca de registros culturais que marcassem o jeito de ser, agir, e de se comportar do povo brasileiro, Mário de Andrade apresenta proposta de implantação da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro, elaborada a pedido de Gustavo Capanema, então Ministro de Educação e Saúde Pública.
- 1937 – O governo brasileiro cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), primeira instituição voltada para a proteção do patrimônio cultural do país.
- 1947 – Cria-se a Comissão Nacional de Folclore, ponto de partida para o estudo do Folclore e das manifestações culturais do país.
- 1976 – Transformação da Campanha de Defesa do Folclore em Instituto Nacional do Folclore, vinculado à Fundação Nacional de Arte (Funarte).
- 1988 – Constituição Federal. O Patrimônio Cultural é definido de modo amplo. Nos artigos 215 e 216, o direito ao reconhecimento das manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e dos outros grupos que participam do processo civilizatório nacional é estabelecido.
- 1997 – O Instituto Nacional de Folclore é transformado em Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), vinculado à Funarte. Realização do Seminário Patrimônio Imaterial: estratégia e formas de proteção, em Fortaleza, quando são discutidos os instrumentos legais e administrativos de preservação dos bens culturais de natureza imaterial.
- 1998 – É criada a Comissão Interinstitucional para elaborar propostas de regulamentação de Registro do patrimônio cultural imaterial.

- 2000 – Instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI), mediante o Decreto nº 3551, de 4 de agosto desse ano.
- 2002 - Primeiro Registro de Bem Cultural Imaterial no Brasil: Ofício das Paneleiras de Goiabeiras/Vitória/ES.
- 2003 - O CNFCP passa a integrar a estrutura do Iphan, mediante o Decreto nº 4.811, de 19 de agosto de 2003. Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada na 32ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, em Paris, em 17 de outubro. No mês de novembro em Paris, a arte gráfica dos índios Wajãpi é proclamada pela Unesco Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.
- 2004 – Em 04 de abril, o Decreto nº 5040, criou o Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan (DPI) ao qual foi agregado o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP).
- 2005 – No mês de setembro, em Brasília, é lançado o 1º Edital do PNPI. No mês de novembro em Paris, o Samba de Roda no recôncavo Baiano é proclamado pela Unesco Obra-Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade.
- 2006 – Em abril, por meio do Decreto nº 5753, o Brasil ratificou a Convenção da Unesco sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003.

Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil, comenta, na apresentação do trabalho de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, que entre as consequências positivas da adoção dos princípios contidos na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial distinguem-se as iniciativas com vista à implementação de políticas públicas para intensificar as conversações sobre cultura e criatividade, nos planos interno e externo, dos países. Como resultado do uso de tais estratégias nesse campo, espera-se reduzir as desigualdades, mas validando a diversidade cultural existente e criando ao mesmo tempo as necessárias condições de desenvolvimento sustentável para todos os povos, não importando sua localidade.

A posição do Brasil no contexto do patrimônio imaterial, em sintonia com a linha de atuação da UNESCO, elevou-o a uma categoria de referência nesse campo, apesar das grandes dificuldades enfrentadas para “efetivação de ações junto às esferas estadual e municipal”. É preciso frisar, entretanto, que a dificuldade de atingir parcela expressiva da extensão territorial deste país, os entraves burocráticos e o baixo nível de investimento em capacitação na gestão pública configuram o tamanho do obstáculo a ser superado no processo de “normalização do direito de salvaguardar o conjunto de conhecimentos tradicionais, a oralidade, os saberes e as manifestações artísticas da população brasileira e para ela como um todo”, observa Vincent Defourny.

2.2.2 Preservação do patrimônio cultural imaterial

Ao tratar do tema *educação patrimonial*, Salvadori (2008, p. 37) afirma que:

O termo passou a ser mais amplamente utilizado no Brasil a partir da década de 1980, mas ainda restrito aos trabalhos educativos que poderiam ser realizados por museus e instituições afins, embora seja fundamental reconhecer o salto qualitativo que muitas delas deram a partir de então, criando serviços educativos pelos quais os visitantes passaram a se relacionar mais diretamente com os lugares visitados. Hoje, porém ele é usado para um processo ainda mais amplo de valorização e preservação de bens materiais ou imateriais que ajudam a compreender melhor tanto o estilo de vida daqueles que o produziram quanto o nosso próprio.

Atualmente observa-se no Brasil uma envolvente preocupação com a preservação patrimonial que a cada dia ganha mais adeptos. Usando uma expressão mais adequada para essa nova realidade, pode-se dizer que uma *mudança de natureza cultural na cabeça do povo* vem se consolidando a partir das iniciativas desenvolvidas por instituições, entidades e grupos interessados na defesa da diversificada riqueza cultural brasileira.

Sobre a preocupação contemporânea com a cultura da preservação, Castriota (2009, p. 11) assim se manifesta:

O patrimônio cultural constitui hoje um campo em rápida expansão e mudança. De fato, nunca se falou tanto sobre a preservação do patrimônio e da memória, nunca tantos estiveram envolvidos em atividades ligadas a ele, nunca se forjaram tantos instrumentos para se lidar com as preexistências culturais. Entramos no século XXI com o patrimônio ocupando um papel central na reflexão não só sobre a cultura, mas também nas abordagens que hoje se fazem do presente e do futuro das cidades, do planejamento urbano e do próprio meio ambiente.

E, para superar esse desafio, deve-se atentar para a reflexão de Castriota (2009, p. 86) que enfatiza a necessidade de se ter nas equipes que tratam dessa temática, profissionais das mais variadas áreas de formação, com o comprometimento de toda a sociedade:

Parece-nos que, para se pensar hoje em preservação do patrimônio, faz-se importante considerar, antes de mais nada, a amplitude do patrimônio cultural, que deve ser contemplado em todas as suas variantes: devem-se trabalhar todos os diversos suportes da memória – as edificações e os espaços, mas também os documentos, as imagens e as palavras. Nesse sentido, a questão do patrimônio deve deixar de ser exclusividade de alguns profissionais que tradicionalmente se ocupam com ela, passando a exigir a composição de equipes interdisciplinares amplas e a ativa participação da sociedade.

Com relação ao patrimônio imaterial ou intangível, vale observar que o tema passou a receber nos últimos anos mais atenção dos responsáveis pelas políticas de preservação no Brasil, bem como de estudiosos do meio acadêmico interessados no tema, conforme atestam os documentos legais e acadêmicos publicados no Brasil.

Finalizando, vale dizer que:

O patrimônio imaterial não requer ‘proteção’ e ‘conservação’ – no mesmo sentido das noções fundadoras da prática de preservação de bens culturais móveis e imóveis -, mas identificação, reconhecimento, registro etnográfico, acompanhamento periódico, divulgação e apoio. Enfim, mais documentação e acompanhamento e menos intervenção. (IPHAN, 2003).

2.3 Empreendedorismo no século XXI

Observando o cenário econômico “Joseph Shumpeter avisou, em 1942, que a burocratização do capitalismo estava matando o empreendedorismo. As perspectivas mudaram nas décadas seguintes e os empreendedores do Shumpeter novamente cruzam o globo.” (WOOLDRIDGE, 2009, p. 47).

Por décadas as ideias do economista profeta do progresso foram muito bem assimiladas. Os Estados Unidos se tornaram o maior centro de empreendedorismo do mundo e não perderam mais a posição. Wooldridge (2009, p. 53) destaca que no quadro mundial, “apesar de todos os problemas econômicos atuais, os Estados Unidos continuam a ser um exemplo de empreendedorismo. Entre 1996 e 2004, o país criou uma média de 550 mil pequenos negócios por mês”.

Para não deixar dúvida de ordem conceitual, Wooldridge (2009, p. 48) esclarece na introdução do seu trabalho sobre os novos *Heróis globais*, os empreendedores, que:

Para a maioria das pessoas, o termo empreendedor significa simplesmente qualquer um que comece um negócio, seja uma lojinha de esquina, seja um iniciante da alta tecnologia. Esta reportagem especial vai usar a palavra em sentido mais estrito para significar alguém que oferece uma solução inovadora para um problema. A característica definidora do empreendedorismo não é o tamanho da companhia, mas o ato da inovação.

Segundo ainda Wooldridge (2009, p. 53):

os EUA foram o primeiro país, no final dos anos 1970, a abandonar o capitalismo administrado pela variedade empreendedora para superar a estagnação da economia e para isso foi fundamental contar com um exército de inovadores, particularmente em indústrias de computação e nas finanças, que lançou uma onda de empreendedorismo.

A dimensão da importância atual do empreendedorismo no mundo pode ser avaliada a partir do número crescente de empreendedores surgidos nos últimos anos, principalmente em países como China e Índia. Wooldridge (2009, p. 55) observa que “nas últimas duas décadas, a Índia saiu de uma pesada estrutura burocrática – conhecida como *licence Raj* – e transformou-se na terra dos empreendedores libertos.”

Na visão de Wooldridge (2009, p. 61):

a ascensão do empreendedor não diz respeito apenas à economia. Reflete também profundas mudanças nas atitudes em relação a tudo, das carreiras individuais ao contrato social. Ela sinaliza o nascimento de uma sociedade empreendedora.

Chama a atenção de estudiosos a força com que renasce o empreendedorismo num momento de crise e incertezas como o que o mundo atravessa no momento, conforme observa Wooldridge (2009), A profusão de estudos sobre a atividade empreendedora é uma demonstração da importância do tema para promoção do desenvolvimento econômico. Entre

os estudiosos e pesquisadores dessa temática há consenso formado quanto ao papel a ser desempenhado pelos empreendedores para o desenvolvimento de qualquer país, Eles são a locomotiva que move o mundo econômico.

Para Wooldridge (2009, p. 61),

a revolução para a geração atual é a do empreendedorismo. Ela espalhou-se por todo mundo, dos EUA à Grã-Bretanha e a outros países. Traz um bocado de perturbação em seu rastro. E sentencia a ‘tempestade’ que Shumpeter celebrou está nos levando, um tanto rispidamente, para um lugar melhor.

Para difusão da importância do papel do empreendedor para o desenvolvimento econômico, em diversos países, contribuiu de forma significativa o economista Joseph Shumpeter.

2.3.1 O empreendedorismo em Shumpeter

Consequência do avanço tecnológico, a globalização é o principal fenômeno do início deste novo século. Esse complexo processo vem produzindo uma série de transformações sociais, educacionais, culturais, e principalmente econômicas em muitos países.

No cenário de crise atual, o estudo elaborado pelo economista Joseph Shumpeter, que culminou com a publicação, em 1911, do livro a Teoria do Desenvolvimento Econômico, se apresenta como um pilar para estimular o desenvolvimento da sociedade. Um dos temas centrais do livro é a abordagem sobre o papel do empreendedor como fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico

Shumpeter (1988), ao tratar do tema desenvolvimento econômico, esclarece que sua abordagem se afasta da teoria tradicional. Aborda-o num sentido muito estreito e formal.

Elucidando a questão conceitual para elaborar seu raciocínio, afirma:

Entendemos por ‘desenvolvimento’, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa

[...]

O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. Nossa teoria do desenvolvimento não é nada mais que um modo de tratar esse fenômeno e os processos a ele inerentes. (SHUMPETER, 1988, p. 47).

Para assimilar a contribuição da força das ideias de Shumpeter, no enfrentamento da atual crise econômica que o mundo atravessa, faz-se necessário uma imersão no pensamento do autor, a partir, principalmente, de seu livro mais importante, A Teoria do Desenvolvimento Econômico, escrito quando ele tinha apenas 28 anos. Além dessa obra,

merece destaque Capitalismo, Socialismo e Democracia, publicada em 1942. Nesta, ele manifesta pessimismo quanto ao futuro do capitalismo por conta de nova ordem sociopolítica que possibilitará o triunfo do socialismo. Essa visão ainda não se confirmou.

A originalidade da abordagem de Shumpeter para explicar o fenômeno do desenvolvimento econômico, a partir, principalmente, das variações econômicas induzidas pela iniciativa de um agente, chamado empreendedor, tornou-o um dos mais destacados economistas neoclássico. No contexto capitalista, não há como negar um caráter atemporal na lógica econômica desse pensador. É isso que o faz atual.

A importância das ideias de Shumpeter pode ser bem assimilada tomando-se como referência o que registra López-Ruiz (2007, p. 79):

Em 1983 comemorou-se o centenário do nascimento de Shumpeter. Em parte por isso, uma avalanche de livros e artigos foram publicados em torno do economista austríaco. Há mais razão, contudo. Fundamentalmente, muitos desses trabalhos surgiram porque se vivia, naqueles anos, um renascimento da economia shumpetiana e das ideias do liberalismo do *laissez-faire*.

Mais adiante, fazendo coro com outras vozes que não economizam elogios ao *enfant terrible*, como Shumpeter também ficou conhecido, López-Ruiz (2007, p.79) afirma que ele

propusera uma das teses mais originais sobre as causas do desenvolvimento econômico e salientara a importância, para esse processo, do empreendedor – aquela figura que personifica a força do novo, do extraordinário na vida econômica, levando adiante novas composições, inovando.

Segundo análise de Drouin (2008, p. 137)

a obra de Shumpeter é fortemente marcada pela sociologia alemã (Max Weber) e pela economia de Karl Marx. Ao interpretar a teoria dos ciclos, Shumpeter se definiu como o teórico da mudança e dos desequilíbrios do sistema capitalista, cuja dinâmica se funda no papel do empreendedor e na difusão da inovação.

Desai (2003, p. 233) também destaca essa influência ao colocar que

Shumpeter tinha não só dominado a economia liberal como havia lido Karl Max atentamente, e seu livro era uma resposta cuidadosa e detalhada à questão marxista sobre a origem do lucro. A resposta de Shumpeter era uma alternativa à de Marx: o lucro não deriva da exploração do trabalho, mas das *inovações*, e eram os empreendedores que criavam essas inovações.

Para Shumpeter (1988) o sucesso na atividade econômica depende de algumas características do empreendedor. A intuição e a capacidade de ver as coisas de uma maneira que posteriormente se constata ser verdadeira, mesmo que no momento isso não esteja claro e não possa ser comprovado são traços que identificam um empreendedor bem sucedido. Segundo ele, o empresário inovador é um personagem importante para o desenvolvimento econômico; ele é o agente econômico que cria novos produtos e mercados, quer seja por alguma inovação tecnológica, quer seja através de combinações dos fatores de produção.

De acordo com Schumpeter (1988), existe uma relação entre a inovação, a criação de novos mercados, e a ação do empreendedor, pois, na medida em que se verificam mudanças no padrão tecnológico, os consumidores tendem a substituir seus antigos produtos por produtos novos, ensejando uma nova onda de demanda, de fundamental importância para o desenvolvimento econômico de uma sociedade. A inovação é, portanto, um elemento fundamental para o empresário desencadear o processo de transformação estrutural do sistema capitalista. Ao empreendedor cabe o papel de superar as resistências que se levantam contrárias às ideias inovadoras, materializadas em novos produtos, novos processos e novos arranjos organizacionais.

Para Shumpeter (1988) o processo de produção se caracteriza por um conjunto de forças produtivas, chamadas de coisas materiais e coisas imateriais. No contexto das coisas materiais, têm-se os fatores primordiais da produção que são terra e trabalho. Já no contexto das coisas imateriais, estão “os fatores técnicos” e “os fatos de organização social” que são representados por todo o complexo cultural, institucional e social da sociedade.

Para se avançar na compreensão das ideias de Shumpeter, deve-se analisar seus conceitos relativos aos termos empresário, capital e inovação.

O empresário, de acordo com Shumpeter (1988), é aquele que promove inovações no sistema produtivo. As inovações são o resultado das combinações novas realizadas pelo empresário. Os novos produtos e serviços são introduzidos no mercado a partir de suas ideias. Essa é a função do empresário. Para alcançar seu objetivo ele produz grandes impactos no sistema econômico. Esse fenômeno ficou conhecido como “destruição criadora” da ordem econômica e é fundamental para o desenvolvimento econômico e formação da riqueza de um país. Nesse processo o empresário precisa vencer as resistências psicológicas e sociais que o impossibilitam de realizar coisas novas.

É o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores são educados por ele, se necessário; são, por assim dizer, ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham o hábito de usar. (SHUMPETER, 1988, p. 48).

A ação de investir não é uma atividade fácil e requer essa capacidade dentre outras, a fim de perceber as oportunidades de realizar negócios lucrativos embora ele não seja motivado apenas pelo lucro, pois existe o desejo da conquista e o impulso em lutar por uma forma econômica nova.

Em virtude da relevância, Shumpeter (1988) dedica atenção especial ao tema Inovação. Inovação não é resultado apenas de investimentos, nem de evolução tecnológica adotada na área industrial. O *estalo* é fundamental.

No entendimento de Shumpeter (1988, p. 58)

a realização de combinações novas é ainda uma função especial e o privilégio de um tipo de pessoa que é muito menos numeroso do que todos os que têm responsabilidade ‘objetiva’ de fazê-lo. Portanto, finalmente, os empresários são um tipo especial, e o seu comportamento um problema especial, a força motriz de um grande número de fenômenos significativos.

Estudando as ideias do teórico da inovação e dos ciclos, Drouin (2008, p. 140) apresenta as cinco combinações – inovações – descritas por Shumpeter, nos seguintes termos:

- a fabricação de um novo bem ou a transformação de um produto antigo com acréscimo de uma nova qualidade, que o torna diferente;
- a introdução de um novo método de produção. Não é preciso que se baseie numa descoberta científica de primeira importância;
- a abertura de uma nova saída para o produto num mercado que não tinha sido considerado anteriormente;
- a conquista de uma nova fonte de matérias-primas;
- a realização de uma nova organização da produção. Shumpeter cita o benefício da concentração das empresas ou surgimento de mercados oligopolistas.

Stal (2006, p. 47)) registra que “alguns críticos de Shumpeter consideram tal conceituação de inovação muito abrangente, uma vez que está relacionada aos aspectos técnicos, mercadológicos e organizacionais relativos ao tema”.

Para Dosi (1988 *apud* STAL, 2006, p. 47) “a inovação essencialmente está relacionada à descoberta, experimentação, desenvolvimento, imitação e adoção de novos produtos, novos processos de produção e novos arranjos organizacionais.”

Com relação ao conceito de Shumpeter sobre inovação Stal (2006, p. 47) destaca ainda que:

Quando ele se refere à inovação está, na verdade se referindo às inovações radicais, àquelas inovações que produzem um grande impacto econômico ou mercadológico. O autor deixa em segundo plano as inovações de ordem incremental, isto é, os aprimoramentos técnicos de base contínua, que também são importantes para se entender o processo inovativo. A idéia de que a mudança tecnológica é incremental e gradual é amplamente aceita hoje em dia.

No contexto do século XXI, Carvalho (2009, p. 5) destaca a definição atual de inovação proposta e difundida pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE):

Uma inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas. (OECD, 2005, p. 46).

Como se depreende do conceito, o que caracteriza uma inovação é sua natureza inventiva, cujo produto ou serviço superou “as etapas de riscos associados, tanto tecnológicos como de mercado, e chegou ao mercado, gerando valor para stakeholders envolvidos.” (STAL 2009, p. 5). E ao se tornar realidade, a inovação contribui para que se alcance o almejado desenvolvimento, conforme imaginou Shumpeter.

Um ponto fundamental das ideias de Schumpeter (1988) refere-se ao papel do crédito para promoção do desenvolvimento econômico. Ele entendia o crédito como uma transferência de poder de compra, embora temporária. Sem linhas de crédito para financiar seus projetos, o empreendedor enfrenta sérias dificuldades para colocar os novos produtos no mercado.

No caso dos pequenos empreendedores, essa realidade se evidencia mais complexa por conta de muitos fatores, incluindo aspectos culturais, entendido como falta de hábito de fazer uso de empréstimos para suas operações produtivas ou desconhecimento da existência de linhas de crédito para atender às necessidades operacionais do negócio, como por exemplo, capital de giro e aquisição de ativos fixos.

As operações de pequeno valor se enquadram na definição de microcrédito. Para Barone, citado por Monzoni (2008, p. 31),

microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso formal ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica.

Em síntese, no enfoque schumpeteriano o capital é definido como uma reserva monetária que possibilita ao empresário o controle sobre os fatores de produção, transformando atividades obsoletas em novas, proporcionando uma realocação das novas atividades que a inovação exige. É o somatório dos meios de pagamento que são disponibilizados aos empresários através dos bancos de crédito.

Sintetizando, o enfoque de Schumpeter pode ser assim descrito:

- a) o capitalismo é um sistema instável de mudanças consecutivas, apesar de descontínuas, que geralmente são promovidas pelas inovações;
- b) as transformações da economia capitalista ocorrem periodicamente em ciclos curtos e longos.

Nas últimas décadas registram-se estudos sob os mais diversos aspectos com base nas ideias de Shumpeter. Drouin (2008, p. 147), ao tratar da dinâmica do comércio internacional considerando o fator inovação, observa que:

Nos anos 1960, o economista norte-americano Michaél Posner desenvolveu, a partir da teoria de Shumpeter, uma explicação da troca internacional fundada no avanço tecnológico de uma indústria ou nação, e, portanto, sua superioridade em relação aos parceiros da troca mundial. Assim, a capacidade de exportação de um país está diretamente ligada ao progresso técnico incorporado no produto potencialmente exportável. Essa capacidade de exportação traz consigo equilíbrios econômicos, sobretudo em matéria de emprego, entrada de divisas e equilíbrio exterior. Os investimentos imateriais em P&D se mostram, portanto, fundamentais para a conquista de segmentos do mercado em escala planetária.

Em relação à atualização das ideias de Shumpeter, o mais importante é saber explorar as lições positivas para um permanente repensar sobre a dinâmica do empreendedorismo, pois, na maioria dos casos, empreender envolve não a destruição criativa, mas uma criação criativa que promove o desenvolvimento. Nas palavras de Bhidé, citado por Wooldridge (2009, p. 61), “muito da criação de nossos dias é da variedade não destrutiva. Em vez de eliminar produtos e serviços existentes, várias inovações promovem e satisfazem novas demandas a partir de antigos produtos.”

Decorridos quase três décadas de seu centenário de nascimento (1983), as ideias iluminadoras de Shumpeter, para se trilhar o caminho de desenvolvimento e crescimento, estão à disposição dos que desejam se engajar nesse movimento para melhorar a sociedade, ao mesmo tempo que podem realizar seus sonhos como empreendedores.

2.3.2 Educação empreendedora – da pós-graduação para o ensino médio – breve reflexão

O empreendedorismo como campo de conhecimento da área de negócios foi durante muito tempo objeto de restrições. Wooldridge (2009, p.52) relata que “uma atividade antes considerada periférica, talvez até mesmo repreensível, ficou na moda. Mudanças culturais trouxeram o empreendedorismo para o mainstream”.

Foi fundamental para esse processo a percepção de pesquisadores, de instituições de ensino e de estudantes quanto à importância do empreendedorismo - com foco na inovação e apoio de linhas de crédito - para produção de grandes impactos no crescimento econômico.

Sobre a transformação da imagem dessa disciplina, Wooldridge (2009, p. 52) escreve em sua reportagem especial que:

A Universidade de Oxford, da Grã-Bretanha, costumava cultivar uma das mais antigas tradições de preconceito antiempreendedorismo no mundo. Os formados valorizavam matérias ‘cavalheirescas’, como o estudo dos clássicos ou filosofia, mais do que qualquer coisa que cheirasse a ‘utilidade’. “Ele recebe diploma em fazer geléia em Liverpool e Birmingham”, tornou-se um ditado popular. Os estudantes sonhavam com carreiras no serviço público ou em direito e não no setor de negócios, muito menos em empreendedorismo.

Oxford hoje tem uma próspera escola de administração, a Saïd School, com centro para empreendedorismo e inovação e um crescente parque de negócios que tenta mesclar os cientistas da universidade com empreendedores.

O fenômeno da aceitação e interesse por esse campo de conhecimento se propagou pelo mundo, principalmente, à medida que as ideias de Shumpeter passaram a ser reestudadas quando começaram a ocorrer as crises econômicas na segunda metade do século XX. Os neoshumpeterianos souberam muito bem captar e propagar a mensagem do mestre.

“A arma mais vital na competitividade não eram preços baixos, mas novas ideias.” (WOOLDRIDGE, 2009, p. 52).

Em virtude da atividade docente de Shumpeter em Havard, os EUA foram muito influenciados por suas ideias e são um dos pioneiros no ensino dessa disciplina. Conforme observa Salim (2010, p, 9), “a partir dos anos 70 do século passado o estudo do Empreendedorismo desenvolveu-se em muitas universidades e até mesmo foi criado um local que se tornou o verdadeiro templo do estudo e ensino de Empreendedorismo: o Babson Collge”.

Diversas razões contribuíram para que o tema se consolidasse como disciplina acadêmica. De acordo com Wooldridge (2009), a mudança nas relações trabalhista foi uma das razões. A segurança que antes era oferecida pelas grandes corporações aos empregados, em virtude das crises econômicas, a partir de 1980 passou a ser reduzida. Segundo Wooldridge (2009, p. 52), “a atitude das pessoas em relação à segurança e ao risco também mudou. Se o emprego em uma grande corporação pode desaparecer tão facilmente, ele parece menos atrativo. É melhor criar o seu próprio.”

Mas o apoio de instituições de renome foi determinante para que o tema empreendedorismo passasse a despontar como uma disciplina de grande aceitação principalmente junto aos estudantes de administração e economia.

Em 1998, a Harvard Business School (HSB) fez do tema um dos pilares de seu curso de negócio, parcialmente em resposta à demanda dos alunos. O Centro para o Empreendedorismo Arthur Rock, da HBS, emprega hoje mais de 30 professores. Entre 1999 e 2003, o número de cadeiras patrocinadas em empreendedorismo no EUA cresceu de 237 para 406 e, no resto do mundo, de 271 para 536. (WOOLDRIDGE, 2009, p. 52)

No Brasil, o ensino da disciplina empreendedorismo passou a despertar a atenção dos interessados em negócios desde que começou a ser ministrada, no início dos anos 1980, “no curso de especialização em administração para graduados (CEAG) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.” (DEGEN, 2009, p. 11).

De acordo com Degen (2009, p. XI), o ensino dos fundamentos da iniciativa empresarial tem como propósito:

incentivar o aluno a considerar a possibilidade de trabalhar por conta própria, abrindo seu negócio, como real opção à carreira de empregado. Procura mostrar que o sucesso do empreendedor pode não depender do fator sorte, mas sim da aplicação sistemática de técnicas administrativas sintonizadas para o desenvolvimento de seu empreendimento.

Nos anos seguintes diversas instituições de ensino superior das principais cidades do Brasil passaram a oferecer empreendedorismo como disciplina dos cursos de negócios.

Com o sucesso alcançado por instituições conceituadas, o ensino de empreendedorismo passou rapidamente a fazer parte dos projetos pedagógicos da maioria dos cursos de graduação e especialização em Administração, Economia, Propaganda e Marketing, em todo território brasileiro.

Apesar dos questionamentos apontados, principalmente em artigos acadêmicos, quanto às dificuldades do ensino de empreendedorismo em vista de problemas como a falta de maturidade de muitos alunos e principalmente como tratar na sala de aula das crenças ligadas aos aspectos da conduta singular de quem exerce o papel de empreendedor, – “um tipo especial e o seu comportamento um problema especial, a força motriz de um grande número de fenômenos significativos”, conforme o descreve Shumpeter (1988, p. 58) -, não há como deixar de se reconhecer que, decorridas três décadas, desde a introdução no meio acadêmico brasileiro, essa disciplina ainda desperta muito fascínio nos estudantes e professores envolvidos com essa temática.

Mas as dificuldades e problemas referentes ao ensino de disciplinas de gestão de negócios, universo onde se pode enfeixar a disciplina de empreendedorismo, não são recentes. Ao abordar a educação gerencial nos EUA, Mintzberg (2006) traça um breve histórico das dificuldades do ensino de administração – experiência, vocação e conteúdo - e faz duras críticas aos métodos utilizados nos processos de transmissão de conhecimentos desse campo acadêmico.

Detalhando sua análise do processo evolutivo das escolas de negócios e chamando a atenção para a importância de determinadas matérias para formação dos acadêmicos de gestão, Mintzberg (2006, 384) afirma que:

Parte da grande revolução ocorrida nas escolas de negócios depois da década de 50 foi o recém-descoberto respeito que tinham pelas matérias acadêmicas fundamentais, especialmente a economia, a psicologia e matemática.

[...]

As escolas de gestão/negócios devem se aproximar das disciplinas fundamentais, incluindo essas três e diversas outras, talvez a história, a antropologia e até mesmo a geografia. Todas essas são fontes de uma grande quantidade de conhecimento sobre o comportamento social, e as escolas de gestão/negócios precisam se aproximar de qualquer fonte que possam encontrar.

Embora se reconheça os avanços que conceituadas instituições de ensino superior alcançaram em seus métodos pedagógicos – principalmente com práticas de estudos de casos e técnicas de jogos, bem como trabalhando o desenvolvimento de habilidades sociais e de comunicação – para melhorar o nível de formação dos seus alunos de administração, o tema ainda comporta muita discussão, pois muitas práticas ainda são questionadas haja vista os resultados das avaliações a que são submetidos os alunos.

Portanto, não causa estranheza os especialistas em educação empreendedora também não terem chegado ainda a um consenso sobre quais métodos e conteúdos são os mais adequados para se alcançar a excelência no ensino de empreendedorismo.

Em vista da complexidade do tema – ensino de planos de negócios onde os elementos comportamentais são determinantes – críticas e sugestões são a tônica nesse campo de educação.

O ensino do Empreendedorismo precisa estar embasado numa abordagem tridimensional, formada pelo indivíduo, pela empresa e pelo meio ambiente. A forma tradicional de ensino costuma explorar particularmente a elaboração de planos de negócios, focando apenas a dimensão organizacional, enfatizando pouco o comportamento e a análise ambiental, fatores decisivos no processo de Empreendedorismo. Para que o ensino do Empreendedorismo se torne eficiente é preciso adotar metodologias próprias, diferentes das adotadas para o ensino convencional. Nesses termos, é necessária uma abordagem andragógica e fundamentada no ‘aprender fazendo’, que utilize técnicas como oficinas, modelagem, estudos de caso, metáforas e dinâmicas. Por isso, também o professor precisa se reconfigurar, tornando-se muito mais um incentivador e condutor de atividades do que alguém que dita procedimentos padrões. É necessário que também o professor seja empreendedor. (MALHEIROS, 2006, p.1).

Depois de anos restrito à pós-graduação e graduação a educação empreendedora ganhou as salas de aula das escolas técnicas e do ensino de nível médio. A extensão do ensino de empreendedorismo às pessoas mais jovens caracteriza uma quebra de paradigma no ensino brasileiro, pois, antes, o tema negócios era “assunto de gente grande”. A inclusão da disciplina empreendedorismo no nível médio, com vistas no preparo dos jovens desde cedo para que possam buscar o almejado crescimento pessoal, se fez acompanhar - e já era esperado - de questionamentos quanto à orientação pedagógica a ser adotada para que os futuros empreendedores tenham sucesso.

Ao se manifestar sobre os problemas do ensino de empreendedorismo no Brasil, Degen (2009, p. 407), na condição de um dos pioneiros nesse campo de educação, afirma que:

A maioria das escolas técnicas e universidades que promovem o empreendedorismo o fazem focado exclusivamente na tecnologia e na administração do negócio e isolado das outras disciplinas, como sociologia, ciências comportamentais, história e ciência ambientais. Essas disciplinas têm muito a contribuir e ajudar os candidatos a empreendedor a desenvolverem oportunidades de negócio voltadas para o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a redução da pobreza.

As escolas técnicas e as universidades devem pesquisar as oportunidades de negócios que promovam o desenvolvimento sustentável e redução da pobreza, atrair, treinar e motivar corretamente seus ex-alunos interessados a ser candidatos a empreendedor para aproveitarem e desenvolverem essas oportunidades e atrair investidores e fundos de investimento interessados em obter lucros com essas oportunidades. Elas precisam se transformar em agentes de mudanças social ou, mais especificamente, em ‘agentes socializantes’, para se tornarem eficazes em promover o desenvolvimento sustentável, e a redução da pobreza.

Em virtude da relevância para o desenvolvimento econômico e social o tema empreendedorismo no Brasil passou a ser objeto de pesquisa sistemática a partir

principalmente da virada do século XX. Para difusão de dados e informações relativas ao tema, muito tem contribuído o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) que mede o nível de atividade empreendedora no mundo desde 1999. O GEM é um consórcio internacional resultado da parceria do americano Babson College com a britânica London Business School. No Brasil, o Instituto Brasileiro da Produtividade (IBQP) é responsável, desde 2000, pelas informações coletadas e publicadas sobre o tema (IBQP, 2010).

Ao tratar das atitudes empreendedoras e percepções o relatório Empreendedorismo no Brasil 2009 - GEM - destaca, citando Bosma e Levie (2010), que:

Para a atividade empreendedora ocorrer em um país, as oportunidades para o empreendedorismo e a capacidade de empreender devem estar presentes. No entanto, é igualmente importante os indivíduos perceberem as oportunidades de iniciar um negócio no ambiente em que vivem e que eles percebam que possuem a capacidade necessária para iniciar um negócio. A quantidade e a qualidade das oportunidades e capacidades percebidas podem ser impulsionadas pelas condições nacionais, tais como o crescimento econômico, o crescimento da população, cultura e políticas nacionais de fomento ao empreendedorismo. (IBQP, 2010, p. 39).

Entre os elementos quantitativos tratados no relatório vale registrar que:

Uma das principais medidas é a taxa de empreendedorismo em estágio inicial, ou TEA. A TEA é a proporção de pessoas com idade entre 18 e 64 anos envolvidas em atividades empreendedoras na condição de empreendedores de negócios nascentes ou empreendedores à frente de negócios novos, com menos de 42 meses de existência.

[...]

O Brasil, no grupo de países efficiency-drive [*nesta categoria enquadram-se os países de economias emergentes, grifo meu*] (composto por 22 países), tem a sexta maior TEA nominal (15,3%), entretanto, diferem significativamente apenas Colômbia, Peru e China, com 22,4%, 20,9% e 18,8%, respectivamente. (IBQP, 2010, p. 47).

No contexto acadêmico temas como espírito empreendedor, formação de professores, conteúdo da disciplina, características das aulas, educação empreendedora no nível médio, bem como diversos outros assuntos ligados ao empreendedorismo têm sido objeto de pesquisa para produção de artigos científicos, reportagens para revistas especializadas e principalmente para elaboração de trabalhos de conclusão de curso nos níveis da graduação e da pós-graduação.

Com relação, por exemplo, aos conteúdos mais trabalhados e às obras mais adotadas em sala de aula no ensino de empreendedorismo nos cursos de administração em algumas regiões no Brasil podem-se extrair a partir do estudo de Souza (2008) informações que sinalizam as atuais tendências pedagógicas adotadas pelas IES para formação de empreendedores.

Os resultados, de forma geral, mostraram que 71,43% das IES estudadas apresentavam o enfoque de empreendedorismo em seus currículos. As conclusões mostram que as ementas enfocavam mais as características do empreendedor, as alianças estratégicas e o plano de negócios. Os autores Dolabela, Filion, Degen e

Tom Peters estão entre os mais indicados. Para o autor, o ensino de empreendedorismo ainda não estava consolidado nos cursos de administração das IES de Santa Catarina. (SOUZA, 2008, p, 14).

Mais adiante detalhando outros resultados da pesquisa realizada o autor informa que

o tema plano de negócios e empreendedorologia são abordados na maioria das instituições de ensino pesquisadas neste estado (*Rio Grande de Sul, grifo do autor*). Os autores mais recomendados nas bibliografias dos Planos de Ensino das disciplinas de empreendedorismo foram: Dornelas com 16 (30%), e Dolabela com 12 (24%) indicações, considerando-se vinte cursos das IES do Rio Grande do Sul. Em seguida, aparece Chiavenato que foi indicado 10 (20%) vezes. Logo após vem Degen com 5 (10%) indicações. Na seqüência aparecem Hisrish; Peters e Drucker com 4 (8%) indicações cada um.

Observa-se que há concordância nas IES pesquisadas dos três estados do sul do Brasil – Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina – em 2005, no estudo de Souza (2005), com relação aos autores mais recomendados nas bibliografias, sendo eles Dolabela e Dornelas.

As obras mais indicadas nas bibliografias dos planos de ensino de empreendedorismo dos cursos de graduação e administração nas IES do Rio Grande do Sul são: o “Empreendedorismo: transformando idéias em negócios”- DORNELAS, J. C. A. (2001) tem 13 (25%) indicações; e “O segredo de Luísa: uma idéia, uma paixão e um plano de negócios – como nasce o empreendedor e se cria uma empresa” – DOLABELA, C. F. (1999) tem 8 (15%) indicações. O “Empreendedorismo – dando asas ao espírito empreendedor” – CHIAVENATTO, I. (2005) teve sete (13%) indicações; logo após “O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial” – DEGEN, R. J. (1989) com 5 (9%) recomendações. (SOUZA 2008, p. 19).

O entendimento de Dolabela (2003) quanto à necessidade de se ampliar a faixa de ensino dessa disciplina a todos os níveis da educação levou-o a desenvolver o que ele chama de Pedagogia Empreendedora. Segundo esse pesquisador é uma metodologia de ensino de empreendedorismo voltada para a educação básica: educação infantil até o ensino médio. Contempla alunos na faixa de 4 a 17 anos. Sua proposta tem como objetivo desenvolver o potencial empreendedor dos alunos, mas com um enfoque voltado para o desenvolvimento social do indivíduo, de modo que o individuo possa contribuir para melhoria das condições de vida da população, bem ajudar a eliminar a exclusão social. Segundo registra o site www.starta.com.br, “93 municípios, sendo que 86 são do Estado do Paraná, implantaram a Pedagogia, atingindo mais de 224.000 alunos.” (STARTA – Empreendedorismo e Inovação, 2010).

Um dos pontos que não se pode deixar de reconhecer como avanço significativo no ensino de dessa disciplina é a tendência para se cultivar durante o processo de formação de empreendedores o desenvolvimento do ser humano com responsabilidade social e ambiental. A educação empreendedora não deve se voltar unicamente para o aspecto empresarial do processo; é preciso ir mais longe de modo que os novos empreendedores possam se inserir de modo responsável no seu ambiente econômico e social ajudando a construir um mundo melhor.

Esse sentido integral da educação empreendedora possibilita uma reflexão sobre as ideias de Sen (2000).

Para o pensador indiano, o desenvolvimento é um processo que tem por finalidade propiciar acima de tudo a expansão das liberdades reais de modo que as pessoas se tornem seres humanos mais completos. Mas o processo de desenvolvimento de uma sociedade somente se concretiza se possibilitar a transformação das pessoas e para isso elas precisam de oportunidade para se realizar através de suas potencialidades. Portanto, é fundamental o papel a ser desempenhado pela educação para propiciar os instrumentos de que todo ser humano necessita para ser capaz de fazer escolhas, intervindo em seu ambiente, e assim alcançar suas realizações.

Ao ressaltar que as pessoas devem estar no cerne do desenvolvimento Stiglitz (2007), Nobel de economia, em 2001, evidencia compartilhar das ideias do economista indiano quanto à condução do processo de desenvolvimento na perspectiva de transformação da vida das pessoas e não somente da economia. Para isso:

as políticas de educação ou de emprego precisam ser vistas através dessa dupla lente: como elas promovem o crescimento e como afetam os indivíduos diretamente. Os economistas falam de educação como capital humano: o investimento nas pessoas produz um retorno, do mesmo modo como o investimento em máquinas. Mas a educação faz mais do que isso. Ela abre as cabeças para a noção de que a mudança é possível e que há outras maneiras de organizar a produção, na medida em que ensina os princípios básicos da ciência moderna e os elementos do raciocínio analítico, aumentando a capacidade de aprender. O prêmio Nobel Amartya Sen enfatiza o realce das capacidades que a educação proporciona e a resultante liberdade que o desenvolvimento traz aos indivíduos. (STIGLITZ, 2007, p. 123).

Seguindo ainda a linha de pensamento do economista indiano, Stiglitz (2007, p. 124) afirma que:

Assim como a atenção exclusiva no PIB resulta num foco estreito demais para as estratégias de desenvolvimento, a atenção ao número de anos de instrução pode levar a um foco estreito demais para as políticas educacionais. A escolaridade é um indicador importante do processo da educação em um país, mas tão importante quanto isso é o que a escola ensina. A educação precisa ser compatível com o trabalho que as pessoas farão depois que deixarem a escola... A educação pode ser utilizada para promover a saúde e o meio ambiente, bem como partilhar qualificações técnicas.

Para demonstrar o poder transformador da educação para desenvolver as potencialidades humanas, Sen (2000, p. 332) apresenta um exemplo:

se a educação torna uma pessoa mais eficiente na produção de mercadorias, temos então claramente um aumento do capital humano. Isso pode acrescer o valor da produção na economia e também a renda da pessoa que recebeu educação. Mas até com o mesmo nível de renda uma pessoa pode beneficiar-se com a educação – ao ler, comunicar-se, argumentar, ter condições de escolher estando mais bem informada, ser tratada com mais consideração pelos outros etc. Os benefícios da educação, portanto, excedem seu papel como capital humano na produção de mercadorias.

Por tudo isso, não se pode perder de vista a mensagem lapidar de Michael Tomasello (2003, p, 7), autor de *Origens Culturais da Aquisição do Conhecimento Humano*, sobre o importante papel da transmissão de conhecimento humano, “cada ser humano só é capaz de criar artefatos culturalmente significativos se receber, de outros seres humanos e de instituições sociais, um montante significativo de assistência”.

2.3.3 Empreendedorismo – a definição

Neste trabalho abordam-se elementos como trabalho artesanal, conhecimentos tradicionais e preservação de valores, ligados à construção de barcos de madeira, cujo processo é tratado aqui como patrimônio cultural imaterial do Maranhão, com grande importância econômica, pois gera trabalho e renda para milhares de pessoas.

Considerando a natureza da exploração econômica das atividades ligadas à construção de barcos tradicionais, como a pesca e o transporte de pessoas e de produtos, entende-se que é necessário esclarecer que neste trabalho se adota uma definição de empreendedorismo mais ampla, menos impregnada do espírito de inovação Shumpeteriano.

Assim, neste estudo, considera-se que empreendedorismo é:

Qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou um novo empreendimento, como por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente por um indivíduo, grupos de indivíduos ou por empresas já estabelecidas. (IBQP, 2009, p. 134).

3 O ESTADO DO MARANHÃO

Como o Centro Vocacional Tecnológico Estaleiro-Escola objeto deste estudo localiza-se em São Luís, capital do Maranhão, abordam-se algumas questões importantes dos pontos de vista histórico, social e econômico do Estado.

Conforme Melo (2006, p. 14) “são muitas as tentativas de explicar a origem do nome Maranhão.”

A maioria das fontes mencionadas em Melo (2006) associa o nome Maranhão a rios que cortam a região. Das referências mencionadas merece registro a passagem:

O padre Manoel Rodrigues, em seu livro *Harmonia das vozes*, diz que os primeiros descobridores do rio Maranhão (Golfão Maranhense), admirados de verem as águas doces no mar largo, perguntavam, em latim, se aquelas águas eram do Mári e lhes respondiam também em latim – non, daí derivando com leve corrupção o vocábulo Maranhon, na linguagem Castelhana, e portuguesa Maranhão. (MELO, 2006, p. 14).

Como outras associações são apontadas na literatura, Melo (2006, p. 14, grifo do autor) pondera que “**a palavra Maranhão** pode ter vários significados como: grande mar, grande mentira, mexerico, águas que correm brigando [...]”

A investigação do significado do nome deste Estado instiga a alusão à pregação do padre Antônio Vieira que em seus sermões denunciou no século XVII a corrupção praticada em São Luís pelos políticos. É provável que o padre Vieira (1608-1697, p. 91), o orador sacro português, ao afirmar no sermão da Quinta Dominga da Quaresma, proferido na Igreja Maior da Cidade de Luís no Maranhão, em 1654, que o “M de Maranhão é, sobretudo, M mentir, mentir com as palavras, mentir com as obras, mentir com os pensamentos, que de todos e por todos os modos aqui se mente”, tenha sido quem mais contribuiu para a associação pejorativa que o nome Maranhão passou a encerrar.

Fundado no início do século XVII, o Estado do Maranhão localiza-se na região nordeste do Brasil, ocupando uma área de 331.983,3 Km². Limita-se ao norte com Oceano Atlântico, fazendo fronteira com o Estado do Piauí, ao leste e sudeste. Com o Estado do Tocantins faz divisa ao sul e sudoeste e a oeste e noroeste com o Estado do Pará. Tem atualmente 217 municípios e uma população estimada em 6.367.138. A capital é São Luís, uma ilha, com uma população de 997.098, de acordo com o IBGE (2009). Outras cidades importantes são Imperatriz, Timon, Açailândia, Caxias, Codó, Bacabal, Santa Inês e São José de Ribamar, esta também na mesma ilha de São Luís.

No Estado predomina um clima tropical. Ressalta-se das suas características gerais a planície litorânea que é formada por baixadas alagadiças, tabuleiros e extensas praias,

destacando-se as grandes extensões de dunas e o litoral recortado, especialmente onde se formam as baías de São Marcos e São José.

Considerando seus recursos naturais, pode-se dizer que o Maranhão é um Estado rico. No entanto, essa potencialidade não se traduz em bem-estar social e qualidade de vida do seu povo. Os indicadores oficiais que medem o desempenho socioeconômico do Estado colocam-no nas últimas posições no contexto dos Estados da federação brasileira.

Para ilustrar essa realidade, cita-se que, conforme os dados PNUD (2010), relativos ao ano de 2005, o Maranhão tem IDH de 0,683, superior apenas ao do Estado de Alagoas, com IDH de 0,667, e apresenta a pior arrecadação por habitante, R\$ 1.120,34. Observa-se que o IDH é um índice composto, que é obtido a partir da média aritmética simples de três subíndices, respectivamente, IDH-Educação, IDH-Longevidade e IDH-Renda., variando numa escala de 0 a 1. Sinaliza o padrão de vida da população. Portanto, quanto mais elevado, melhor. A variação mostra o desenvolvimento da sociedade. No caso do Maranhão o avanço, considerando que em 2000 o IDH era 0,655 e em 2005 o IDH passou para 0,683, foi de 4,27%, enquanto a variação no mesmo período do Piauí foi 5,39%, Paraíba, 4,81%, e Alagoas 4,47%. No quesito educação - escolaridade média -, o tempo de permanência na escola do maranhense é de 6,2 anos, equivalente ao do Piauí, mas superior ao de Alagoas, de 6 anos.

Em face das dificuldades vividas por parcela significativa da população dos Estados do Maranhão e do Piauí, os dois Estados são alvo preferencial do Bolsa Família no Brasil, contemplando todos os municípios das duas regiões, desde 2008. (SILVA, 2008).

Mas nem tudo no Maranhão se traduz em escassez e miséria. O Estado tem faces positivas, na forma de riquezas que podem ser melhor exploradas e merecem ser difundidas.

De acordo com o IBGE, o litoral do Estado do Maranhão tem uma extensão de 640 km. Além das condições favoráveis propiciada pelo oceano Atlântico, o Estado tem uma rica bacia hidrográfica, cujos rios pertencem, em sua maioria, à bacia do Norte e Nordeste, ocupando área de 981.661,6 km². Além do rio Parnaíba, localizado na fronteira com o Estado do Piauí, que é o maior entre os rios que banham o Maranhão, integram essa bacia os rios Gurupi e Grajaú. Na região sul do Estado, corre o rio Tocantins demarcando extensa parte da fronteira do Maranhão com o Estado do Tocantins.

É oportuno descrever que:

Uma bacia hidrográfica é constituída por um conjunto de redes de drenagem ou sistema de cursos d'água conectados e que convergem direta ou indiretamente para um leito principal, constituindo assim, uma unidade que pode ser utilizada para o planejamento integrado dos recursos naturais. As bacias hidrográficas têm grande importância não só no contexto hidrológico, mas também ecológico, econômico e

social. Geralmente ao longo de seus cursos, encontram-se comunidades desenvolvendo atividades que influenciam o ambiente. O Estado do Maranhão possui grande potencial hídrico, formado principalmente por bacias hidrográficas, bacias lacustres e águas subterrâneas. Os rios maranhenses são caracterizados por grande extensão e volume de água. Em virtude do relevo de planície, rios como Itapecuru, Mearim e Pindaré apresentam grande potencial de navegabilidade. (MARANHÃO, 2000, p. 12).

Diversos elementos dão uma identidade especial ao Estado, podendo-se citar: a colonização; a tradição literária; as histórias de lutas, como a da independência; a história econômica; a riqueza cultural e não se pode deixar de reforçar sua rica bacia hidrográfica, com pelo menos dez rios perenes.

Em virtude dessa realidade, pode-se afirmar que:

O Maranhão nasceu do mar, das navegações, das embarcações. A conquista e ocupação deste território ao longo dos séculos se fez na aventura cotidiana de enfrentar as águas agitadas de seu litoral ou penetrar as florestas pré-amazônicas através de milhares de quilômetros de rios navegáveis, furos e igarapés. [...] Portanto, a origem do Estado do Maranhão e de sua gente está ligada ao mar e as navegações tiveram um papel histórico preponderante na saga da ocupação deste território, bem como em sua evolução social, econômica e cultural e nos hábitos de sua gente. (SÃO LUÍS, 2008, p. 393).

Analisando o potencial econômico de suas águas, Botelho (2008, p. 235) observa que:

o Estado do Maranhão possui o segundo maior litoral do Brasil, menor em extensão apenas em relação ao da Bahia. Tão vasto litoral acentua a vocação e o perfil de ser o Maranhão um Estado pesqueiro; no entanto, a atividade pesqueira não é praticada somente no litoral, ela se expande para os rios, lagos e açudes, existentes de norte a sul do Estado. A pesca assume um espaço significativo na economia maranhense, quer pela exportação do pescado, do seu comércio, sobretudo nas feiras das cidades ou ainda como forma de subsistência das famílias, muitas das quais dependem diretamente da pesca para a sua sobrevivência.

Apesar de dispor desse recurso para explorar e garantir o sustento de suas famílias e propiciar uma melhor qualidade de vida, os pescadores vivem um quadro de grande dificuldade agravado por falta de políticas públicas que deveriam ser implementadas para corrigir explorações de que são vítimas. Assim padecem de dois dilemas a só tempo: se aventuram mar adentro na busca do pescado, enfrentando muitas vezes os desafios do ofício impostos pela natureza, como a fúria do mar, e na condição de dependentes de quem os financiam, sofrem exploração sem limites éticos.

Apresentando sua leitura dessa dura realidade, Botelho (2008, p. 236) afirma que:

Um dos grandes problemas enfrentados pelos pescadores é a falta de infra-estrutura para sua atividade de pescaria e comercialização do pescado. Não dispondo disso, torna-se dependente de atravessadores e de empresas de pesca que compram o produto por baixo preço, chegando mesmo a não pagar nada, pois a produção já está empenhada devido ao fornecimento de farinha, arroz, linha de nylon, querosene, cachaça e cigarro, sempre adquiridos a um alto preço.

A disponibilidade de rios em grande extensão do Estado e um litoral privilegiado para singrar favoreceram a hegemonia das embarcações para a pesca e como principal meio de transporte de passageiros e de carga em toda a região. Esse processo se deu como consequência natural dos “hábitos indígenas de navegação”, tendo se somado “às suas técnicas mais primitivas a experiência de construção naval e navegação, trazidas pelos europeus.” (SÃO LUÍS, 2008, p. 393).

Não é por acaso, portanto, que o Maranhão tem tradição histórica na arte da construção de barcos de madeira. Para muitos mestres artesãos, esse ofício foi e ainda é o único meio de sobrevivência. Além da capacidade de gerar renda, esse saber, que é “feito de experiências e de práticas tornadas evidências intuitivas, hábitos”, tem um valor inestimável no contexto cultural e histórico do povo maranhense. (Gorz, 2005, p. 17).

Portanto, parafraseando “o lema da Escola de Sagres, escola náutica dirigida pelo infante D. Henrique, que difundiu a arte de navegação em Portugal e contribuiu imensamente para a deflagração do processo de expansão marítima”, conforme registra Botelho (2008, p. 11), é muito apropriado dizer que no Maranhão milhares de pessoas navegam para sobreviver; aqui, “navegar é preciso”.

3.1 São Luís – Patrimônio Cultural da Humanidade

Oficialmente a cidade foi fundada por franceses em 1612 e aniversaria em 8 de setembro. Mas a autoria da fundação de São Luís é um tema que ainda vai suscitar discussão por muito tempo. Segundo Melo (2006, p. 57), “a questão tem sido alvo de polêmica devido a tese levantada por alguns historiadores de que foram os portugueses e não os franceses que verdadeiramente fundaram a cidade de São Luís.”

Analisando pontos importantes da evolução da cidade e as primeiras influências culturais recebidas, Botelho (2008, p. 264) destaca que:

A história de São Luís é uma das mais específicas do conjunto das cidades brasileiras. Fundada por franceses e ocupada pelos holandeses, foi colonizada por luso-espanhóis [...]. Um aspecto bastante específico da nossa história, no início da colonização, foi a vinda de colonos açorianos que se fixaram na cidade trazendo costumes e tradições que se misturaram à cultura de índios e negros.

Também nessa linha interpretativa, mas destacando a contribuição dos quatro séculos de evolução para configuração da São Luís atual, Melo (2006, p. 224) observa que:

A complexa evolução histórica de cidade deixou-nos como herança diversos suportes de memória, não só nas práticas culturais que se perpetuaram através da oralidade e dos costumes, mas nos registros e documentos escritos e, principalmente em sua arquitetura.

A capital maranhense tem sido objeto de atenção especial de estudiosos, interessados em história e turismo, e, principalmente das comunidades ligadas à preservação do patrimônio nacional e internacional já que, por força de sua riqueza cultural, foi reconhecida mundialmente pela UNESCO, em 1997, como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Ao tratar dos processos de diversas cidades brasileiras que passaram a integrar a lista do Patrimônio Mundial, Silva (2003, p. 105) observa que, no caso:

a representação brasileira defendeu a inscrição do centro histórico de São Luís pelo fato de representar uma construção arquitetônica única portuguesa do período colonial pela generosidade dos materiais empregados nas construções e pela utilização de materiais únicos, não encontrados em outras construções brasileiras daquele período, como os azulejos refinados utilizados na decoração e na proteção térmica. Como prova do interesse na preservação, a representação brasileira alegou que, nos últimos vinte anos, foram recuperados dezenas de quarteirões, mais de duzentos edifícios de interesse histórico e dois grandes imóveis industriais do século XIX, adaptados às funções modernas. A representação brasileira defendeu a inscrição do bem na categoria cultural, do tipo conjunto, conforme o artigo 1º da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972. Por último alegou que o bem fora tombado nos termos do Decreto-Lei nº 25/37.

Conforme Botelho (2008, p. 264), o título foi concedido pela

beleza e importância de um dos maiores conjuntos arquitetônicos de origem européia no mundo. São três mil e quinhentas construções ocupando uma área de 250 hectares. Esse acervo arquitetônico já havia sido tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1955.

O conjunto arquitetônico se espalha pela cidade, embora se concentre principalmente na área da Praia Grande onde se sobressai o Projeto Reviver, responsável pela recuperação de prédios históricos do centro de São Luís.

Melo (2006, p. 224), caracterizando esse espaço de São Luís, assim o descreve:

O Centro Histórico compreende um rico conjunto de edificações com feição arquitetônica colonial civil portuguesa, adaptado ao clima equatorial, com sua tipologia tradicional de porta e janela, meia-morada, morada-inteira, sobrados e solares, além de apresentar exemplares representativos deste século, como o ecletismo, art nouveau e neo colonial, características que identificam um conjunto arquitetônico singular, cuja integridade deve ser mantida visando à preservação do patrimônio histórico da cidade.

Mais adiante Melo (2006, p. 225), ao enfatizar aspectos da singular identidade cultural de São Luís, alerta para a necessidade se promover mudanças com vistas à preservação patrimonial e à melhoria da vida do povo.

São Luís é peculiar no comportamento do seu povo, ao mesmo tempo hospedeiro e xenófilo na musicalidade de sua gente, apegada a raízes caboclas, negras e índias e a um só tempo à modernidade; na sua identidade física, com um patrimônio cultural tão singular a ponto de ser a quarta cidade a se tornar PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE em dezembro de 1997.

Poderemos não deixar nossos atuais edifícios tombados para as gerações futuras se o atual processo de descaracterização, que é maior que o da restauração não se interromper, o que depende dos poderes públicos, mas também da sociedade, e do pacto entre ambos para uma educação patrimonial. Também não é possível pensar que se poderá falar de formas românticas sobre a cidade se a exclusão social persistir.

Registra-se ainda que o Bureau Internacional de Capitais Culturais (INTERNATIONAL BUREAU OF CULTURAL CAPITALS, 2010) anunciou que São Luís será a capital Americana da Cultura em 2012 coincidindo com o 4º Centenário da sua fundação. A distinção é um reconhecimento às suas características de cidade multicultural e ao seu patrimônio cultural material e imaterial.

3.2 Manifestações culturais em São Luís

O Maranhão é uma terra de gente orgulhosa de suas tradições culturais. Por isso se ouve dizer que:

Esse Maranhão é muito rico, demais né? Muita diversidade. São tantas que nenhum estado, nesse aspecto, se compara ao Maranhão. Aqui tem dezenas de manifestações, e tudo da terra: tambor de crioula, tambor de mina, bumba-meu-boi com todos os sotaques, pagelança, festa do divino, cada uma de um jeito em cada terreiro. Misturando o religioso com o folclore dá tanta coisa. (PAI EUCLIDES, FANTI ASHANTI apud NORANHA; OLIVEIRA FILHO; SANTOS, 2009, p. 43).

No início de 2009, em virtude dessas características peculiares, São Luís foi eleita Capital Brasileira da Cultura, após avaliação realizada por uma comissão constituída por membros do Ministério da Cultura e do Turismo e pelo Bureau Internacional de Capitais Culturais. Para fazer a escolha da cidade, os organizadores da premiação analisam diversos aspectos como cultura própria, patrimônio e herança cultural.

Diz-se no Centro Histórico que a riqueza cultural de São Luís começa pela criatividade de suas histórias. O visitante que se faz acompanhar de um guia para conhecer a cidade ouve muitas histórias. Melo (2006, p. 220) registra que:

De história para quem gosta, há tantas que satisfaria ao mais exigente pesquisador. As lendas e mistérios são inigualáveis pelos casos e a imaginação. Lendas que fascinam: a de Dom Sebastião de Alcácer Quibir, no seu exotismo, morando no fundo do mar, com a Iara, a Mãe d'Água; a da praia que deu nome a mesma, aliás, Olho d'Água, envolvendo uma inocente e trágica história de amor; de Ana Jansen e seu carro com rodas de ferro sendo puxado por mulas sem cabeça; a da serpente da Fonte do Ribeirão, que um dia explodirá a cidade. Ainda há outras lendas e mistérios.

Saindo do contexto do imaginário popular, têm-se as manifestações culturais de sentido especial, as que tocam mais fundo o espírito do maranhense, formadas por danças, ritmos, ritos e crenças.

As manifestações que hoje dão uma identidade à cidade de São Luís são o resultado de um longo processo que se traduz em praticamente quatro séculos de convivência, marcado por conflitos de interesses de prevalência cultural, envolvendo os índios, os europeus

que aqui chegaram e ficaram e, principalmente, os negros, trazidos a partir da segunda metade do século XVIII para serem “utilizados como força de trabalho nas culturas do algodão e do arroz.” (BOTELHO, 2008, p. 68).

Polêmicas à parte, não se pode deixar de reconhecer, sem desmerecer ou renegar contribuições de outras origens, que a riqueza cultural de São Luís recebeu maior influência das origens africanas de sua gente.

De acordo com Melo (2006, p. 105), “o Maranhão recebeu tantos escravos que em certa época, era maior o número de negros que a população livre no Estado.” Esse dado isolado pode induzir à conclusão de que para a realidade cultural dos dias atuais pesou tão somente o fato de os negros serem a grande maioria da população em São Luís desde o final do século XVIII. A análise de outros elementos históricos mostra um lado mais duro. São Luís, hoje um espaço com características de singular tradição, é o resultado do espírito de luta e determinação de homens e mulheres que viveram e lutaram para preservar suas manifestações e seus rituais.

Em virtude da influência negra Melo (2006, p. 105) afirma que:

O Maranhão é o estado do Brasil que conserva mais originais as manifestações culturais de influência africana. Muitos de seus costumes e crenças foram incorporados à cultura do Maranhão. Exemplo disso, entre outros, são o tambor de crioula, o tambor de mina e a capoeira

Entre as manifestações culturais de São Luís, admiradas e reconhecidas nacionalmente, destacam-se pelos ritmos, cores, coreografia e beleza o Bumba meu boi e o Tambor de Crioula, cujas apresentações principalmente no mês de junho arrastam milhares de pessoas.

No entendimento de Reis (2003, p. 116) o Bumba meu boi:

é o folgado sinônimo do Maranhão e dos maranhenses, a mais ampla, bela e dramática de todas as manifestações da Cultura Popular do Maranhão, é o entretenimento de maior representatividade do Estado. Na manifestação não se distingue atores e espectadores todos fazem parte do Maior Espetáculo Popular Maranhense, para uns as evoluções coreográficas do enorme teatro são complicadas, para outras simplistas, mas as opiniões convergem para o consenso, quando as cenas são classificadas por uma beleza extraordinária. A adesão de quem assiste é total, a alegria é reinante e por demais contagiante, só participando para sentir e se divertir a valer.

O Bumba-boi, como é mais conhecida a brincadeira no Estado, é caracterizado por diferentes personagens, variando de ritmo e que inicia o ciclo com o batizado e termina com a morte e ressurreição do boi. Várias são as toadas tiradas na morte como no momento de lançá-lo, durante todo o auto. Comes e bebes são constantes, fatores que jamais poderão faltar em uma roda de boi.

“A sua tradição é histórica, remonta ainda do período imperial, sendo resultado da mistura do branco, negro e índio.” (BOTELHO, 2008, p. 257).

Observando-se o contexto histórico dessa tradição, encontram-se elementos que dão uma dimensão social dos enfrentamentos registrados entre a classe dominante da época - autoridades – e os grupos de pessoas, considerados classe de malfeitores, que representavam o bumba meu boi.

De acordo com Assunção (2003), é na década de 1820 que surgem os primeiros registros da imagem negativa do bumba meu boi.

Assunção (2003, p. 46), com base em documentos da época, informa que o bumba meu boi

era pintado como uma perigosa assembléia ‘indígena’ noturna (uma maloca de 40-50 pessoas), que tinha tanto um caráter marcial (as pessoas estavam ‘armadas’ com instrumentos de fogo”) quanto um caráter festivo e alegre, e estava explicitamente associada à ameaça de ‘revolução’.

Como era uma manifestação que, segundo as autoridades, ameaçava a ordem pública, por determinação policial os bandos tradicionais do Bumba meu boi por décadas foram proibidos de brincar no centro da cidade – “ficavam confinados na periferia, para além da estação de bondes do bairro do João Paulo”, pois o centro civilizado não tolerava essas manifestações. (ASSUNÇÃO, 2003, p. 47). Subjacente aos aspectos culturais, a realidade configurava um disputa espacial entre autoridades e classes subalternas.

Em resumo, se quisermos entender as razões porque certos elementos da cultura foram abandonados e outros mantidos e fundidos em novos sistemas, não podemos nos restringir a uma mera referência a três supostas origens (africana, indígena ou européia), cuja essência teria sido transmitida através dos tempos. É a longa história do confronto e da coabitação entre os atores sociais, do início do período colonial em diante, que é a chave do problema. (ASSUNÇÃO, 2003, p. 47).

Atualmente, a ameaça que se enxerga nessas produções culturais é criação de uma cultura deformada em relação às suas origens para agradar turistas por causa dos interesses econômicos. Nessa linha de entendimento, Botelho (2008, p. 258) afirma que:

A maior problemática hoje apresentada é a descaracterização dessa manifestação cultural, o bumba meu boi. Os interesses políticos e a avidez de lucro têm transformado certos grupos em imitações, que bancados pela mídia conseguem espaços privilegiados.

Com base nos elementos descritivos de Reis (2003) e Botelho (2008), destaca-se que o Tambor de Crioula é uma das mais tradicionais manifestações do folclore maranhense. É uma dança introduzida por escravos e praticada por seus descendentes. Os praticantes se reúnem e cantam sob um ritmo marcante. Os tambores usados têm três tamanhos e só podem ser tocados pelos homens. Em movimentos carregados de expressão de liberdade e impregnados de erotismo e sensualidade, as mulheres dançam em roda. Ao reverenciarem os tambores, fazem movimentos de modo que as barrigas se encontram, ou melhor, se batem

suavemente de frente, num ritual cheio de graça e feminilidade, chamado de “punga”, “pungada”, ou “umbigada”.

Durante muito tempo esses encontros tiveram um forte caráter de religiosidade, pois era comum por ocasião dos eventos o pagamento de promessas a São Benedito, padroeiro dos negros no Maranhão. Com o advento do calendário turístico da cidade, nessas últimas décadas, a natureza puramente festiva passou a ser predominante. Essas características possibilitam apresentações dos grupos o ano inteiro.

Nessa linha de entendimento Ferretti (2002, p. 28), que pesquisou essa forma de manifestação maranhense, “verificando não apenas seus aspectos exteriores, mas procurando dar uma interpretação que explique o seu significado social”, afirma que:

O Tambor de Crioula, como consideramos no presente trabalho, é uma forma de divertimento produzida no contexto de uma classe social. Possui certos aspectos relacionados com a religiosidade popular, sendo uma forma de ritual de pagamento de promessa. Mas não é uma dança de cunho exclusivamente religioso como o Tambor de Mina, com o qual foi algumas vezes confundido. É sobretudo uma forma de diversão de um dos setores populares da sociedade maranhense. (FERRETTI 2002, p. 28).

O que no passado não muito distante foi um ritual praticado às escuras, como culto clandestino, para escapar dos olhos vigilantes dos brancos que o proibiam, passou desde o início dos anos 1980 a ser apresentado como uma das autênticas manifestações culturais maranhenses, integrando os programas festivos, como espetáculo, a ser mostrado para a população da cidade, autoridades, visitantes ilustres e aos turistas em geral. (FERRETTI, 2002).

Ao final da primeira década do século XXI novas lutas se verificam agora em outro contexto, o burocrático. Agora, muitos maranhenses se engajam não mais pelo direito de expressar o seu rico conjunto de manifestações culturais, mas sim pelo registro dos bens culturais imateriais que foi instituído pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para assegurar a preservação do patrimônio cultural imaterial do Brasil.

Como resultado desse trabalho de busca de reconhecimento, Botelho (2008, p. 263) registra que:

Em junho de 2007, o Tambor-de-Crioula recebeu o merecido título de Patrimônio Imaterial do povo brasileiro, por decisão do Conselho de Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, através de uma cerimônia realizada na Casa das Minas, e que contou com a presença do ministro da Cultura, o cantor Gilberto Gil. Assim, o reconhecimento do Tambor de crioula como Patrimônio Imaterial do Brasil, torna-se importante, primeiro pelos investimentos públicos que receberá a dança, segundo pela valorização da diversidade cultural do Estado e por último, pela divulgação da dança inclusive em outros Estados, além do que deverá atrair mais turistas para o Estado.

Em breve o Bumba meu boi terá sua festa. O processo de tombamento imaterial tramita.

4 REFERENCIAL EMPÍRICO

4.1 O Caso em Estudo – Centro Vocacional Tecnológico Estaleiro-Escola de São Luís

O Caso abordado neste estudo é resultado de uma pesquisa de campo realizada nos anos de 1980 que, num primeiro momento, identificou um problema de perda de auto-estima e insatisfação dos mestres artesãos com a falta de reconhecimento e valorização da profissão por parte da sociedade e, principalmente da parte dos responsáveis pelas políticas públicas, apesar de décadas de trabalho na construção de embarcações de madeira para atender às necessidades das comunidades ligadas à pesca artesanal e ao transporte de carga e de pessoas que utilizam essas embarcações no Maranhão.

Nesse contexto percebeu-se que a profissão corria risco de desaparecer juntamente com o conhecimento das técnicas de construção, pois não apareciam novos aprendizes interessados pelo ofício.

Ao mesmo tempo que manifestavam desilusão com seu ofício em virtude das duras condições trabalho, bem como pelas perspectivas futuras, os operários navais reivindicavam um local digno para o exercício de suas atividades profissionais.

Da ideia até a inauguração do CVT Estaleiro-Escola se passaram duas décadas. Com a implantação do Curso de Embarcações Artesanais Maranhenses os mestres têm agora um local onde, remunerados, transmitem os conhecimentos acumulados em décadas de prática.

Conforme destaca o idealizador do projeto, Luiz Phelipe Andrés, em entrevista concedida ao autor deste trabalho, em 12/08/2009, somente uma parte do sonho se realizou – o projeto está implantado –, mas é preciso muito trabalho para a formação de uma nova geração de profissionais nesse ofício e, principalmente, para dar aos velhos mestres o devido reconhecimento pela contribuição para as comunidades onde trabalham.

4.2 O projeto embarcações do Maranhão – A pesquisa

A história da implantação do CVT Estaleiro-Escola tem estreita ligação com uma pesquisa de campo realizada por uma equipe de especialistas na cidade de São Luís e no interior do Estado do Maranhão sob a coordenação de Luiz Phelipe de Carvalho Andrés, engenheiro civil, na década de 1980. Decorrido mais de uma década do início das pesquisas, o

trabalho se transformou em livro, com o patrocínio da UNESCO e da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão.

Ao iniciar a leitura da obra o leitor toma contato com um conceito de produção artesanal que à primeira vista pode parecer paradoxal, pois, fica sabendo que “o barco é feito assim todo torto pra ficar direito na água.” Pedro Alcântara Corrêa, mestre-carpinteiro naval do Portinho, falecido em 1988 aos 72 anos, São Luís – Maranhão. (ANDRÈS, 1998, p. 7).

A obra *Embarcações do Maranhão: recuperação das técnicas construtivistas tradicionais populares*, editado pela Audichromo Editora, em 1998, em rica encadernação, é a síntese da pesquisa de campo realizada no período de 1986 a 1989, e a que recebeu o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade de 1996, na Categoria Inventário de Acervos e Pesquisas. Esse trabalho é um estudo sobre a vida e a obra de velhos carpinteiros navais, que permitiu a recuperação dos métodos tradicionais de construção artesanal das embarcações do Estado do Maranhão, observa Luiz Phelipe, mentor do projeto.

A obra aborda aspectos importantes relativos à motivação para realização do estudo, dificuldades e solução de problemas durante a pesquisa de campo, bem como a consolidação dos dados e das informações coletadas. Entre esses elementos destacam-se: gênese do projeto, operários navais, estaleiros, estaleiro-escola, modelismo naval, as embarcações – cúter, bote proa-de-risco, biana, biana com casario, igarité, boião, iate, casquinho, casquinho de Viana, casco, casco com proa de risco, lancha de Timon, canoa de Nova Iorque, canoa de Benedito Leite, canoa de Tasso Fragoso, gambarra, rabeta, canoa-de-um-pau - e outros assuntos.

Considerando a importância da obra no contexto deste trabalho abordam-se alguns pontos do livro que dão a dimensão da complexidade da pesquisa realizada. Merece destaque especial o tópico *Gênese do Projeto*, onde se detalham diversas passagens relativas a aspectos técnicos do projeto, bem como demonstram o zelo pela execução do projeto. Segundo Andrès (1998), a ideia de pesquisar as técnicas de construção artesanal surgiu quando ele começou a produzir uma série de telas a óleo atraído pelos traços geométricos das embarcações e pela beleza das cores de suas velas. Como as pinturas, mesmo a partir de fotografias tiradas, não retratavam detalhes construtivistas com fidelidade, ou seja, o trabalho não alcançava um nível documental, buscou na Capitania dos Portos informações sobre projetos navais com os detalhes em escala de modo a solucionar seu problema. Tomou, então, conhecimento de que para embarcações de menos de vinte toneladas não era exigida a apresentação de projeto naval.

De novo na praia e já então me aproximando dos carpinteiros navais, fiquei sabendo que eram capazes de construir suas canoas sem projeto. Ou melhor, com um outro tipo de projeto, diferente dos que estamos acostumados. O projeto deles estava ‘na cabeça’, como gostavam de afirmar, apontando a frente. (ANDRÈS, 1998, p. 21).

Depois de diversas tratativas com pessoas do meio da construção artesanal de embarcações de madeira, Andrès (1998, p. 21) percebeu que cada mestre de “beirada” de praia utilizava “seus próprios procedimentos e cada tipo de canoa requerida um método diferenciado.”

A persistência das dúvidas e ao mesmo tempo a determinação de não desistir de pintar as embarcações na escala precisa de suas proporções levaram-no a trocar ideias sobre suas dificuldades com Aloísio Magalhães, idealizador do Centro Nacional de Referência Cultural, por ocasião de sua visita ao Maranhão em 1979, de quem recebeu a sugestão para “elaborar um projeto para buscar os recursos e constituir uma equipe que finalmente pudesse dar conta da imensa trabalhadeira que seria fazer o registro preciso das embarcações.” (ANDRÈS 1998, p. 22).

Continuando, Andrès (1998, p. 22) relata que:

Na verdade, quase sem querer, havia aberto uma ‘janela’ para um universo muito grande e rico. Não eram só as embarcações. Afinal, por trás da beleza estética e do colorido das velas estava o desafio de tratar o aspecto mais humano da questão: os operários da construção naval artesanal, com toda a sua história de vida e de dificuldades de sobrevivência. Mais ainda, estava descobrindo pouco a pouco a importância econômica daquela atividade, em função de suas evidentes implicações com a pesca artesanal e outros afazeres próprios de um grande contingente de habitantes das regiões mais isoladas do Estado que dependem das embarcações como única forma de acesso à capital. De fato, havia e há muita gente vivendo em função das embarcações. Toda a cultura peculiar de uma população cujo cotidiano é regido por um tempo diferente, o relógio das marés. Temos um fenômeno de amplitude de marés que costuma atingir diferenças de sete metros entre a baixa-mar e a preamar. E isso é determinante na vida das pessoas.

Em 1986 firmou-se o convênio entre a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, e Secretaria de Estado de Coordenação e Planejamento do Maranhão (SEPLAN) para execução da empreitada. A partir daí foi constituída uma equipe multidisciplinar para o desenvolvimento do trabalho. Conforme consta da obra de Andrès (1998) 31 (trinta e um) profissionais de diversas áreas trabalharam na pesquisa, podendo-se citar antropólogo, arquiteto, historiador, geógrafo, bibliotecário, fotógrafo, desenhista industrial e consultores. Integraram a equipe 9 (nove) estagiários.

De acordo com Andrès (1998, p. 23),

a pesquisa de campo foi iniciada em 1986 e nela procuramos desenvolver o trabalho segundo três principais vertentes. Simultaneamente, focalizamos as *embarcações* propriamente ditas, os *operários navais* que as fabricam e os *estaleiros artesanais*, cenário e palco deste fazer. Durante a pesquisa, passamos a tratar as embarcações como objetos de arte popular, além de principal meio de transporte e de subsistência

das comunidades litorâneas e ribeirinhas que atendem a navegação marítima e fluvial e dos grandes lagos, servindo a passageiros, cargas ou às atividades da pesca artesanal.

No decorrer dos trabalhos diversos recursos metodológicos foram adotados. Além de práticas conhecidas como entrevistas gravadas com os operários, Andrès (1998, p. 24) frisa que:

Como metodologia para familiarizar todos os integrantes da equipe com a linguagem dos operários navais, adotamos o estudo obrigatório da ‘anatomia’ da embarcação, inspirados na medicina, cujos estudantes são levados, logo no primeiro ano de curso a dissecar o corpo humano para melhor conhecê-lo. No nosso caso todos envolveram-se na tarefa de construir um modelo de barco. Para tanto empreendemos a instalação de uma oficina de modelismo naval.

Um problema que exigiu uma solução criativa – **inovadora** – foi como proceder ao levantamento de uma embarcação encostada e adernada na praia. A partir do conceito de “pente”, dado por Kelvin Duarte, um dos consultores da equipe, conforme frisa ainda Andrès (1998, p. 25):

[...] construímos o aparelho que chamamos ‘cavernômetro’, cuja função era medir a curvatura da embarcação. Esse recurso nos permitiu reconstituir o ‘plano de balizas’, um dos três planos que compõem o projeto naval, bem como os demais que se denominam ‘plano de linhas d’água’ e ‘plano do alto’.

Segundo Andrès (1998), um aspecto fundamental do trabalho era o cumprimento do prazo previsto para execução do projeto. Para não correr risco de atraso foi construída uma rede de relacionamentos com a missão de efetuar contatos e acertar detalhas para realização das etapas seguintes da empreitada. Para esse mister contribuiu a parceria com o Sindicato do Operários Navais de São Luís, cujo representante:

costumava viajar em nossa companhia para facilitar a marcação das reuniões em algum povoado do interior. A convocação para essas reuniões era feita pelo rádio e utilizando sempre a sede da colônia de pesca mais próxima como local de encontro para o qual acorriam os profissionais que se interessavam pelo chamamento. As reuniões consistiam sempre numa palestra inicial para esclarecer sobre os objetivos do trabalho, destacando a preocupação no sentido de valorizar a profissão e resgatar suas técnicas. (ANDRÈS 1998, p. 26).

Detalhando etapas metodológicas Andrès (1998, p. 27) afirma que:

Todo o material coletado em campo, resultante dos levantamentos de embarcações, fotografias, entrevistas com operários, foi sendo elaborado, transcrito e encadernado. Produziu-se então uma série de ilustrações com perspectivas, vistas e cortes iluminados, de boa qualidade, que, juntamente com as fotografias, passaram a constituir uma forma de registro técnico e tradução da beleza plástica das embarcações do Maranhão.

Na etapa seguinte, comenta Andrès (1998, p. 27):

os dezessete volumes de relatórios referentes a todo esse trabalho foram reunidos sob o título de *Cadernos de Pesquisa do Projeto Embarcações do Maranhão*. Este livro contém um resumo introdutório, como primeira publicação que tem como objetivo difundir e valorizar a arte da construção naval artesanal.

Finalizando o tópico *Gênese do Projeto*, Andrès, (1998, p. 27) se manifesta de forma otimista:

Está em fase adiantada o projeto de criação do primeiro Estaleiro-escola, um centro de treinamento em atividades de construção naval, realização de pesquisas sobre métodos, materiais e ferramentas, como alternativa para que, de forma mais concreta, se possa assegurar a preservação das técnicas. Local onde o velho mestre-carpinteiro naval tenha oportunidade de transmitir com dignidade o seu conhecimento a uma nova geração de aprendizes, prestando serviços à comunidade.

Conforme se depreende de Andrès (1998), o trabalho evoluiu do plano relativo à admiração pelos traços geométricos dos barcos e pela beleza das velas para uma dimensão maior: os *Operários Navais*. Esses homens são os personagens principais do estudo. A eles a obra dedica um capítulo à parte. De acordo com Andrès (1998), para valorizá-los, era preciso identificá-los, saber o que fazem e onde estão.

O mestre-carpinteiro, o calafate, o pintor e o veleiro guardam na sua memória a ciência e a arte da construção naval, as quais vem sendo transmitidas de pai para filho pela tradição oral desde os tempos coloniais.

Para conhecê-los nossa equipe percorreu o litoral, o extremo sul, os pontos mais ocidentais e centrais do Estado. Visitou e realizou suas atividades em 53 locais. Assim, tornou-se possível identificar um número significativo de operários navais e sua especialização, bem como o nível de qualificação.

A apuração totalizou 521 profissionais. (ANDRÈS 1998, p. 28).

Desse universo, 59 profissionais eram de São Luís. Os outros dois municípios também da ilha de São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, tinham 32 e 26 artesãos, respectivamente. (ANDRÈS, 1998).

Segundo Phelipe Andrès estima, quando comenta o assunto, a quantidade de operários navais identificada na pesquisa corresponde a um terço do universo desses profissionais no Estado do Maranhão.

À medida que os dados e as informações eram coletados, evidenciavam-se elementos que chamavam a atenção. Os mestres estavam desaparecendo e os jovens não demonstravam interesse em dar continuidade à profissão. Essa realidade revelou-se preocupante, pois, ao desaparecerem os mestres levavam consigo o conhecimento (ANDRÈS, 1998).

Ao tratar do local onde se fazem barcos – os Estaleiros –, Andrès (1998, p. 36) afirma que “o estaleiro é o homem”. Pelo menos no Maranhão é assim.

Em seguida, para facilitar o entendimento do leitor quanto ao ambiente ou espaço onde o ofício da construção de embarcações se desenvolve, Andrès (1998, p. 36) explica que:

Essa constatação se aplica em numerosos casos identificados durante as pesquisas de campo.

Muitas vezes nos deparamos com embarcações de pequeno porte sendo construídas ao ar livre, à sombra de uma árvore. Após a conclusão da obra o carpinteiro eventualmente pode mudar de paradeiro em função de uma nova encomenda haver sido solicitada até mesmo em outro município.

No tópico *Estaleiros*, Andrès (1998, p. 38), ao tratar do processo de ensino das técnicas de construção naval, relata que:

O estaleiro é muitas vezes a extensão da casa do carpinteiro. Isso facilita a transferência de conhecimento e técnicas dentro de sua própria família, como no caso de *Zé Brás* e seu filho Eduardo. Em outros, a transferência se faz pela relação de vizinhança, caso de *Saturnino Dias e João Calixto*.

Ainda sobre a formação de carpinteiros navais e estaleiros Andrès (1998, p. 38) afirma que:

[...] o surgimento de um bom estaleiro se deu mesmo de forma isolada, sendo seu dono um autodidata, como se verifica nos depoimentos do carpinteiro *José Paixão Ferreira*, conhecido como *mestre Belo*, de Cururupu: ‘Aprendi sozinho, nunca tive mestre, eu aprendi trabalhando nas canoas de meu pai, meu pai sempre teve canoa. Cuidava da pesca, mas às vezes faltava condição pra recuperar as embarcações e eu com 17 anos peguei uma canoa dele e fui fazer o serviço, e aí quando eu acabei essa ele botou mais outra e aí eu nunca mais parei até hoje. Eu nunca tive mestre’.

Uma passagem que dá uma ideia da natureza artesã do trabalho do carpinteiro naval, o operário naval responsável pela fabricação da embarcação, é bem ilustrado por Andrès (1998, p. 38):

Algumas vezes, ao fazer uma encomenda, o cliente expõe ao carpinteiro apenas uma idéia do que pretende, uma intenção, sem determinar formas e dimensões precisas. ‘Eu faço sem planta, eu tenho minha planta na cabeça. O pessoal quando vem encomendar traz um foto ou fala pra fazer daquele jeito do pescador tal e aí eu faço’. (Mestre Belo).

Com relação aos instrumentos de trabalho, a pesquisa mostrou que algumas novas ferramentas têm sido introduzidas nos estaleiros. “Apesar dessa tendência, a manutenção das práticas elementares na maior parte dos procedimentos garante a preservação das características das construções artesanais.” (ANDRÈS, 1998, p. 39).

Ao finalizar o tópico *A Gênese do Projeto*, Andrès (1998) informa que o projeto para implantação do Estaleiro-escola está em fase adiantada. Mas seu relato não se encerra com essa notícia alvissareira. Outros pontos constatados durante a pesquisa são aprofundados, principalmente no que se refere à dura realidade da vida dos artesãos e seus anseios. Assim, mais adiante, no tópico *Estaleiro-Escola*, Andrès (1998, p. 40) informa que:

Uma das principais reivindicações dos operários navais da área do Portinho é a falta de um local abrigado para a realização de seu ofício. Trabalhando sob sol ou chuva, o fato é que muitas vezes os velhos mestres terminam seus dias na pobreza, desestimulando a nova geração que não pretende abraçar uma profissão sem perspectivas. A criação de um centro de treinamento em atividades de construção naval é uma proposta que surge como alternativa para a preservação das técnicas, através da valorização do mestre artesão que passará a contar com local e remuneração adequados para a transmissão de seus conhecimentos. O local escolhido é o antigo Sítio Tamancão, onde no século XIX funcionou uma indústria movida por moinhos de marés, no canal de navegação do rio Bacanga em frente ao Portinho, onde se concentra o maior número de embarcações artesanais da ilha de São Luís. Como forma de assegurar a sustentabilidade do empreendimento o estaleiro realizará também atividades de prestação de serviços de manutenção, além

de contar com setores de pesquisa, modelismo naval e salão de exposição permanente.

4.3 O Centro Vocacional Tecnológico – Estaleiro-Escola

Sobre a importância da preservação dos conhecimentos relativos às técnicas construtivistas de embarcações, considere-se para reflexão a visão de quem navega pelas águas do planeta:

Comecei a entender os variados tipos de embarcações em função principalmente dos traços e diferenças culturais de cada região, e fiz uma maravilhosa descoberta: o Brasil é no mundo o país mais rico em diversidade de estilos, feitios e técnicas de construção naval primitiva – pelo menos duas centenas de diferentes tipos de embarcações de formas belíssimas, dezenas de tipos de jangadas, canoas com características próprias e fascinantes em cada pedacinho de costa, em cada trecho de rio. Tradições orais que seguem de pai para filho, transportando pelo tempo as mais ricas influências. Um patrimônio cultural de incalculável valor, autêntico e desconhecido, que se transforma e desaparece pouco a pouco. Verdadeiras esculturas flutuantes, pescando ou levando carga por essa costa afora, viageiras incansáveis, valendo só pelo que podem servir e não, ainda não, pelo que são – obras de arte ainda vivas. (KLINK, 1986, p. 5).

Com a finalidade de preservar o conhecimento das técnicas de construção das tradicionais embarcações maranhenses, uma das autênticas formas de expressão cultural deste Estado, o CVT Estaleiro-Escola foi inaugurado em São Luís no dia 15 de novembro de 2006, como desdobramento do diagnóstico realizado através do *Projeto Embarcações do Maranhão*. Com a implantação do projeto espera-se que os jovens passem a se interessar pelo ofício como decorrência “de um trabalho sério para resgatar a dignidade da profissão e dar-lhe o lugar de respeito que merece no contexto da sociedade”, afirma Phelipe Andrès, Diretor do CVT Estaleiro-Escola, apresentando a instituição de ensino aos visitantes.

Para implantação do projeto escolheu-se uma edificação do século XVIII que estava abandonada. O prédio localiza-se no sítio Tamancão, às margens do rio Bacanga, em São Luís. De acordo com a ficha técnica do prédio a área construída mede 3.120 m² com um pátio externo de 3.000 m². Foi determinante para a escolha do local a posição privilegiada, pois se encontra bem em frente ao Portinho, onde se concentra o maior número de embarcações artesanais da ilha de São Luís e também por ficar próximo dos estaleiros artesanais que funcionam a céu aberto, na área da barragem do Bacanga e do Igarapé da Vovó. Ao tratar dos aspectos que culminaram na escolha do local para implantar a primeira escola para formação de novos profissionais na arte de construção naval no Brasil, Luiz Phelipe detalha que pesou significativamente a “oportunidade de recuperar e preservar antigas ruínas que fazem parte da história da cidade já que o local se apresentava também propício

para construção de uma rampa destinada ao içamento de embarcações tanto para recebê-las no galpão para os necessários serviços, como lançá-las ao mar após reparos ou construção de um novo barco.”

Além desses aspectos, o local apresentava as condições ideais para a ampliação no futuro da oferta de cursos, voltados principalmente para a comunidade da área.

Um fato importante ocorrido durante as obras de restauração diz respeito à descoberta e preservação de elementos históricos. Luis Phelipe Andrès relata que foi encontrado um *Moinho de Marés*. Em dos painéis do museu consta que:

[...] Neste ‘Sítio Tamancão’ funcionou no século dezenove uma indústria de beneficiamento de arroz para exportação movida por este engenhoso sistema capaz de fazer inveja aos dias de hoje, como alternativa tecnológica para a produção industrial que utiliza a inesgotável energia proveniente do movimento das marés. Uma represa guaneada por comportas retinha a água nos níveis mais elevados a montante do galpão industrial. Uma galeria subterrânea ao piso da edificação conduzia águas em fuga para as cotas mais baixas do canal do rio Bacanga fazendo girar uma grande ‘roda d’água’ de madeira que por sua vez movimentava uma roda de ferro dentada através de eixo de seção quadrada. Estas duas peças do sistema bem como a entrada e saída da galeria subterrânea foram localizadas durante as obras e podem ser observadas pelos visitantes neste local. Infelizmente um assoreamento de mais de 10 metros, ocorrido nos últimos 100 anos, reduziu drasticamente a profundidade do canal e impede que se restabeleça hoje o funcionamento do sistema. (ANDRÈS, [2006]).

As obras de restauração e adaptação das ruínas foram realizadas no período de 2001/2003.

Na última etapa foram efetuadas a aquisição e instalação de ferramentas, máquinas, mobiliários equipamentos. Nessa fase que corresponde ao período 2005/2006 também foi elaborado o projeto pedagógico, constituição das equipes e inauguração do local.

Para dar uma ideia da área construída, o CVT Estaleiro-Escola é apresentado por Luiz Phelipe como um espaço composto por quatro módulos.

No primeiro estão reservados os espaços de recepção e secretaria, cozinha e refeitório/restaurante, lavanderia, depósito de materiais diversos, almoxarifado e banheiros. Inclui também o alojamento para os mestres que forem provenientes de outras cidades. Ainda no pavimento superior deste módulo encontram-se salas para aulas e espaço para a prática de velaria.

No segundo módulo fica o galpão da carpintaria naval, onde estão instaladas as máquinas, o depósito de madeira, ferramentaria, uma rampa ou “carreira”, dotada de um guincho motorizado para içar ou descer embarcações. Há também uma sala para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA

No terceiro módulo são encontrados, no térreo, os diversos laboratórios, tais como: modelismo naval, eletromecânica, informática, meio ambiente e salas de aula, sala de

professores e setor pedagógico. No pavimento superior tem-se o Centro de Pesquisa e Documentação, com literatura especializada em construção de embarcações, uma bateria de computadores para utilização de professores e alunos e, finalmente, um moderno auditório equipado o para o ensino a distância e videoconferências. Conforme registra o Encarte *Notícias* do CVT Estaleiro-Escola, Amyr Klink compareceu à solenidade de descerramento da placa da biblioteca que tem seu nome. Em seu discurso o navegador afirmou que:

A disseminação do conhecimento é fator primordial para a preservação de uma cultura.

Espero que o Estaleiro seja ampliado e que daqui saiam muitos barcos; que os alunos aprendam o máximo que puderem e consigam transmitir para os outros o que os mestres estão lhes transmitindo.

A gente tende a não valorizar o que é nosso e se deixar influenciar pelas coisas de fora. Aqui tem muita riqueza e acredito que é um privilégio não só para os alunos, mas para toda a comunidade ter um Estaleiro-Escola como este. (KLINK, 2008).

Ressalta-se, ainda, que na biblioteca o visitante pode conhecer os dezessete Cadernos de Pesquisa do Projeto Embarcações do Maranhão. Os cadernos tratam dos seguintes assuntos:

- a) Método para Levantamentos de Embarcações – Instrumentos de Medição;
- b) Modelismo Naval – Método de Construção de Canoa Costeira;
- c) Modelismo Naval – Método de Construção de Biana;
- d) João dos Reis Calisto (Mestre Jonas) – Vida, Aprendizado e Obra;
- e) Relatório de Pesquisa;
- f) Registro dos Construtores e Operários Navais. Este documento contém as fichas de registro dos construtores e operários navais identificados durante as reuniões de cadastramento realizadas pela equipe;
- g) Estaleiros Artesanais. Apresenta os seguintes pontos: segurança no trabalho, condições físicas, ambiente e pagamento – diária e empreitada;
- h) Levantamento Técnico das Embarcações V. 1, V. 2;
- i) Método Construtivo do Bote;
- j) Anais do Projeto Embarcações do Maranhão;
- k) Embarcações do Maranhão. Principais modelos identificados;
- l) Madeiras Utilizadas na Construção de Embarcações Artesanais do Maranhão;
- m) Relatório de Viagens e Reuniões.

Por fim, no quarto módulo encontra-se o Setor Museográfico, onde se pode conhecer uma replica de um estaleiro artesanal típico e uma coleção de painéis pedagógicos contendo textos e imagens que descrevem o projeto Embarcações do Maranhão. Esses painéis estão acompanhados de uma rica coleção de maquetes dos diversos modelos de embarcações

maranhenses identificados na pesquisa e que também contribuem para auxiliar na formação dos profissionais. Nesse ambiente o visitante conhece a história da construção naval artesanal do Maranhão, bem como conhece detalhes de cada tipo de embarcação genuinamente maranhense, através dos painéis, que estão dispostos na forma de um grande livro aberto. A riqueza desse conjunto de elementos inseriu o CVT Estaleiro-Escola no roteiro turístico de São Luís para os visitantes aficionados por embarcações.

Na parte superior do quarto módulo encontra-se, também, uma coleção de ferramentas utilizadas durante séculos por antigos mestres da arte da carpintaria naval.

A parte principal do acervo pertenceu ao modelista Kelvin Duarte, e as outras peças foram obtidas através de doações dos próprios profissionais da arte da construção naval, por meio de seus familiares. Todo esse material foi preparado para integrar as exposições instaladas nessa ala do prédio.

Em reconhecimento à significativa contribuição de Kelvin Duarte para que o CVT Estaleiro-Escola se tornasse uma realidade, a Oficina de Modelismo Naval recebeu seu nome. Para ressaltar ainda mais sua participação nos trabalhos, em um dos painéis do museu o visitante lê:

No treinamento da equipe foi providencial a participação direta de Kelvin de Palmer Rothier Duarte, especialista do Museo Naval e Oceanográfico do Rio de Janeiro. Modelista naval autodidata, tornou-se profundo e erudito conhecedor da história da navegação e da vela. Pesquisador das técnicas artesanais de construção de embarcações de madeira e incentivador de sua preservação no Brasil, participou da pesquisa e elaboração de textos do livro *Embarcações Típicas do Brasil*, publicado pelo Estaleiro Caneco em 1985, através da Editora Index. Foi consultor de alguns projetos nesta área, inclusive do “Embarcações do Maranhão”.

Com toda sua vida dedicada ao assunto, viajou a São Luís e aqui permaneceu durante dois meses, onde orientou o trabalho de instalação da oficina de modelismo, desde a definição das ferramentas aos detalhes de disposição de bancadas, picadeiro e construção das ferramentas auxiliares. Foi incansável e generoso na transmissão de seus conhecimentos.

Esta é uma homenagem a Kelvin Duarte, falecido em 1995. (ANDRÈS, [2006]).

Luiz Phelipe faz questão de frisar que a inauguração do CVT Estaleiro-Escola elevou ainda mais o Estado do Maranhão a uma posição de destaque no contexto das cidades brasileiras preocupadas com a preservação de patrimônio cultural imaterial - modo específico de criar e fazer com arte -, pois foi o primeiro a realizar um inventário das técnicas tradicionais populares de construção artesanal e com base nessa pesquisa implantou o primeiro centro no Brasil para capacitar jovens no ofício da construção de embarcações tradicionais.

Em síntese, o idealizador do projeto ressalta que o Estaleiro-Escola se propõe a ser uma instituição de ensino que ao mesmo tempo que preserva conhecimentos tradicionais se preocupa em preparar o aluno para competir no mercado de trabalho. É, portanto, uma

alternativa valiosa de fonte de geração de emprego e renda para populações que dependem das embarcações artesanais para sua própria sobrevivência.

O CVT Estaleiro-Escola, segundo ainda afirma Luiz Andrès, é o único no Brasil a trabalhar o ensino das técnicas artesanais de construção naval, aproveitando toda a experiência e conhecimentos dos mestres carpinteiros que, ao exercerem o ofício pedagógico nas salas de aula e nas oficinas de atividades práticas, são remunerados de forma digna.

Com relação aos investimentos feitos até o momento, Luiz Phelipe afirma que já foram gastos no projeto mais de R\$ 2 milhões. Somente na fase de implantação, foram R\$ 1,8 milhão incluindo-se os trabalhos de reconstrução e adaptação das antigas instalações, bem como a aquisição de equipamentos e ferramentas. Para que esses investimentos se realizassem, o Governo do Estado contou com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com recursos oriundos do Ministério da Ciência e Tecnologia.

4.4 CVT Estaleiro-Escola: estrutura e cursos

O CVT Estaleiro-Escola integra, na forma de um polo tecnológico, a estrutura da Universidade Virtual do Maranhão - UNIVIMA.

A UNIVIMA é uma autarquia destinada ao ensino, pesquisa e extensão na modalidade de ensino presencial e na modalidade de ensino a distância, dotada de personalidade jurídica de direito público interno, autonomia administrativa, disciplinar, educacional, científica e de gestão financeira, vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico – SECTEC do Maranhão.

De acordo com Luiz Phelipe, em virtude dessa vinculação, o Estaleiro-Escola passou a dispor da mesma tecnologia dos demais polos da UNIVIMA. Com essa base tecnológica o Estaleiro-Escola pode propiciar à comunidade do Anjo da Guarda, Alto da Esperança e bairros vizinhos o leque de programas de ensino a distância, desenvolvidos pela UNIVIMA em seus outros polos. Diversos projetos, destacando-se Vestibular da Cidadania e Cinema Popular entre outros, têm sido oferecido aos moradores da região, conforme registra o site da UNIVIMA. Observa-se ainda que os serviços de conservação, limpeza, telefonia e vigilância são mantidos pela UNIVIMA.

O CVT Estaleiro-Escola não dispõe de corpo funcional próprio. Para desenvolver suas atividades conta com servidores nomeados. Alguns são requisitados de outros órgãos do Estado e outros, sem vínculo funcional com o Estado, são nomeados para prestar serviços, conforme as necessidades.

A estrutura administrativa do CVT Estaleiro-Escola é composta por um Diretor Geral, que também exerce a função de Coordenador do Curso Técnico de Nível Médio em Construção de Embarcações Artesanais Maranhenses, dois Coordenadores no mesmo nível – um administrativo e um pedagógico, responsável por todos os cursos -, um Coordenador para cada curso ministrado, Bibliotecária, Secretária, Agente Administrativo, técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Enfermagem e Apoio Administrativo (segurança, limpeza, telefonia, cozinha e transporte). Os docentes são contratados conforme as necessidades de cada curso.

Luiz Phelipe relata que a ideia inicial era criar um estaleiro-escola com o propósito de formar jovens profissionais para a construção artesanal de embarcações maranhenses. Mas, como em setembro de 2006 o CVT Estaleiro-Escola foi integrado ao conjunto de centros de capacitação tecnológica da UNIVIMA, o CVT Estaleiro-Escola passou a oferecer diversos cursos de qualificação profissional.

O Curso Técnico de Nível Médio em Construção de Embarcações Artesanais Maranhenses foi iniciado em abril de 2007. O projeto é uma iniciativa educacional da Secretaria de Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico do Estado do Maranhão – SECTEC. Para realização do Curso de acordo com o programa elaborado, foi fundamental o convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Para a primeira turma foram selecionados 25 alunos. Ministrado no expediente da manhã, o curso tem duração prevista de 2 anos com carga total de 1.500 horas, sendo 1.200 horas de aulas teóricas e mais 300 horas de estágio supervisionado, sob a orientação de 14 professores com experiência de ensino superior e 6 mestres carpinteiros navais. A título de estímulo os alunos recebem uma ajuda de custo e têm a disposição um ônibus escolar para deslocamento tanto para as aulas no CVT Estaleiro-Escola, como para as atividades externas.

Atualmente 17 alunos freqüentam o curso. Conforme observa Luiz Phelipe falando sobre esse assunto, “algumas dessas desistências aconteceram muito possivelmente por causa da longa parada – mais de seis meses - que o curso sofreu em 2009, em decorrência da mudança de governo do estado do Maranhão. Outras por necessidade premente do aluno trabalhar. Se não tivesse acontecido isso, os alunos já poderiam estar trabalhando”. Se não acontecer novos eventos desfavoráveis, ele espera que o curso termine no máximo até agosto de 2010.

De acordo com o plano do curso, o objetivo geral é “formar profissionais capazes de garantir a recuperação das atividades da indústria Artesanal de Construção Naval do

Estado do Maranhão, reconhecendo que esta é base para diversas economias regionais, tais como a pesca artesanal transporte de passageiros e matérias-primas, além de representar um conhecimento tradicional riquíssimo que deve ser valorizado e preservado”.

Para ingressar no curso, o candidato precisa ter idade mínima de 18 anos, concluído o *Ensino Médio*, ser morador das cidades de São Luís, Raposa, Paço do Lumiar ou São José de Ribamar, em cujas localidades se encontram atividades ligadas ao projeto. Além disso, o processo seletivo constou de duas etapas: avaliação sócioeconômica e teste de aptidão.

No curso são ministradas disciplinas como: Meio Ambiente e Cidadania, Tipologia das Embarcações Maranhenses, Metodologia para Elaboração de Projetos, Inclusão Digital, Desenho, Empreendedorismo e Cooperativismo, Modelismo Naval, Técnicas de Construção de Barcos e Velas, Mecânica e Eletricidade, Ética e Normas Navais.

Uma característica inovadora do projeto pedagógico do CVT Estaleiro-Escola é a introdução da disciplina Empreendedorismo, de caráter obrigatório, no currículo dos cursos do Estaleiro-Escola. De acordo com Luiz Phelipe essa linha educacional foi adotada com vistas à preparação dos futuros profissionais para iniciativas empreendedoras. Essa educação empreendedora evidencia a clara vocação do Estaleiro-Escola para o estímulo da iniciativa empresarial aos seus alunos, na expectativa de se promover o desenvolvimento local.

No Curso Técnico de Nível Médio em Construção de Embarcações Artesanais Maranhenses a disciplina *Empreendedorismo, Associativismo e Cooperativismo* é ministrada em 40 horas. No conteúdo constam tópicos tradicionais, explorados em cursos introdutórios, destacando-se: Definição de Empreendedorismo; Contextualização do Empreendedor; o Empresário e o Empreendedor; Definição do Negócio – Oportunidades; Tipos de Negócios Atuais; Alternativas e opções Empreendedoras; Aspectos da Legalização do Negócio; Orientações de Crédito e Viabilidade; Plano de Negócios Simplificados; Organização de Associações e Cooperativas. Além da tradicional exposição dialogada, dos trabalhos com Estudos de Casos de sucesso e de iniciativas que não se concretizaram, os alunos são estimulados a apresentar e defender ideias de negócios, bem como a apontar pontos frágeis em projetos discutidos em sala de aula. No plano de ensino da disciplina, encontram-se obras conhecidas como *Oficina do Empreendedor* e *O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios – como nasce o empreendedor e se cria uma empresa* e de Fernando Dolabela; *Formação Empreendedora na Educação Profissional*, da UFSC e diversas publicações do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

Ainda na linha da formação técnica, o CVT Estaleiro-Escola oferece cursos de qualificação em marcenaria, velejador e veleria (confecção de velas para barcos), todos com carga horária de 300 horas e duração de seis meses. Esses cursos foram iniciados em 2008 e têm turmas de 45 alunos. No curso de qualificação de marcenaria, por exemplo, destaque-se que os alunos são orientados para confecção de artesanato, o que tipifica outra possível fonte de trabalho e renda. Registre-se que o Maranhão possui a singular característica de produção de velas coloridas.

Merece destaque o Curso de Educação Ambiental, iniciado em 2007, pela importância que a temática tem para o momento atual em que tanto se discute formas de redução dos impactos que o homem causou ao meio ambiente ao longo de sua trajetória até chegar à vida moderna. É um curso de qualificação profissional, ou seja, o aluno adquire um ofício para trabalhar e ter renda. São oferecidas 75 vagas por turma. O Curso tem duração de quatro meses com carga horária de 450 horas, sendo 200 horas de aulas teóricas, para assimilação de conceitos de meio ambiente, educação ambiental, manguezais, recursos hídricos, resíduos sólidos, responsabilidade social, cooperativismo, associativismo, embarcações artesanais e outros assuntos ligados à preservação ambiental. A parte prática, de oficinas, tem 250 horas de duração. No ato da inscrição o aluno faz a escolha da oficina onde pretende trabalhar. São oferecidas as oficinas de reciclagem de papel, reaproveitamento de plástico (pet) e madeira, modelismo naval (construção de pequenas embarcações) e biojóias.

Com menor duração o CVT – Estaleiro Escola oferece ainda para a comunidade cursos de informática e monitores de turismo. O curso de informática é oferecido pelo Projeto Viva Digital, do Governo do Estado, através da Univima. Tem carga horária de 75 horas, com turma de 32 alunos. Atualmente o curso tem três turmas. Em função dos objetivos de inclusão digital do projeto, tão logo as turmas encerram, novas turmas se iniciam. É um dos cursos de mais alta demanda no Estaleiro-Escola. Segundo um dos instrutores, “a motivação é alta. Os alunos demonstram muita vontade de aprender a usar as ferramentas da internet”. Sobre a frequência dos alunos, o instrutor observa que “os alunos quase não faltam”. Ele destaca ainda que “a maioria é jovem”.

O CVT – Estaleiro Escola oferece também, desde 2008, três cursos técnicos de ensino médio integrados à educação profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA (instituído pelo Decreto nº 5.478, alterado pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006), com o intuito de oferecer aos jovens, adultos e idosos oportunidades de escolarização que aliem a educação básica em nível médio à educação profissional, com o desenvolvimento de competências e habilidades que propiciem a formação integral do aluno

como cidadão e profissional de qualidade. Nessa categoria são oferecidos os Cursos de Eletrotécnica, Informática com suporte em rede e o Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Construções Artesanais Maranhenses, todos com carga horária de 2.710 horas, sendo 1.400 horas de formação geral e 1.160 horas de aulas práticas e 150 de estágio curricular. Esses cursos têm duração de 2 anos e são ministrados no horário vespertino. O curso de embarcações tem 15 alunos e os outros dois têm turmas de 25 alunos. Esses cursos foram selecionados através de pesquisa junto à comunidade, o que evidencia o processo de democratização das escolhas.

Através de parceria, diversos cursos como pintura sobre cerâmica, nutrição, fabricação de bolos e doces são ministrados pelo Serviço Social do Comércio (SESC) nas instalações, com carga horária em torno de 50 horas. Com base nos dados de frequência e assiduidade, pode-se dizer que têm grande aceitação na comunidade.

Hoje, os conhecimentos tradicionais da arte de construir embarcações de madeira já possuem um centro de treinamento em atividades de construção naval, realização de pesquisas sobre métodos, materiais e ferramentas, como alternativas para que, de forma mais concreta, se possa assegurar a preservação das técnicas. Local onde o velho mestre carpinteiro naval tem oportunidade de transmitir com dignidade os seus conhecimentos a uma nova geração de aprendizes, prestando serviços à comunidade com expectativas de gerar renda e possibilidade de melhoria de qualidade de vida.

5 METODOLOGIA

Para realização do presente trabalho a estratégia adotada foi o estudo de caso.

Yin (2005, p. 19) observa que “o estudo de caso é apenas uma das muitas maneiras de fazer pesquisa em ciências sociais. Experimentos, levantamentos, pesquisas históricas e análise de informações em arquivos são alguns exemplos de outras maneiras de realizar pesquisa.”

Em Yin (2005) encontram-se os fundamentos para a conveniência da escolha do estudo de caso como alternativa para este trabalho.

[...] utiliza-se o estudo de caso em muitas situações, para contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados. [...] o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de setores econômicos. (YIN, 2005, p. 20).

Também nessa linha de pensamento, ao discorrer sobre os métodos das ciências sociais, Gil (1999, p. 35) afirma que:

O método monográfico parte do princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes. Esses casos podem ser indivíduos, instituições, grupos, comunidades etc.

Determinando marcos, Vergara (2007, p. 49) observa que :

o estudo de caso é o circunscrito a uma ou poucas unidades entendidas essas como uma pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizado no campo.

Sobre as características do método estudo de caso Yin (2005, p. 33) afirma que “como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo – tratando da lógica de planejamento, das técnicas de coleta de dados e das abordagens específicas à análise dos mesmos.”

Ao tratar das variações nas formas de realizar estudo de caso, Yin (2005, p. 33-35) afirma que essa estratégia

inclui tanto estudos de caso único quanto de casos múltiplos. [...] os estudos de caso podem ser conduzidos e escritos por muitos motivos diferentes, incluindo a simples apresentação de casos individuais ou o desejo de chegar a generalizações amplas baseadas em evidências de estudos de caso.

Segundo o entendimento de Oliveira (2007, p. 55), “o estudo de caso é uma estratégia metodológica do tipo exploratório, descritivo e interpretativo.”

Mais adiante a autora ressalta que:

a aplicação do método de estudo de caso deve ser utilizado para atender aos objetivos preestabelecidos pelos pesquisadores(as), como sendo um estudo aprofundado a fim de buscar fundamentos e explicações para determinado fato ou fenômeno da realidade empírica (OLIVEIRA, 2007, p. 55).

Vale registrar que para Triviños (1987, p. 111) “no estudo de caso, os resultados são válidos só para o caso que se estuda.”

Um dos pontos que merece atenção especial quando se faz opção pelo estudo de caso em pesquisa social é o desenvolvimento de teoria. A partir de Yin (2005), registra-se que em estudos qualitativos a generalização se desenvolve a partir da leitura analítica dos elementos coletados pelo pesquisador, cujo resultado final pode ser a expansão ou a generalização de teoria. Como frisa Yin (2005, p. 54) “um bom pesquisador de estudo de caso deve se esforçar para desenvolver essa estrutura teórica, não importando se o estudo tenha de ser explanatório, descritivo ou exploratório.”

Outras características da pesquisa se evidenciam, considerando o entendimento de Vergara (2007). Com relação aos meios, a investigação foi realizada no campo onde o fenômeno se manifesta. Na construção do referencial teórico, adotou-se bibliografia variada, formada por livros, revistas e artigos, em razão dos diversos pontos desenvolvidos no trabalho. Haja vista os aspectos evolutivos envolvidos no caso, explorou-se a documentação relativa ao CVT Estaleiro-Escola. A maior parte das consultas foi realizada na biblioteca da instituição. Também no Iphan de São Luís buscaram-se documentos conservados, bem como recortes de jornais e revistas, para coletas de informações sobre a trajetória dessa escola.

O estudo limitou-se a investigar o CVT Estaleiro-Escola, que foi criado com o propósito de preservar os conhecimentos das técnicas tradicionais de construção artesanal das embarcações maranhenses através de formação de novos profissionais para empreenderem nesse campo de atividade.

A pesquisa foi desenvolvida com predominância da abordagem qualitativa, pois explora significados, experiências, motivações e valores no contexto do problema investigado. Para Oliveira (2007, p. 59),

a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo uma tentativa de se explicar em profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem a mensuração quantitativa de características ou comportamento.

Ao estabelecer contato com os sujeitos participantes da pesquisa, para registro de observações e apreensão de percepções quanto ao fenômeno investigado, o autor fez uso de elementos da fenomenologia. Entendeu-se necessário esse relacionamento para a descrição do fenômeno de forma não tendenciosa. Para Moustakas (apud MOREIRA, 2004, p. 66),

“qualquer fenômeno representa um ponto de partida desejável para uma investigação. O que é dado em nossa percepção de uma coisa é sua aparência, e esta não é uma ilusão vazia.”

Este trabalho pretendeu demonstrar de forma convincente, a partir de evidências coletadas e apreciadas com a necessária atitude de neutralidade, a importância do CVT Estaleiro-Escola para as comunidades ligadas à construção de embarcações artesanais no Maranhão, para as pessoas que usam essas “esculturas flutuantes” para pescar e como meio de transporte, bem como para aqueles que entendem ser importante preservar valores de longa tradição neste Estado.

Com relação à seleção dos sujeitos da pesquisa e quanto à coleta dos dados, destacam-se três pontos:

- a) utilizou-se um questionário contendo 12 perguntas semiabertas referentes a diversos tópicos do estudo. De forma intencional, a primeira indagação tinha por objetivo verificar se o respondente dominava o conceito de cultura, ponto de partida na construção do referencial teórico. Entre os assuntos constantes do questionário, destacam-se os que se referem às expectativas dos alunos com relação ao curso, motivação, deficiências, como viram a disciplina empreendedorismo para a vida profissional e, principalmente, o significado do CVT Estaleiro-Escola. O questionário foi utilizado somente com os alunos do Curso Técnico de Nível Médio em Construção de Embarcações Artesanais Maranhenses, ministrado no horário da manhã, pois estão em fase de conclusão do curso. Dos 25 alunos que iniciaram o curso, somente 17 estão frequentando as aulas. Vale observar que 3 mulheres integram essa turma. Responderam o questionário os 12 alunos que estavam presentes no dia 27/05/2010. Por orientação, os alunos não se identificaram;
- b) ainda com a finalidade de identificar as percepções de outras pessoas relativas à investigação do problema, foram realizadas 19 entrevistas, no período de agosto/2009 a maio/2010, com base em roteiro flexível e perguntas abertas, conduzidas pelo autor, de modo a estimular o discurso do entrevistado acerca das questões importantes para o desenvolvimento do trabalho. Sublinha-se que foram exploradas poucas questões nas entrevistas para o aprofundamento das questões, conforme sugere Sanderes (1982), citado por Moreira (2004). Do CVT Estaleiro-Escola, foram entrevistados o diretor, cinco professores e duas coordenadoras de cursos. Os demais entrevistados não têm vínculo com a instituição de ensino e residem nas cidades de São Luís e São José de Ribamar.

Esse grupo era formado por dois proprietários de estaleiros, um pescador, seis carpinteiros navais, um proprietário de barco de transporte de passageiros e carga e um gerente de instituição bancária do governo. As entrevistas foram precedidas dos necessários esclarecimentos quanto aos propósitos da coleta dos dados, bem como quanto à necessidade da gravação das conversas. A gravação das entrevistas foi realizada mediante autorização dos entrevistados. Deixou-se claro para todos que o material coletado somente seria publicado na medida em que o pesquisador entendesse conveniente. Neste trabalho, somente os nomes de dois entrevistados foram explicitados: o do Diretor do CVT Estaleiro-Escola e o do professor da disciplina Empreendedorismo, com a autorização de ambos, em virtude da relação direta com este estudo;

- c) durante o trabalho de campo, fez-se o registro fotográfico do CVT Estaleiro-Escola e dos estaleiros visitados.

Finalizando este tópico, é oportuno ressaltar que a ideia de explorar o CVT Estaleiro-Escola, para desenvolver esta dissertação, surgiu quando o autor conheceu a equipe de trabalho dessa instituição, durante o Amazontech, mostra de inovação tecnológica, realizada em São de Luís, no período de 25 a 29 de novembro de 2008. Nesse evento, o CVT Estaleiro-Escola expôs a embarcação Estandarte, recuperada pelos mestres artesãos dessa instituição. A partir desse primeiro contato, foram feitas diversas visitas que culminaram nesta pesquisa. Observa-se que, em virtude da mudança de governo no Estado do Maranhão, em abril de 2009, os cursos do CVT Estaleiro-Escola foram suspensos o que provavelmente levou alguns alunos à evasão e o que é mais grave ainda, gerou atraso na conclusão do Curso de Construção de Embarcações Artesanais Maranhenses.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste tópico apresentam-se a análise e a discussão dos dados coletados buscando-se estabelecer uma relação entre os fundamentos teóricos desta pesquisa e o estudo do caso aqui abordado.

Inicialmente, analisam-se as informações coletadas através dos questionários a que os alunos responderam. Em seguida, ainda com a finalidade de extrair elementos para interpretação das informações, se faz a descrição dos principais pontos de interesse para este trabalho, contidos nas entrevistas realizadas.

6.1 Questionário

Seguem abaixo o entendimento dos alunos do CVT Estaleiro-Escola quanto às questões tratadas no questionário e os comentários do autor do trabalho à luz do referencial teórico apresentado neste estudo. Vale registrar que se fez a transcrição das respostas *ipsis litteris*.

Ponto 1 - Segundo os alunos, cultura é:

1. É um conjunto de manifestações de conhecimentos que abrange uma determinada região. Ex: construção de embarcação artesanal.
2. Característica de um povo, de lugar, de uma nação.
3. É algo que faz parte de uma nação e que a identifica em qualquer lugar do Brasil.
4. É um conhecimento tradicional de um determinado lugar que é passado de pai para filho.
5. É a característica ímpar de uma região tendo suas crenças, contos, construções.
6. Tudo aquilo que um determinado lugar promove, cultiva, realiza sem discriminação ou preconceito.
7. Na minha opinião é uma tradição que é passada de geração à geração.
8. É o que é passado de geração em geração.
9. Cultura é tudo produzido pelo homem que por vezes chega a ser valorizado ou não, servindo de referência para povos futuros.
10. Cultura é tradição, é uma forma que cada povo tem de se relacionar, é linguagem etc.
11. É tudo aquilo ligado a determinada região, povo...que se entende por costume.
12. Conhecimento, sabedoria etc.

Comentários: Exceto o aluno (12) que associou a palavra cultura à erudição, saber, cuja apreensão é resultado de estudo ou experiência, os demais entendem o sentido do termo e o significado das ideias apresentadas está ligado ao campo antropológico. O entendimento dos alunos sobre cultura está alinhado ao pensamento de Williams (2007), Cuche (2002), Geertz (2008), Laraia (2009) e, como já se ressaltou, ao conceito de Tylor (2005).

Registra-se também que as definições do termo cultura para os respondentes identificam-se com os conceitos coletados em pesquisa por Canedo (2010).

Conforme coloca Laraia (2009), os antropólogos sabem bem o que é cultura. Estudiosos de outros campos, cada um, conforme suas percepções, domina os ricos sentidos conceituais do termo. Mas, não só os acadêmicos e eruditos, pois, com base nas evidências expostas neste trabalho, pode-se afirmar que os alunos do CVT Estaleiro-Escola entendem o sentido da palavra cultura principalmente no contexto antropológico. É provável que atualmente, como resultado dos movimentos em prol da defesa dos acervos culturais, no Brasil, a compreensão da palavra já seja do alcance de grande parcela da população.

Ponto 2 – Para os alunos patrimônio cultural é:

1. É uma preservação da herança, do conhecimento disseminadas ao longo das gerações.
2. Reconhecimento e conservação da cultura de alguma cidade tipo São Luis, Alcântara etc.
3. É algo de suma importancia e valioso para uma nação.
4. É um conhecimento que é passado de geração em geração.
5. Um conjunto de ações, construção, folclore, danças, maneira de compor e fazer e pode ser dividido em material e imaterial, todos para ser preservados.
6. É um patrimônio material, ou histórico que deve ser conservado para que no futuro distante nossos filhos e netos possam disfrutar do nosso passado.
7. É o que é tombado como cultura patrimonial.
8. É aquilo que cada ‘grupo’ têm e pode guardá-lo como história e conhecimento.
9. É algo material ou imaterial que simboliza a cultura entre os povos.
10. Custumes de uma região a ser preservado.
11. Algo antigo com um valor imenso.

Comentários: Na maioria das respostas se evidenciam elementos conceituais contidos em Pelegrini (2008), Funari (2006) e Menezes (2006). Um dos alunos não respondeu.

Ponto 3 – Ainda sobre patrimônio cultural, 9 alunos (75%) responderam que sabiam a diferença entre o que é material e imaterial e 3 alunos (25%) não sabiam diferenciar. Os que afirmaram saber veem-na nos seguintes termos:

Patrimônio cultural material:

1. Os casarões do centro histórico.
2. Patrimônio arquitetônico, casarões, nossos barcos.
3. Objetos e construções históricas que influenciarão na história de uma cidade.
4. Patrimônio material é tudo que deve ser resgatado que se pode ver.
5. Podemos tocar, ver.
6. É aquele que a gente ver e sente.
7. Centro histórico de São Luís.
8. As embarcações.
9. O tocável (objeto, real), casarões históricos da praia grande.

Patrimônio cultural imaterial:

1. O conhecimento das técnicas de construções de embarcações artesanais.
2. Conhecimentos dos nossos mestres.
3. São histórias e lendas e festas que influenciarão em sua cidade.

4. Ensinaamentos dos mestres artesãos.
5. É aquele que não conseguimos ver e sentir, nós só sabemos pelo conhecimento que adquirimos.
6. Bumba meu boi.
7. Bumba meu boi.
8. Não é tocável. É repassado de pessoa para pessoa como o tambor de crioula.

Comentários: Os exemplos apresentados demonstram o entendimento da questão. Eles sabem a diferença entre o tangível e o intangível. E não precisa mais, pois nem a CF teve preocupação conceitual. A Carta Magna classifica e exemplifica.

Ponto 4 - Convidados a responder se o conhecimento técnico dos mestres artesãos deve ser preservado como um patrimônio cultural imaterial, 11 alunos (92%) responderam *Sim* e 1 aluno (8%) omitiu-se de responder por não saber o que é patrimônio cultural imaterial. Seguem-se as justificativas apresentadas:

1. Porque são técnicas milenares transmitidas de pai para filho de geração em geração.
2. Esses mestres são simplesmente um arquivo vivo de todo conhecimento e cultura das nossas embarcações.
3. Eles dão vida a uma construção naval que vem de um grande e antigo conhecimento preservado até os dias de hoje.
4. O conhecimento que é passado de pai para filho de construção das embarcações não só deve ser preservado mais valorizado por todos nós.
5. Pois suas práticas e teorias são passadas de pai p/ filho ou simplesmente só com o acompanhamento. Não pode virar literatura.
6. Porque muitas pessoas não se interessam pelas embarcações artesanais, e os únicos que sabem fazer essas embarcações são os velhos mestres.
7. Preserva uma das grandes indidentidades do nosso Estado. Que só aqui é contruídas tem características próprias.
8. Porque é uma cultura que é essencial para o nosso litoral maranhense.
9. Claro, pois é um conhecimento raro e de extrema complexidade, além de um desde os primeiros habitantes que utilizavam como forma de locomoção.
10. Porque é uma forma de dar continuidade a uma prática belíssima e que é muitas vezes desvalorizada.
11. Não sei o que é patrimônio cultural imaterial.
12. Porque é um trabalho magnífico.

Comentários: Os alunos apresentaram em termos gerais uma lista de argumentos consistentes em defesa da preservação. Todo produto humano com valor simbólico é digno de preservação Pelegrini (2008).

Ponto 5 – Sobre o que os motivou a fazer o curso, eles responderam que:

1. A vontade de aprender a técnica e manter um conhecimento tradicional.
2. Curiosidade, admiração pelo conhecimento, já que pouco conhecemos sobre as embarcações maranhenses.
3. Foi a força de vontade de resgatá uma maravilha de profissão e conhecimento que havia sido esquecida e que hoje está retornando graça ao Estaleiro Escola.
4. Perspectiva de melhoras financeiras, cultural e o gosto por embarcações.
5. O que me motivou foi as embarcações artesanais maranhenses, que com sua velas colorem todo o nosso litoral.
6. A oportunidade de uma qualificação profissional e estabilidade futura.
7. Foi a importância que têm as embarcações do Maranhão, sendo que os formando tem a finalidade de trazer ao povo maranhense e valorizar as embarcações.
8. A vontade de obter conhecimento sobre a cultura além de almejar uma profissão.

9. A minha motivação se deve a oportunidade de expandir algo muito importante e pouco valorizado.
10. Eu estava desempregado e sem estudar, fiz a prova (seleção) e passei.
11. Grande interesse por embarcação.

Comentários: A maioria das respostas sinaliza uma identidade dos alunos com as embarcações maranhenses. Vale registrar o grau de conscientização dos alunos quanto à necessidade de se valorizar e preservar um bem patrimonial, típico da terra. Observa-se também que para eles é fundamental descortinar novas perspectivas profissionais.

Ponto 6 – Com relação ao significado do CVT Estaleiro-Estaleiro para suas vidas, os alunos responderam que:

1. Significa uma forma de obter conhecimentos e preparação para o mercado de trabalho.
2. Um patrimônio, um lugar que reconhece e valoriza o trabalho dos mestres navais.
3. Uma grande oportunidade de resgatar um conhecimento antigo e um grande empurrão no mercado de trabalho.
4. Em nem um lugar a nível de Maranhão há um escola tão boa como essa. O Estaleiro Escola significa para mim a oportunidade nas mãos.
5. Oportunidade de aprender uma profissão técnica.
6. Uma família que abriu as portas para mim ganhar grandes conhecimentos na área naval.
7. Uma escada com degraus infinitos.
8. A única oportunidade no Maranhão que nos dar a capacidade de ter esse conhecimento tão desvalorizado pelas as autoridades do MA.
9. Uma porta de entrada para o mercado de trabalho que por vezes o aluno tem que se impor e caminhar sozinho.
10. Significa aprendizagem, aqui eu aprendir muitas coisas, e também uma forma de me capacitar para o mercado de trabalho.
11. Sonho não realizado por conta do nosso governo.
12. Muita coisa, mais ainda falta mais.

Comentários: A maioria dos alunos vê o CVT Estaleiro-Escola como uma oportunidade concreta para suas vidas.

Ponto 7 – Indagados se o Curso de Construção Naval atende às suas expectativas, 3 alunos (27%) responderam *Sim*, 7 alunos (55%) responderam *Não* e 2 alunos (18%) omitiram-se. Seguem as justificativas para as respostas.

1. Falta muita aula pratica, materiais adequados, professores capacitados.
2. Tudo na vida existe dificuldade. O curso é uma delas mais aqui na Escola temos os melhores professores capacitados a transmiti o conhecimento sim.
3. Eu estou ganhando experiência na área, para que no futuro eu possa entrar na área de trabalho.
4. Um curso que era para ser em 2 anos já está no 3º ano e se duvidar chegará ao 4º ano e cobranças e preções para desistir do curso e procurar qualquer serviço. Como outros já desistirão por causa dessa situação.
5. Porque não tivemos o apoio das autoridades que presizariamos ter e por conta disso nos touxe o desanimo de termos o nosso futuro garantido e expectativas melhores.
6. Nem sempre, pois não prepara você para concurso na área.
7. Na verdade esperava algo maior.
8. Por conta do nosso governo maravilhoso que cortou a verba do projeto e nos deixou na mão.
9. Deficiência em algumas diciplinas. Esperava mais aulas práticas e pesquisas.

10. Porque o curso está oferecendo ótimas condições de aprendizagem na área da construção naval.
11. Falta muita coisa ainda.

Comentários: Deve-se atentar de forma especial para as constantes referências ao poder público feito pelos alunos para exploração do conteúdo das posições manifestadas.

Ponto 8 – Dadas aos alunos três alternativas para expressarem o atual nível de motivação em relação ao curso, o resultado da pesquisa foi: *Baixo* - 3 alunos (25%); *Médio* - 4 alunos (33,5%); e *Alto* - 4 alunos (33,5%). Observa-se que um aluno (8%) não marcou nenhuma das opções, mas registrou que: “Devido a problemas constantes, principalmente com o governo, que às vezes não auxilia como deveria. A motivação se enfraquece devido a altos e baixos que enfrentamos”. Um aluno marcou a opção “*Baixo*”, e escreveu: “Por conta do Governo”.

Comentários: Apesar dos problemas apontados, verifica-se que somente 25% dos alunos têm baixo nível de motivação, enquanto 67% dos alunos pesquisados expressaram um nível de motivação que se pode considerar satisfatório.

Ponto 9 – Solicitados a apontar as deficiências do curso, assim se manifestaram:

1. Falta de professores. Aulas praticas visitas técnicas e materiais adequados para a efetivação do curso.
2. A única deficiência para mim é o descaso do poder publico na questão de material, necessário para as atividades.
3. Falta de apoio logístico.
4. A falta de materiais e principalmente água potável.
5. Não seguiu o cronograma acadêmico e atraso na conclusão do curso ainda não teve cadeira de desenho técnico, core draw, plano de linhas.
6. Falta de apoio do governo. Falta de professores por conta de não ter (recurso). Falta de material para o curso. Falta de sala adequada para aula de desenho etc.
7. Talvez um problema que foi a consequência de muitos outros foi a seleção e escolha dos alunos que espero que nas próximas turmas seja modificado.
8. A falta de aulas práticas. Falta de visitas técnicas. E falta de materiais p/ as aulas de desenho.
9. Faltaram algumas cadeiras que deveríamos ter visto.
10. Professores que tenham maior conhecimento na área, desmotivação de alguns alunos...divulgação.
11. A participação do governo que não da uma assistência para a Escola.
12. Várias, material, disciplina, e interesse etc.

Comentários: O posicionamento dos alunos merece ser investigado, pois expectativas não atendidas podem desencadear frustração.

Ponto 10 – Indagados se a disciplina Empreendedorismo pode ajudar na vida profissional, 10 alunos (83%) responderam *Sim* e 2 alunos (17%) limitaram-se a fazer um registro que denota o reconhecimento da importância da disciplina. Esses registros são os dois últimos da lista abaixo. Os demais alunos também se posicionaram para dizer como a disciplina os ajuda.

1. Nos deu um novo conhecimento e uma nova visão de planejar determinados negócios. Que podemos obter sucesso na atividade.
2. Dando um norte aos objetivo.
3. Ajuda agente calcular os custos e os lucros de cada embarcação.
4. Na organização, até mesmo na construção de uma embarcação, não estragando matéria prima não dando prejuízo a empresa.
5. Encinando seguir muitos meios de comercialização interno e externo e divulgando outro meios p/ nós atuarmos no mercado de trabalho.
6. Todo aprendizado é válido, porém podíamos ter sobre metrologia ou casco de navios metálicos ou auto cad no lugar da disciplina de relações interpessoal.
7. Através de noções empreendedorismo podemos realizar melhor trabalho como técnico em construção naval.
8. Avaliando melhor o custo do material e a mão de obra.
9. A ser um bom empreendedor. Saber administrar as finanças.
10. Ainda não tenho vida profissional, mas foi uma cadeira muito boa.
11. Dentro de cada um de nós, à um empreendedor, passamos a ver o mundo de outra forma.

Comentários: Observa-se que o entendimento dos alunos sobre a disciplina empreendedorismo está mais associado a elementos do processo de gestão de negócios Mintzberg (2006), do que à compreensão do papel e da dinâmica do empreendedorismo no contexto do desenvolvimento econômico Shumpeter (1988).

Da entrevista - 6.2.1 - com o professor que ministrou a disciplina, podem-se extrair outros elementos para aprofundamento deste ponto.

Ponto 11 – Inquiridos sobre a existência de mercado de trabalho, 10 alunos (83%) responderam *Sim* e 2 alunos (17%) responderam *Não*.

Somente três colocações foram anotadas pelo grupo:

1. Primeiro vamos sair do Estaleiro não sou um construtor naval.ainda.
2. Mais que pouco.
3. Como tecnico.

Comentários: A maioria dos alunos enxerga oportunidades no mercado de trabalho ligado ao ramo de embarcações.

Ponto 12 – Com relação às dificuldades que enfrentarão no mercado de trabalho, os alunos se manifestaram conforme segue:

1. A falta de locais onde eu possa exercitar essa função de construtor de barco de madeira.
2. Somente a oportunidade de exercitar vai dizer.
3. Burocracia em encontrar um estaleiro legalizado, onde pague bem que tenha benefício p/ os funcionários que atendam as normas ambientais as normas de segurança no trabalho. Porém esta profissão pode ser aproveitada para outros estados, ou a pessoa pode colocar seu próprio estaleiro. Podemos aproveitar para ingressar na área marítima.
4. Nenhum porque quando temos força de vontade, nada pode atrapalhar.
5. A desconfiança dos antigos mestres carpinteiros navais que o aluno é capaz de executar a construção. Espero que o curso termine até o meio do ano ou vai acontecer o que eles querem que todos desistam e podem dar a desculpa que eles querem ao C.N.Pq, MEC. e outros órgãos federais. E nós alunos estamos aqui para justificar salários de funcionários em geral porque escola sem aluno não funciona.

6. Clientes para construir embarcações, meios de pagamento dos clientes, e a valorização do mercado em relação a construção das embarcações que é 'bem' pouco. Manutenção das embarcações é bem pouca. Contratação também é bem pouca. Por conta da desvalorização, que tem o maranhão em relação as embarcações. Porque os que mais valorisa é a classe baixa e não tem recursos para contruirem e fazerem manutenção, da mal p/ comer.
7. A falta de experiência, mas vamos adiquerir no decorrer do exercício da profissão. E a ausência das citadas acima, pois é exigido nos concursos públicos.
8. Mercado de trabalho escasso principalmente no maranhão; a desvalorização por parte de muitos.
9. A principal será a parte de leitura de plantas de embarcação.
10. Local adequado para trabalhar, falta de E. P. I., falta de reconhecimento, remuneração baixa.
11. O cussumo da madeira e ao mesmo tempo a preservação do meio ambiente.

Comentários: As reflexões apresentadas pelos alunos denotam o grau de consciência quanto às dificuldades que enfrentarão no mercado de trabalho.

6.2 Entrevistas

Apresenta-se a seguir o conteúdo dos pontos de maior interesse extraídos das entrevistas realizadas, cujas falas foram transcritas conforme as palavras exatas dos entrevistados, para melhor qualidade da análise. (SANDERS, 1982, apud MOREIRA, 2002).

Ponto 1 – Com relação ao processo de aprendizado da profissão, os entrevistados que trabalham com embarcações afirmaram que:

1. Aprendi só olhando os outros fazer. Quem quer, olhando aprende a fazer. As instruções são de boca. O aluno só aprende se for curioso.
2. Aprendi com meu pai. Ele trabalhava com barcos.
3. Meu pai é que ensinava pra gente. Tenho muitos anos.
4. Meu pai me ensinou. A infância foi aprendendo e ajudando a construir barcos.
5. Comecei com meu pai, quando tinha 15anos.
6. Comecei novo e aprendi a gostar dessa profissão. Criei a família assim.

Comentário: A transmissão de conhecimentos das técnicas construtivistas tradicionais, objeto deste estudo, na maioria dos casos ainda acontece de forma oral, muitas vezes no ambiente familiar, onde ensinar aos mais jovens é um hábito de vida; é um processo de aprendizado baseado na sabedoria acumulada pelo seu grupo social, feito de experiências Gorz; (2005) e Tomasello (2003).

Ponto 2 – Quanto à satisfação de trabalhar com embarcações, foram registrados os seguintes depoimentos dos entrevistados:

1. Eu gosto da minha profissão.
2. A profissão de pescador é um vício.
3. É bom fazer o que a gente gosta.
4. Eu já gostei mais da minha profissão. A gente não encontra mais ajudante que queira trabalhar.
5. Eu faço o que gosto. Eu sou feliz.

6. Basta dizer que cada peça que eu coloco numa embarcação é uma emoção muito grande. E o mais importante é que todo barco que eu boto n'água, eu choro.
7. A gente ama o que a gente faz. É por isso que a gente vive até hoje nela. É bonito aquilo que você constrói; você vê flutuando em cima d'água, cheio de gente. Aquilo é que é o orgulho da gente. ...Isso aqui é um trabalho artesanal.
8. Eu trabalho por que gosto. Eu sou feliz no que eu faço.
9. O que eu faço é uma fonte de renda, mas é uma terapia, também.

Comentário: Percebe-se que as atividades ligadas às embarcações têm um significado especial para esses profissionais. Ao fazer uma analogia entre a profissão e um vício, o entrevistado (2) evidencia um valor simbólico que ele extrai do seu ofício e nele encontra sentido para sua vida. É a teia do homem da qual fala Geertz (2008).

Ponto 3 – Sobre a importância do Estaleiro-Escola para preservação dos conhecimentos dos mestres artesãos, os entrevistados afirmaram que:

1. O Estaleiro ajuda, sim, a preservar o conhecimento. O Estaleiro está mais ou menos equipado. Mas, falta muita coisa ainda, principalmente, material.
2. Isso. Eu acho bom. Mais tarde esses que estão aprendendo já faz o barco para gente. Abrindo o Estaleiro...é uma coisa muito importante, tirar esses moços que tão fazendo essas coisas, essas besteiras, fumando crack, pegando droga; se o Estaleiro recebe aluno tira muita gente da rua e bota pra profissão, oficina ...Se o Estaleiro funcionar é bom pra nós, pai, e filhos. Amanhã, ele pode ser carpinteiro, pescador ou qualquer outra profissão que gostar.
3. O Estaleiro está certo no caminho da preservação, mas como está vinculado a uma Secretaria, tem hora que complica; por isso parou ano passado.
4. É uma boa a preservação para passar para os jovens. Não deixar desaparecer.
5. É bom. É importante. Agora, eu sempre falo que tem os órgãos que não dão muito apoio. Hoje, tá sendo mais divulgado. Hoje, até a Capitania dos Portos ajuda no registro do barco. Antes, era complicado.
6. É claro. Muito importante. O Estaleiro está no rumo certo.
7. Eu acho bonito. E eu acho até uma pena ele está lá...não sei se está em atividade. Nós temos tantos rapazes que podiam, hoje, está lá aprendendo alguma coisa pra não ficar no mundo aí, largado, no mundo marginal. Às vezes, porque não tem um governo que apoie.
8. Isso aí, é para os mais moços. Não dar mais para mim.
9. É bom, para ensinar a juventude de hoje, porque hoje a juventude não quer mais saber de nada. A escola pode ser um incentivo, uma ocupação. Amanhã, ele pode ter uma profissão.

Comentário: A maioria dos entrevistados reconhece a importância da missão do CVT Estaleiro-Escola, tanto no sentido da preservação do conhecimento tradicional, bem como para formar novos profissionais para o mercado de trabalho. Mas, algumas vezes entendem que a verdadeira função do CVT Estaleiro-Escola deveria ser a construção de embarcações. Vide o Ponto 11.

Ponto 4 - Indagados se as profissões ligadas às atividades de construção de embarcações, da pesca e do transporte de passageiros e de carga propiciam ganhos para atender às suas necessidades, colheram-se os seguintes depoimentos dos entrevistados:

1. Ainda dar pra viver da profissão. Criei a família com a pesca.
2. A nossa profissão não é valorizada. A gente não ganha muito. Dar só pra viver. Eu trabalho por empreitada, diária, depende do acerto.
3. Dar pra viver dessa profissão. Pra nós, carpinteiros, chefes, mesmo, dar.

4. Ainda dar pra ganhar um dinheiro.
5. Eu vou ser franco. Dar pra escapar.
6. Dar, sim. Tem muito serviço e falta operário, falta mão de obra.
7. Apesar das dificuldades ainda dar pra viver de carpintaria. Criei meus filhos trabalhando nessa profissão.
8. Dar para viver desse trabalho.

Comentários: O valor da diária da maioria desses profissionais varia entre R\$ 40,00 a R\$ 50,00. Também trabalham por empreitada.

Ponto 5 – Solicitados a se manifestarem sobre a realidade atual do mercado de embarcações no Maranhão, os entrevistados apresentaram as seguintes visões:

1. Sempre teve mercado para vela e também para barco. Mas caiu porque está tudo difícil.
2. Enquanto tiver peixe tem que ter barco para pescar.
3. Atualmente está fraco. Tem época boa e ruim, depende muito da pesca.
4. A melhor época de venda de barco é no inverno; aumenta a quantidade de peixe, aí aparece comprador.
5. Não tá nada bom, quando comparado com o passado.
6. Tem. Pouco, mas ainda tem. Até porque aqui no Ribamar [cidade, São José de Ribamar, grifo do autor] mesmo, o mercado, aqui, mais é pesca.
7. O mercado ainda existe, mas caiu demais.
8. Barco no Maranhão não vai acabar. Então, vai precisar de gente para fazer. Barco nunca vai se acabar. Sendo até de casco de ferro ou casco de fibra... vai precisar de carpinteiro naval, sempre. O Maranhão faz e vende barco, mas falta propaganda.
9. Está fraco. Hoje é fraco; já foi muito bom, há 15 anos. Depois da estrada ligando São Luis a Humberto de Campos, aí quase acabou com o transporte aquático. Mas, mesmo quando o movimento está fraco, a gente não pode parar a lancha, piora mais a situação. Você fica desacreditado.

Comentários: Os entrevistados têm pleno conhecimento da realidade do mercado em que atuam. As informações circulam por meio oral entre eles. O entrevistado (7) é um empresário do ramo de transporte de passageiros. O compromisso com os clientes, conforme se depreende de sua fala, é levado a sério.

Ponto 6 – Convidados a se pronunciarem com relação ao nível de interesse dos jovens pelas profissões ligadas à construção de embarcações, os entrevistados ofereceram os seguintes depoimentos:

1. Antigamente tinha muito serviço. Faltava gente pra trabalhar, a gente ensinava. Hoje, é difícil encontrar um rapaz que queira aprender. Eu acho que é porque a profissão só dar pra escapar.
2. A gente não encontra mais ajudante que queira aprender.
3. Falta interesse aos jovens. Só se interessam na semana que sai o dinheiro.
4. O interesse é pouco. Os jovens não querem aprender a profissão. Filho de pobre quer ser doutor. Aí, ele não quer seguir a profissão do pai, carpinteiro.
5. Na realidade...é uma decepção para gente. É difícil preparar essa mão de obra. Eles começam e logo desistem. No futuro vai ser complicado. Tem que ter uma escola; tem que ter incentivo. Digo mais, se for só para ensinar a eles, talvez não voltem. Tem que ter um incentivo de remunerar eles; pagar para eles aprenderem. Sabe por quê? Para concorrer com o bolsa isso, bolsa aquilo, enfim, tudo que é bolsa do governo. Com tanta bolsa ninguém quer pescar. Não se encontra mais mão de obra.
6. Têm alguns deles com vontade de aprender, mas é pouco. Os mais novos não querem saber disso. É uma profissão pesada. Realmente é uma profissão pesada,

mesmo. Ninguém quer mais fazer força. Agora, a profissão não vai acabar. Os mais jovens querem esse negócio de tecnologia, um negócio mais fino. E eu concordo que eles estão certo; não querer viver na lama, no sol quente, na chuva. Nossa profissão é dura, é complicada, é pesada.

7. O que falta aos jovens é um pouco mais de interesse, da parte deles.

Comentário: Solicitado a se manifestar sobre o interesse dos jovens pela profissão, apontado pelos entrevistados, Luiz Phelipe observa que:

Na Escola a gente está tentando exatamente superar o problema. A nossa ideia é fazer uma Escola bonita, valorizar a arte, botar o computador; sem computador no ambiente de aula é difícil motivar, despertar o interesse no jovem, hoje. A ideia é ensinar através do computador, propiciar a inclusão digital.

Ponto 7 – Sobre a disponibilidade de madeira para uso na construção de embarcações e como é visto o trabalho do IBAMA, os entrevistados se posicionaram conforme segue:

1. Madeira não é problema; tem madeira pra vender. É só comprar com nota.
2. Até hoje, pra nós, o IBAMA não tem interferido, não. A gente, aqui, só compra madeira de serraria: o louro e o piqui. Dar pra trabalhar bem.
3. Não sofro nenhuma pressão. Eu compro material com nota fiscal.
4. Ainda tem muita madeira. É sair e comprar. Basta ter dinheiro.
5. A coisa está ficando todo dia pior. Mas o IBAMA aperta mesmo se você usar madeira que não pode. Alguns tipos estão desaparecendo.

Comentário: Todos os entrevistados têm ciência da proibição imposta pelo IBAMA quanto ao uso de madeira protegida ou irregular, sem documento legal. Apesar de algumas dificuldades, não se pode dizer que a oferta de madeira em São Luís e em São José de Ribamar se caracteriza como um empecilho para o desenvolvimento desse setor.

Ponto 8 – Com relação ao uso da fibra de vidro para confecção de embarcações no Maranhão, registraram-se as seguintes posições:

1. A fibra é mais fácil de trabalhar, mas é mais cara e ainda movimenta a economia de outros países e de outros estados. Barco de madeira quase não tem manutenção. Já o barco de fibra, quando quebra, é encrena. Se for distante da cidade, piora mais.
2. O barco de fibra de vidro sai muito caro. O conserto é mais complicado, ainda mais se quebrar longe da capital, onde não tenha material ou gente para ajeitar.
3. Eu nunca trabalhei nem quero.
4. Estimula a economia dos outros e deixa a nossa a ver navio. Muita gente não prefere a fibra; o barco de fibra é muito leve para o nosso mar; não é pesado, então o barco de fibra não é apropriado para nosso mar. O de madeira, sim, é bom. O casco de madeira deixa o barco com mais estabilidade, principalmente quando a gente mais precisa, na volta da pesca. ...Pelo menos no nosso mar é assim.
5. Além da impropriedade técnica do barco de fibra em relação ao barco casco de madeira, é bom considerar também que não é à toa que depois de quase 500 anos se faz desse jeito; porque isso é o amadurecimento, a adaptação ou acumulação do conhecimento; o barco de casco de pau é adequado para o nosso tipo d'água. Esses barcos de alumínio e de fibra de vidro são leves, precisam de muito lastro; preocupa a segurança dele.
Outra coisa, quando sofre uma avaria numa praia distante é complicado consertar. Se o barco tem casco de pau, com um machado ou outra ferramenta dar para cortar a madeira, moldar a peça e trocar.

6. Existem pessoas com outros interesses, sem preocupação com a preservação da cultura maranhense. Elas não valorizam as coisas da terra; têm espírito comercial, são empresários que só querem ganhar dinheiro; não estão interessados em ver se vai dar certo para o pescador, para as pessoas ligadas à carpintaria naval, os calafates, os carpinteiros, os pintores, enfim, não estão preocupados se esse pessoal vai perder emprego usando a fibra de vidro para fazer barco; o que importa para os empresários é vender um produto desse tipo, ganhar dinheiro, sem se importar com a questão patrimonial da nossa cultura. Eu acho que o Estaleiro-Escola é um grande ‘berço’ para todo esse processo de disseminar mais e mais que os nossos barcos são belíssimos; têm toda uma tradição; têm toda uma cultura por trás desses valores culturais, históricos, que não é encontrada em lugar nenhum, nem nos livros. Veja o exemplo de Veneza, Itália, com as gôndolas. Elas são exemplo de preservação cultural; elas têm um valor inestimável para eles, que ultrapassa qualquer dimensão de natureza financeira. Os barcos são tratados com muito carinho, dedicação, por tudo que representam e significam para os venezianos.

Comentário: Conforme Sen (2000), a ameaça às culturas tradicionais em muitas cidades e até mesmo países vem se intensificando. Esse processo, também chamado de invasão cultural, é uma realidade que ganhou maior dimensão com a globalização. Mas a mesma internet que ampliou essas possibilidades pode ser utilizada para que as correntes que defendem suas tradições e seus valores culturais se fortaleçam. Nesse contexto, o CVT Estaleiro-Escola tem importante papel a cumprir como fomentador do processo de valorização das técnicas construtivistas e da importância de se preservar esses conhecimentos.

Ponto 9 – Indagados se têm conhecimento de linhas de crédito para aquisição de embarcações, bem como para manutenção dos barcos, colheram-se os seguintes depoimentos dos entrevistados:

1. Tem, mas é muito complicado para conseguir. O governo não ajuda. O financiamento é caro. Muitos não conseguem honrar o compromisso.
2. A gente sabe que existe financiamento para barco de pesca. O problema do financiamento pra compra de barco...é ser caro. Muitos não conseguem pagar.
3. Existe financiamento nesse setor, mas a burocracia é muito grande. Tem gente que pegou empréstimo, não pagou e agora o governo ficou mais duro.
4. Tem financiamento nos bancos do governo, mas é difícil pagar.
5. A liberação ficou mais difícil porque no passado muita gente pegou dinheiro com banco do governo e não honrou. Os bancos dificultam porque a falta de pagamento é alta.
6. O Estaleiro poderia estar puxando, fazer uma reunião com esses órgãos de financiamento, bancos, para que eles passem informações, valores, sobre prazo, taxas, limites de crédito, pagamento, para que o pessoal ligado às embarcações, pescadores e outros, entendam o processo de financiamento nessa área.
7. Crédito existe. Por exemplo, o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar contempla a pesca artesanal. Para financiar uma biana [pequena embarcação, grifo do autor] basta um pré-projeto. Mas hoje, em razão da falta de capacitação, de qualificação do pessoal do setor de pesca, praticamente a atividade de financiamento está suspensa. A inadimplência é muito alta, o que dificulta a liberação de recursos. É só uma questão de capacitação. A maioria dos tomadores de empréstimos não sabe trabalhar. O potencial pesqueiro do Maranhão tem beneficiado mais os donos de embarcações maiores, as que avançam bastante, mar adentro. E, para esses o governo disponibiliza o FNE – Fundo Constitucional de Financiamento.

Comentários: O entrevistado (7) é funcionário de uma instituição bancária federal. Esse servidor público acrescentou, ainda, que o problema é grave. Segundo seu entendimento um estudo poderia apontar as causas do elevado índice de inadimplência por parte dos tomadores de empréstimo, desse setor, pois parece que o problema não é só a falta de condições financeiras.

Ponto 10 – Com relação à importância da construção naval e do papel das embarcações para as comunidades que dependem das atividades ligadas a esse setor, destacam-se os seguintes depoimentos:

1. A construção naval aqui mexe com pesca e transporte de passageiro e carga. A nossa pesca aqui no Maranhão é muito forte, ainda tem muita gente nisso. O interior ainda depende muito do barco casco de pau. Ele é que leva e trás gente. Se esse ramo parar aqui, eu digo uma coisa: é incalculável o sofrimento de nossas famílias. A gente vive de mexer em barco de casco de pau. O ramo maior aqui em São José de Ribamar é de construção naval e pescaria.
2. As embarcações tiveram e têm um valor muito importante para o desenvolvimento das cidades do Maranhão, tanto para as que se situam no litoral, bem como para as que ficam em regiões bem distantes, mas perto de rios e lagos; para essas, principalmente, as embarcações ainda são fundamentais pelas dificuldades de transporte.

Ponto 11 – Críticas dos entrevistados relativas ao Estaleiro- Escola:

1. Estaleiro-Escola, bonito nome, estrutura excelente, mas pra mim não funciona como estaleiro. O Estaleiro-Escola era para está fazendo barco, como não está...o aluno só aprende fazendo muito. Daqui a dez anos ou quinze anos vai sumir o carpinteiro. Lá, precisa ter fabricação e não tem. Barco no Maranhão não vai acabar. Então vai precisar de gente para fazer. O Estaleiro-Escola precisa fazer barco. Abrir as portas. Uma escola só existe se funcionar.
2. A metodologia usada deve melhorar: tem muita aula teórica e a demora para iniciar as aulas práticas.
3. Lá no Estaleiro eles podiam fazer barcos. É besteira pensar que vai concorrer com os outros estaleiros.
4. Só pode ensinar, se fabricar...só aquele negócio de escrever, de ler, de olhar...o cara cortar, desenhar...o importante é botar o aluno pra talhar a peça.

Comentários: Convidado a se pronunciar sobre a missão do CVT Estaleiro-Escola, Luiz Phelipe afirmou que:

A instituição não foi criada para ser uma indústria. Como instituição de ensino mantida pelo estado, sua finalidade é educacional e não produtiva. Não foi criada para concorrer com os estaleiros artesanais. A filosofia educacional do Estaleiro é restaurar e construir embarcações em ritmo de ensino, voltado para a aprendizagem dos alunos, sem nenhuma outra preocupação. Nosso papel não é construir barcos, é atrair e ensinar o jovem para o exercício do ofício da construção naval e para o mestre também sentir que a profissão dele é valorizada. Essa é a estratégia; valorizar a arte, divulgar, dar reconhecimento.

Ponto 12 – Percepção dos entrevistados quanto à assistência dos poderes públicos ao CVT Estaleiro-Escola:

1. Os aspectos políticos amarram o estaleiro.
2. O Estaleiro está certo no caminho da preservação, *mas como está vinculado a uma Secretaria, tem hora que complica; por isso parou ano passado.*

3. É bom. É importante. Agora, eu sempre falo que *tem os órgãos que não dão muito apoio*. Hoje, tá sendo mais divulgado. Hoje, até a Capitania dos Portos ajuda no registro do barco. Antes, era complicado.
4. A burocracia do estado é muito grande, principalmente para comprar. Isso cria dificuldades de material, equipamentos e serviços para o Estaleiro-Escola.
5. O aspecto político atrapalha, sempre tem.
6. É preciso que alguém de fora, os políticos, olhem para o Estaleiro-Escola.
7. Os cursos atrasaram em virtude da mudança de governo. Só para dar uma ideia o curso da manhã já deveria ter acabado. É importante acrescentar que a região onde está o Estaleiro-Escola é muito carente, pobre. Portanto, o Estaleiro veio valorizar aquela comunidade do Tamancão, como é conhecida, e outras vizinhas no sentido de levar o conhecimento, levar a informação através de cursos, palestras, exposições, da biblioteca da Escola que presta um serviço muito bom para a comunidade; com os cursos de informática eles têm a inclusão digital, e aí podem usar esses aspectos todos da informação, do saber. O Estaleiro-Escola pode oferecer muito mais. Só que como já disse, falta um pouco mais de preocupação dos nossos governantes nesse sentido.
8. A questão no Estaleiro é que tudo passa pelo governo. Tudo depende de burocracia... material e outras coisas. Eu conheço. A escola é muita bonita. A estrutura é muito boa para fazer barco e aprender.

Ponto 13 – Críticas dos entrevistados quanto à assistência do governo para o setor de embarcações e pesca:

1. O governo não ajuda a gente em nada, na pesca.
2. Não recebo ajuda de nada.
3. Nós não temos para onde apelar. A falta de atenção com nossa profissão [carpinteiro naval, grifo do autor] é de um jeito que eu me aposentei como 'setentão' e não como profissional da minha arte.
4. O governo não faz nada, não. Não tem ajuda de nada. Não tem incentivo nenhum.
5. As pessoas envolvidas com embarcações são esquecidas, desfavorecidas em várias situações; se querem comprar um barco ou se querem reformar um barco. E tem coisa pior; essas culturas podem acabar se perdendo por conta da falta de apoio das autoridades; não há apoio do ponto de vista da memória naval, patrimonial, desses profissionais, no caso os carpinteiros, os calafates, os pintores, os veleiros, que são pessoas que têm um saber extraordinário e que precisa ser cada dia mais valorizado e reconhecido.
6. O problema da pesca não é só aqui no Maranhão, é no Brasil todo. Para melhorar a produção pesqueira no Brasil o governo precisa agir de forma muito forte em todos os níveis. Para os pescadores artesanais... ajudar a formar cooperativas organizadas, financiar pequenas embarcações. Os maiores precisam também de facilidades, pois são eles que abastecem os grandes mercados. É um ramo difícil. A burocracia precisa ser simplificada.

Ponto 14 – Sugestões apresentadas pelos entrevistados para melhorar o trabalho desenvolvido pelo Estaleiro-Escola:

1. O Estaleiro precisa ter material. Não faltar material, equipamento, principalmente madeira para os alunos usar.
2. Precisa de uma união para poder dar certo. Só um, dois, não vai.
3. Divulgar mais o estaleiro para população saber... conhecer o que ele faz. Divulgando, vai atrair a população, principalmente, os jovens.
4. O estaleiro precisa ser melhor explorado. Tem uma área ampla, boa.
5. O espaço do Estaleiro-Escola dá para oferecer mais. Mas, a gente entende; muitas vezes a gente não tem como repor determinados materiais, É preciso fazer a expansão com o devido cuidado. Principalmente, para cuidar dessa estrutura antiga que foi toda recuperada e hoje é até local de visitação.
6. Transformar isso num grande centro educacional para formação marítima, tecnológica. Quem sabe uma faculdade que seja referência para o resto do

Brasil. Para as pessoas comentarem: Aqueles ‘caras’ fizeram no Maranhão uma coisa que ninguém fez e é o que nós precisamos.

6.2.1 Entrevista com o professor de Empreendedorismo

Em vista do enfoque para atividade empreendedora do Curso Técnico de Nível Médio em Construção de Embarcações Artesanais Maranhenses, optou-se pela apresentação da entrevista realizada em 23/10/2009 com o professor da disciplina Empreendedorismo com o objetivo de captar suas impressões sobre a importância, dificuldades e metodologia adotada na disciplina e outros pontos relevantes para a formação dos alunos no que se refere a esse tema.

José Raimundo Ferreira Guimarães é Engenheiro Eletricista pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Trabalha no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), onde leciona disciplinas do campo da Eletricidade no Curso de Engenharia Elétrica do terceiro grau e colabora com disciplinas dos Cursos Técnicos, de nível médio. Tem curso de formação empreendedora pelo Laboratório de Ensino a Distância da UFSC. Foi o responsável pela implantação da disciplina Empreendedorismo nos cursos técnicos do IFMA. Atualmente é professor de empreendedorismo dos cursos técnicos de designer gráfico e de designer de produtos e do curso técnico de alimentos. Ministrou, de janeiro a junho de 2008, a disciplina Formação Empreendedora, com carga horária de 40 horas, no módulo 2, do Curso Técnico de Nível Médio em Construção de Embarcações Artesanais Maranhenses, no Centro Vocacional Tecnológico Estaleiro-Escola. O Prof. José Guimarães ministrou também a disciplina Empreendedorismo nos Cursos de Qualificação de Velejaria, Veleria e Carpintaria.

Pesquisador: Como o senhor avalia o nível de escolaridade dos alunos do Curso de Embarcações Artesanais?

Professor Guimarães: Eles são egressos do curso médio, de escolas públicas. São jovens e chegam com algumas carências, com baixo nível de escolaridade. Isso torna difícil o trabalho com eles. No início do curso percebi que a assimilação da disciplina quanto a atividades empreendedoras não era clara para os alunos, mas, na medida em que a disciplina era ministrada, percebi um avanço no entendimento dos conceitos e uma evolução da compreensão da importância da disciplina para a formação profissional deles e, principalmente, para o desenvolvimento de futuras atividades empreendedoras.

Pesquisador: Qual é o objetivo da disciplina empreendedorismo?

Professor Guimarães: Despertar os alunos para um negócio próprio, uma vez concluído o curso. E esse é um ponto fundamental no processo de formação dos futuros empreendedores. Eles devem pensar em ganhar dinheiro com a formação adquirida, no campo da construção de embarcações. Precisam buscar espaço, explorar oportunidades de negócios como autônomos, prestando serviços sob encomenda tanto na construção de barcos novos como na manutenção, reparo e preservação de embarcações de terceiros, ou até mesmo construir seu próprio barco para atividade de pesca ou transporte de passageiros. Eu procuro trabalhar o aspecto da descoberta das próprias potencialidades do aluno para o exercício do papel de empreendedor, estimulado pelo conhecimento adquirido através dessa matéria. Os alunos são orientados para perceber oportunidades de negócios, sistematizar suas atividades para vendas, conhecer e compreender melhor o papel do associativismo e cooperativismo para sua futura profissão. No curso, o aluno estuda técnicas para pesquisar o público alvo, seu mercado, quais as carências de cada região, de modo que ele saiba onde pode atuar. A última parte da disciplina é a elaboração, em grupo, de um plano de negócios onde todos esses e outros pontos são trabalhados. O curso tem como foco principal atividades voltadas para a construção de embarcações, mas a disciplina empreendedorismo é trabalhada de forma aberta, para qualquer atividade econômica, de modo que o aluno, ao concluir o curso, possa realizar suas aptidões onde melhor se identifique profissionalmente.

Pesquisador: O senhor adota alguma metodologia específica ou algum autor em especial para ministrar a disciplina?

Professor Guimarães: Adotamos material didático variado. Mas, dos autores conhecidos, fazemos uso, com os necessários ajustes, da metodologia de Fernando Dolabela. Em 1999, eu participei de treinamento voltado para ensino de empreendedorismo que foi ministrado, em São Luís, por ele.

Pergunta: Com a formação em empreendedorismo, como os alunos poderão contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades?

Professor Guimarães: Todo empreendimento, quando planejado e bem conduzido, tem chance de se desenvolver, de promover desenvolvimento, principalmente quando localizado em áreas com potencial. Amanhã, se os alunos executarem projetos de construção de barcos para utilização como transportes em áreas de turismo ou atividade pesqueira, contribuem para o desenvolvimento da localidade, gerando trabalho e renda para as pessoas. Atividades de reparo, manutenção, modernização de barcos e outras atividades podem contribuir para melhorar as condições de vida das pessoas. Propiciar essa visão é um aspecto muito positivo

da disciplina. Eles precisam estar cientes dessa função no contexto da comunidade em que vão atuar amanhã.

Pesquisador: Qual o potencial do mercado de construção artesanal de embarcações, no Maranhão?

Professor Guimarães: Não tenho dados atualizados sobre o universo de barcos de madeira na região do Maranhão nem do potencial do mercado para o exercício dessa profissão. Mas as perspectivas ainda são boas tendo em vista a vocação do Maranhão para atividades pesqueiras e para transporte de passageiros, já que possui extensa bacia hidrográfica e também em função da tendência cada vez maior da exploração do turismo de passeio utilizando barcos como meio de transporte.

Pesquisador: As instituições de crédito podem contribuir para formação empreendedora dos alunos do CVT Estaleiro-Escola?

Professor Guimarães: As entidades financiadoras estão distantes das escolas técnicas e de outros centros de formação profissional. Elas deveriam visitar essas instituições de ensino para dar informações sobre suas atividades, mostrar como eles podem utilizar o crédito para desenvolver o seu futuro negócio.

Pesquisador: E se o CVT Estaleiro-Escola convidar empresas como Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste, SEBRAE e outras entidades de financiamento para apresentar aos alunos programas ou linhas de crédito para os futuros empreendedores?

Professor Guimarães: Pode ser bastante esclarecedor para os alunos esse tipo de informação e exposição. Com certeza muito contribuiria para conscientização, por parte dos alunos, de importantes aspectos ligados ao financiamento de pequenas atividades empresariais. É um caso a ser pensado em outras oportunidades.

Pesquisador: Como o senhor trabalha o aspecto da preservação do conhecimento dos mestres artesãos em sua disciplina?

Professor Guimarães: O objetivo da disciplina é desenvolver nos alunos características comportamentais de empreendedorismo, mas sem perder de vista que eles se conscientizem da importância da preservação da cultura da construção artesanal de barcos de madeira. Como a manutenção dessa cultura pode gerar trabalho e renda, é importante que as autoridades criem facilidades de crédito para que o pessoal da construção de embarcações e da pesca possa explorar essas atividades e propiciar melhores condições de vida para suas famílias e, assim, garantir a preservação desse conhecimento.

Pesquisador: Qual a importância do CVT Estaleiro-Escola para a comunidade onde está localizado.

Professor Guimarães: Em função de sua estrutura e localização em uma das mais carentes áreas de São Luís, o Estaleiro-Escola pode, se receber os aportes financeiros e outras formas de apoio, desempenhar um importante papel para resgatar a dignidade de moradores da comunidade onde se encontra [sítio Tamancão, grifo do autor], formando não somente mestres artesãos construtores de barcos de madeira, mas também qualificando um expressivo número de profissionais através de seus cursos técnicos, cursos de qualificação em artesanato, meio ambiente, manuseio de lixo, eletricidade e outros, dando-lhes capacitação e formação básica para que tenham oportunidade de se colocar no mercado de trabalho.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo procurou analisar a importância do CVT Estaleiro-Escola para a preservação da cultura da construção artesanal de barcos de madeira e para o desenvolvimento das comunidades ligadas a esse tipo de empreendimento, nas cidades de São Luís e São José de Ribamar, no Estado do Maranhão.

Antes de oferecer resposta à pergunta-problema do trabalho, entende-se oportuno uma reflexão sobre pontos básicos da pesquisa.

Os estudos antropológicos mostram que a cultura foi determinante para a evolução do homem. As pesquisas, nesse campo, sugerem que as diferenças entre os homens devem ser interpretadas do ponto de vista da cultura, pois cada povo tem suas crenças, valores, costumes, enfim, um modo de ser, criar, fazer e viver (CUCHE, 2002).

Para compreensão do significado do patrimônio cultural para os agrupamentos humanos, o trabalho examinou inicialmente o lento processo de mudanças de aceção dos termos cultura e patrimônio.

Os movimentos e campanhas de entidades e organismos internacionais para proteção do patrimônio cultural da humanidade têm como marco efetivo a criação da ONU e UNESCO, em 1945.

Foi observado que durante décadas as ações de preservação se voltaram para os bens de natureza material, mas, com o reconhecimento e valorização das manifestações culturais diversas, como rituais, festas, celebrações, saberes e outras expressões culturais, o tema patrimônio cultural imaterial passou a receber um tratamento especial, principalmente a partir da convenção para a salvaguarda dessas manifestações culturais, aprovada pela UNESCO, em 2003.

Haja vista as exigências e limitações do mercado de trabalho atual, uma alternativa de dimensão significativa do ponto de vista social e econômico é a preservação do patrimônio cultural material e imaterial, porque entre outras coisas pode gerar trabalho e renda para as pessoas. Mas é preciso que se ofereçam às pessoas programas de formação profissional.

Em 2006, o CVT Estaleiro-Escola foi implantado em São Luís, na linha educacional da preservação dos conhecimentos tradicionais da construção artesanal de barcos de madeira. No curso de construção de embarcações, os alunos recebem treinamento para atuar como empreendedores, pois, conforme se reconhece no contexto mundial, o

empreendedorismo é uma força social e econômica da maior importância, com grande potencial de inclusão social.

Feitas estas considerações introdutórias, regata-se a pergunta-problema para se afirmar que a pesquisa oferece suficientes elementos para demonstração da importância do CVT Estaleiro-Escola. Nesse sentido, apresentam-se os seguintes argumentos para fundamentar esse ponto de vista:

- a) A construção artesanal de embarcações de madeira é uma tradição secular no estado do Maranhão. Viver das atividades ligadas às embarcações tem um significado especial para as pessoas que delas dependem. Cultura? Sim, pois é um modo de vida. O ambiente onde esse fenômeno se manifesta pode ser associado a outras formas de cultura: cultura da pesca e cultura do transporte de passageiros e de cargas.
- b) Demonstrou-se que os conhecimentos das técnicas tradicionais de construção naval, acumulados pelos mestres maranhenses ao longo de décadas de trabalho, correm o risco de desaparecer. Novos produtos, como a fibra de vidro, ameaçam descaracterizar essa tradição maranhense. A principal missão do CVT Estaleiro-Escola é a preservação dessa cultura.
- c) O CVT Estaleiro-Escola localiza-se em uma das áreas mais carentes de São Luís, com alto grau de demanda educacional a ser atendida.
- d) Os dados técnicos do CVT Estaleiro-Escola e o valor dos investimentos feitos até agora evidenciam a preocupação em dotá-lo de características singulares, para funcionar como escola e museu ao mesmo tempo. Atualmente, faz parte do roteiro turístico de São Luís.
- e) A ideia de preservação permeou o projeto até quando se chegou ao critério de se utilizar uma edificação do século XVIII.
- f) No aspecto educacional, a missão principal do CVT Estaleiro-Escola é formar novos profissionais para a construção naval maranhense. Outros cursos, porém, são oferecidos à comunidade, alguns com base em consulta à comunidade.

Dentre os problemas identificados na pesquisa, vale registrar que:

- a) A suspensão das aulas em 2009, que implicou atraso da conclusão do curso, aconteceu como consequência de um processo político, resolvido judicialmente;

- b) A falta de assistência administrativa, de que se queixaram os alunos, pode ser resolvida através de negociação entre a direção do CVT Estaleiro-Escola e a UNIVIMA. Esses problemas não são de difícil solução. A identificação desse problema não causou estranheza, pois é amplamente sabido que o Estado brasileiro não trata a educação como prioridade fundamental para o desenvolvimento social e econômico do país;
- c) A questão de falta de assistência do governo para os setores de construção de embarcações e da pesca tem solução no plano das políticas públicas. Na medida que se reconhecer a importância dessas atividades, esse setor passará a receber um tratamento à altura da sua importância..

Apresentam-se a seguir algumas sugestões para melhoria:

- a) Elaborar plano de ação, estabelecendo missão, visão e valores. O documento deverá evidenciar que o campo de atuação do CVT Estaleiro-Escola é educação e pesquisa. A construção de embarcações tem fins didáticos, a não ser em casos especiais, aprovados com base em projetos.
- b) Elaborar projeto para registro no livro dos saberes das técnicas tradicionais de construção das embarcações artesanais maranhenses, junto ao IPHAN.
- c) Promover palestras, encontros e seminários que sejam de interesse para as comunidades envolvidas com essa atividade. Exemplos: crédito, meio ambiente.
- d) Reavaliar o processo seletivo dos alunos com vista a atrair alunos identificados com a profissão.

Registra-se que não se pretendeu produzir generalizações a partir deste estudo. Mas a realidade investigada sugere que projetos deste tipo, ou seja, implantação de instituições de ensino profissionalizante com enfoque na preservação patrimonial e com vista à formação empreendedora pode ser uma boa alternativa no contexto social e econômico, para geração de trabalho e renda, principalmente para comunidades carentes.

Hoje, pode-se afirmar que o Estado do Maranhão possui um centro pioneiro para treinamento em atividades de construção naval, realização de pesquisas sobre métodos, materiais e ferramentas, para que de forma concreta os conhecimentos e as técnicas tradicionais da arte de construir embarcações de madeira sejam preservados.

Enfim, um local onde o velho mestre carpinteiro naval tem oportunidade de transmitir com dignidade o seu conhecimento a uma nova geração de aprendizes. Prestando serviços remunerados, ensinando, o mestre garante renda para viver e, assegurando a

preservação do conhecimento que só ele tem, pode fazer nascer nos alunos a esperança de dias melhores. É a essência cultural do CVT Estaleiro-Escola.

Portanto, preservar o conhecimento das técnicas da construção dessas verdadeiras esculturas flutuantes, como as chama Amyr Klink, é uma obrigação de todos os envolvidos na construção de um Maranhão mais desenvolvido.

REFERÊNCIAS

- ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro (Coord. Geral). **Embarcações do Maranhão**. Recuperação das técnicas construtivas tradicionais. São Paulo: Audichromo Editora, 1998.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhring. **A formação da cultura popular maranhense: algumas reflexões preliminares**. In: NUNES, Izaurina de Azevedo (Org.). Olhar, memória e reflexões sobre a gente do Maranhão. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore – CMF, 2003. P. 37-49.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Fort Gráfica e Editora, 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/index.shtm>. Acesso em: 21 mar. 2010.
- BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=230250>>. Acesso em: 21 mar. 2010.
- CANEDO, Daniele. Cultura é o quê? Reflexões sobre o conceito de cultura e atuação dos poderes públicos. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5., 2009. **Anais...** Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2010.
- CARVALHO, Marly Monteiro de. **Inovação: estratégias e comunidades de conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2009.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas e instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CASTRO, Celso. **Evolucionismo cultural**. Apresentação. In: Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CASTRO, Maria Laura Viveiros de; Fonseca, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.
- COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: (Cultura e imaginário)**. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DEGEN, Ronald Jean. **O empreendedor**: empreender como opção de carreira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

DESAI, Meghanad. **A vingança de Marx**: a ressurgência do capitalismo e a morte do socialismo estatal. Tradução Sérgio Bath. São Paulo : Códex, 2003.

DICIONÁRIO Enciclopédico Ilustrado Veja Larousse. São Paulo: Abril, 2006a. v. 7.

DICIONÁRIO Enciclopédico Ilustrado Veja Larousse. São Paulo: Abril, 2006b. v. 17.

DOLABELA, Fernando. **Pedagogia empreendedora**. São Paulo: Cultura, 2003.

DROUIN, Jean-Claude. **Os grandes economistas**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Martins, 2008.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. Organizador. **Tambor de crioula**: ritual e espetáculo. 3. ed. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; Pelegrini, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. Ed., 13 reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. Tradução Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005.

SÃO LUÍS. **Guia do Maranhão =Guide from Maranhão**. v. 15, n. 3, São Luís, [2007?].

GUIMARÃES, José Raimundo Ferreira. Entrevista concedida a Paulo de Tarcio Castro Nogueira sobre a disciplina Empreendedorismo, ministrada no Curso Técnico de nível Médio em Construção de Embarcações Artesanais Maranhenses, da Universidade Virtual do Maranhão (UNIVIMA). São Luís, 11 de agosto de 2009.

HERSKOVITS, Melville J. **Antropologia cultural**. Tradução Maria José de Carvalho e Hélio Bichels. São Paulo: Mestre Jou, 1963.

IBQP – Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade. **Empreendedorismo no Brasil: 2009**. Joana Paula Machado et al. Curitiba: IBQP, 2010.

INTERNATIONAL BUREAU OF CULTURAL CAPITALS. A cidade de São Luís será a Capital Americana da Cultura em 2012 coincidindo com o 4º Centenário de sua fundação. Disponível em: <<http://www.ibocc.org/news.php?ref=107>>. Acesso em: 02 set. 2010.

IPHAN. **Patrimônio Imaterial: O registro do patrimônio imaterial**: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho. Brasília, DF: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. ed. 2006a.

IPHAN. **Os Sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois**: a trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil, 1936/2006. Brasília, DF: Instituto Patrimônio Histórico Nacional/Departamento de Patrimônio Imaterial, 2006b.

IPHAN. **Recomendação Paris – Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=2E9113544F574876AB30C32E80D6770D?id=244>. Acesso em: 21 mar.2010b.

IPHAN. Centro histórico de São Luís, patrimônio mundial. São Luís, 2007.

IPHAN. **Resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006**. Determina os procedimentos a serem observados na instauração e instrução do processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Disponível em: < http://www.abdir.com.br/legislacao/legislacao_abdir_23_3_07_1.doc>. Acesso em: 21 mar. 2010a.

KLINK, Amyr. **Cem dias entre o céu e o mar**. 11 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

KLINK, Amyr. **Amyr Klink inaugura a biblioteca do Estaleiro Escola**. Hemeroteca da Biblioteca do Centro Vocacional Tecnológico - Estaleiro Escola. São Luís, 2008.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 23. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo Javier. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo**. Capital humano e empreendedorismo como valores sociais. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

MALHEIROS, Rita de Cássia da Costa. Um mundo de idéias e oportunidades. **Revista do Empreendedor**: Fev/2006. Disponível em: <<http://www.empreendedor.com.br/content/um-mundo-de-idéias-e-oportunidades>>. Acesso em 21 jun. 2010.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria científica da cultura**. Tradução José Auto. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.

MARANHÃO. Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Maranhão. **Atlas do Maranhão**. São Luís: GEPLAN, 2000.

MELO, Francivaldo. **História do maranhão**. São Luís: Gráfica & Editora Alpha, 2006.

MENESES, José Newton Coelho. **História & turismo cultural**. 1. ed., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MINTZBERG, Henry. **MBA? Não, obrigado**: uma visão crítica sobre a gestão e o desenvolvimento de gerentes. Tradução Bazán Tecnologia e Lingüística. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

OIVEIRA, Maria Marly de Oliveira. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MORGAN, Lewis Henry. A sociedade antiga. CASTRO, Celso (Org.). **Evolucionismo cultural**: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 41-47.

MONZONI, Mario. **Impacto em renda do microcrédito**. São Paulo: Petrópolis: GVces – Centro de Estudos em Sustentabilidade – FGV-EAESP, 2008.

NORONHA, Raquel Gomes; OLIVEIRA FILHO, Hamilton Lima; SANTOS, Camila Andrade dos Santos (Org.). **A cultura afro-maranhense através de imagens**. São Luís: EDUFMA, 2009.

OLIVEIRA, Maria Marly Oliveira. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, SP: Vozes, 2007.

PELEGRINI, Sandra C. A.; Funari, Pedro Paulo A. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PNUD. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho docentes**: a experiência brasileira recente. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/arqui1220877382.zip>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

REIS, José Ribamar Sousa dos. São João em São Luís: o maior atrativo turístico-cultural do Maranhão. São Luís: Aquarela, 2003.

SALIM, Cezar Simões; Silva, Nelson Caldas. **Introdução ao empreendedorismo**: despertando a atitude empreendedora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. **História, ensino e patrimônio**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin. 2008. (Coleção Escola; 4).

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SÃO LUÍS. **Ilha do Maranhão e Alcântara**: guia de arquitetura e paisagem = San Luís Isla de Maranón y Alcântara: guía de arquitectura y paisaje. Ed. Blingüe. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección Genaral de Arquitectura y Vivienda. 2008.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **A Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução Maria Sílvia Possas. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os economistas).

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: Petrópolis: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e et al. O bolsa-família nos Estados do Maranhão e Piauí: caracterização sócio-econômica dos Estados e Municípios selecionados e situação do

Programa. .In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Bolsa-família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí**. São Paulo: Cortez; Teresina; UFPI, 2008. p. 59-103.

SILVA, José Afonso da. **Ordenação constitucional da cultura**. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e proteção jurídica**. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1997.

SOUZA, Sheila de ; HOELTGEBAUM, Marianne; PERFEITO, Juarez. O ensino de empreendedorismo dos programas de graduação em administração no estado de Santa Catarina. Disponível em <www.proxy.furb.br/ojs/index.php/dynamis/article.../644/569>. Acesso em: 24 maio. 2010.

STARTA – Empreendedorismo e Inovação. Pedagogia empreendedora. Sobre a metodologia. Disponível em: <<http://www.starta.com.br/#pedagogia>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

STAL, Eva (Coord.). **Inovação: como vencer esse desafio empresarial**. São Paulo: Clio Editora, 2006.

STIGLITZ, Joseph E. **Globalização: Tradução Pedro Maia Soares**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. De falácias e de cultura. **Revista de Administração Pública, RAP**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, p. 7-17, jul./ago. 2001. Disponível em http://www.ebape.fgv.br/academico/asp/dsp_rap_artigos.asp?cd_edi=11. Acesso em: 15 ago. 2009.

TOMASELLO, Michael. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção tópicos).

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TYLOR, Edward Burnett. A ciência da cultura. In: CASTRO, Celso (Org.). **Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 69-99.

UNESCO. **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, Antônio. **Os sermões**. Belo Horizonte: CEDIC, 2005.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

WOOLDRIDGE, Adrian. Heróis globais. In: **Carta Capital**, São Paulo, v. 15, n. 539, 2009. Caderno Especial: The Economist.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Questionário da Pesquisa

Questionário de Pesquisa

- **Não precisa se identificar.**

1) O que você entende por cultura? _____

2) Para você o que é um patrimônio cultural? _____

3) Você sabe a diferença entre patrimônio cultural material e imaterial?

Sim() Não (). Se marcou sim, dê exemplo(s): _____

4) Para você o conhecimento técnico dos mestres artesãos relativo à construção de barcos de madeira deve ser preservado como um patrimônio cultural imaterial do povo maranhense?

Sim () Não (). Por quê? _____

5) O que motivou você a fazer o Curso de Construção Naval ministrado pelo Estaleiro Escola?

6) O que o CVT – Estaleiro Escola significa para você? _____

7) O Curso de Construção Naval está atendendo a suas expectativas? É o que você esperava?

Sim () Não () Por quê? _____

8) Marque abaixo a alternativa que corresponde ao seu atual grau de **motivação** em relação ao Curso? Baixo () Médio () Alto ()

9) Quais as deficiências do Curso de Construção Naval do Estaleiro-Escola?

10) A disciplina Empreendedorismo que foi ministrada no Curso de Construção Naval pode ajudar na sua vida profissional?

Sim() Não () Como? _____

11) Existe mercado de trabalho para você exercer sua profissão de construtor e / ou reparador de barcos de madeira em São Luís e no interior do Maranhão?

Sim () Não ().

12) No seu entendimento, quais dificuldades você enfrentará no mercado de trabalho?

OBRIGADO

APÊNDICE B- Roteiro de entrevistas

Ponto 1 – Como o senhor aprendeu sua profissão?

Ponto 2 – O senhor gosta de trabalhar com embarcações?

Ponto 3 – O trabalho do Estaleiro-Escola é importante para preservação dos conhecimentos dos mestres artesãos?

Ponto 4 – As profissões ligadas às atividades de construção de embarcações, da pesca e do transporte de passageiros e de carga propiciam ganhos para atender às suas necessidades?

Ponto 5 – Qual a realidade atual do mercado de construção de embarcações no Maranhão?

Ponto 6 – No seu entendimento os jovens têm interesse pelas profissões ligadas à construção de embarcações?

Ponto 7 – O IBAMA dificulta a aquisição de madeira para uso na construção de embarcações?

Ponto 8 – Como o senhor vê o uso da fibra de vidro na construção das embarcações maranhenses?

Ponto 9 – O senhor tem conhecimento de linhas de crédito para aquisição de embarcações, bem como para manutenção dos barcos?

Ponto 10 – Qual a importância da construção naval e qual é o papel das embarcações para as comunidades que dependem das atividades ligadas a esse setor?

Ponto 11 – Críticas dos entrevistados relativas ao Estaleiro- Escola.

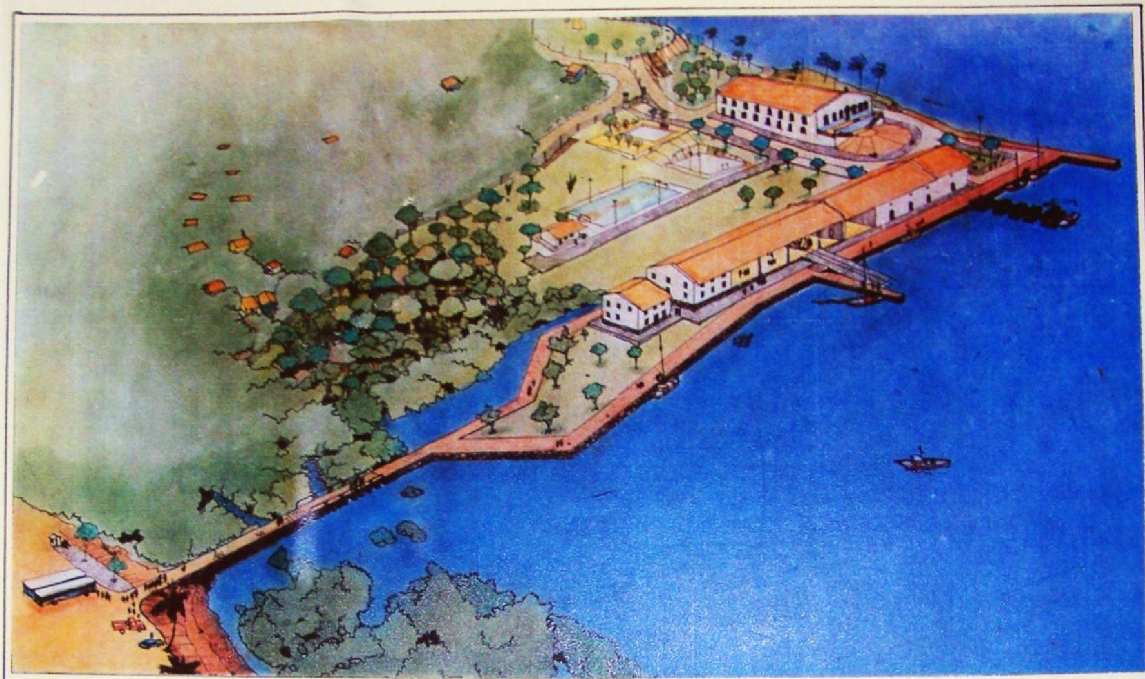
Ponto 12 – Percepção dos entrevistados quanto à assistência dos poderes públicos ao CVT Estaleiro-Escola.

Ponto 13 – Críticas à falta de assistência do governo ao setor de embarcações e pesca.

Ponto 14 – Sugestões para melhorar o trabalho desenvolvido pelo Estaleiro-Escola.

APÊNDICE C – Primeira versão do Projeto Estaleiro-Escola (1990)

PRODETUR/MARANHÃO



PROJETO SÍTIO TAMANCÃO ESTALEIRO ESCOLA DE SÃO LUÍS

São Luís - Agosto/97

Fotografia da Ilustração de Érico Junqueira Ayres.

APÊNDICE D – Fotografias do CVT Estaleiro-Escola



Foto 1 – CVT Estaleiro-Escola.



Foto 2 – Fachada do Setor Museográfico do CVT Estaleiro-Escola.



Foto 3 – Painel da planta baixa do CVT Estaleiro-Escola.



Foto 4 – Elementos técnicos do CVT Estaleiro-Escola.

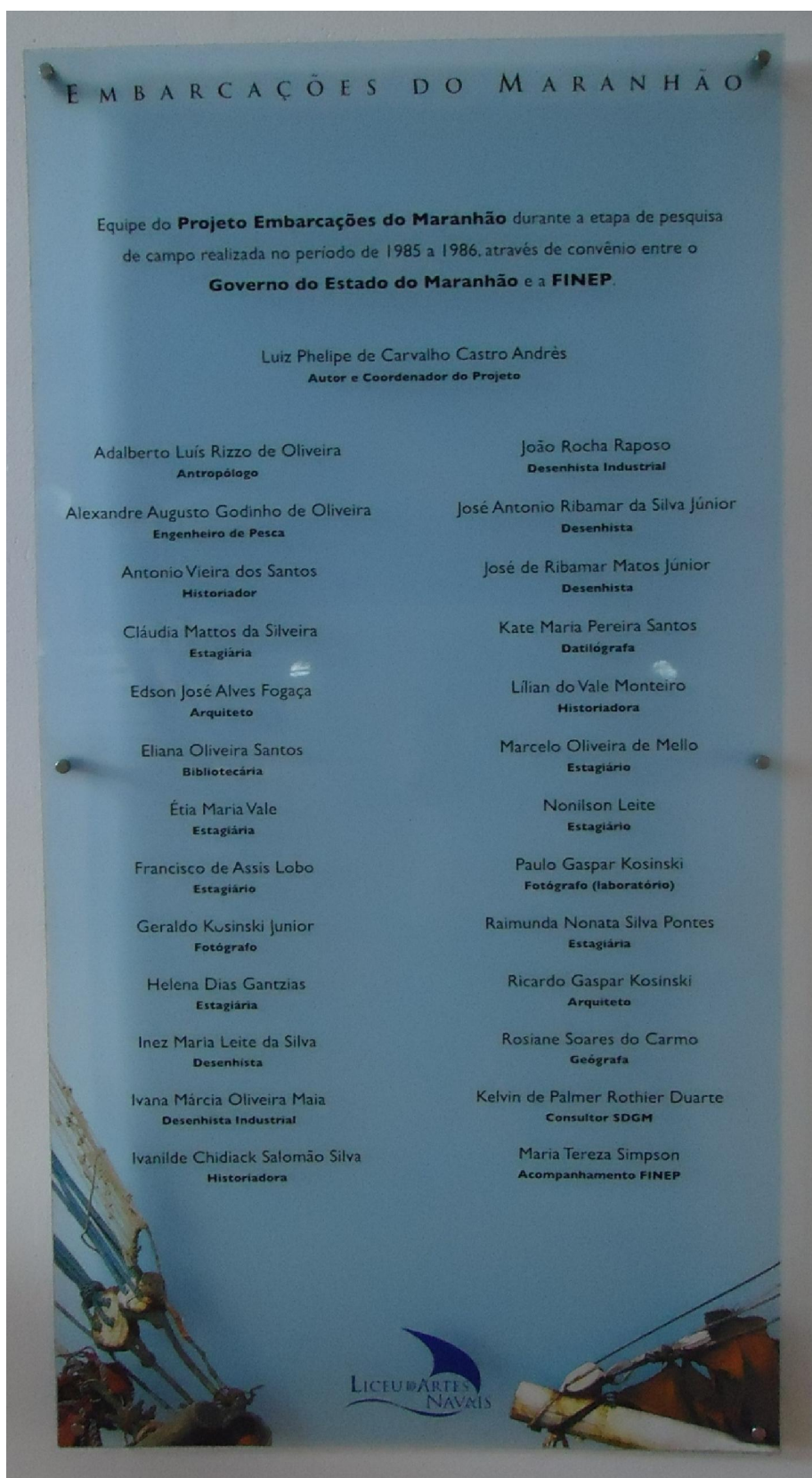


Foto 5 – Painel da equipe de profissionais participantes do Projeto Embarcações do Maranhão

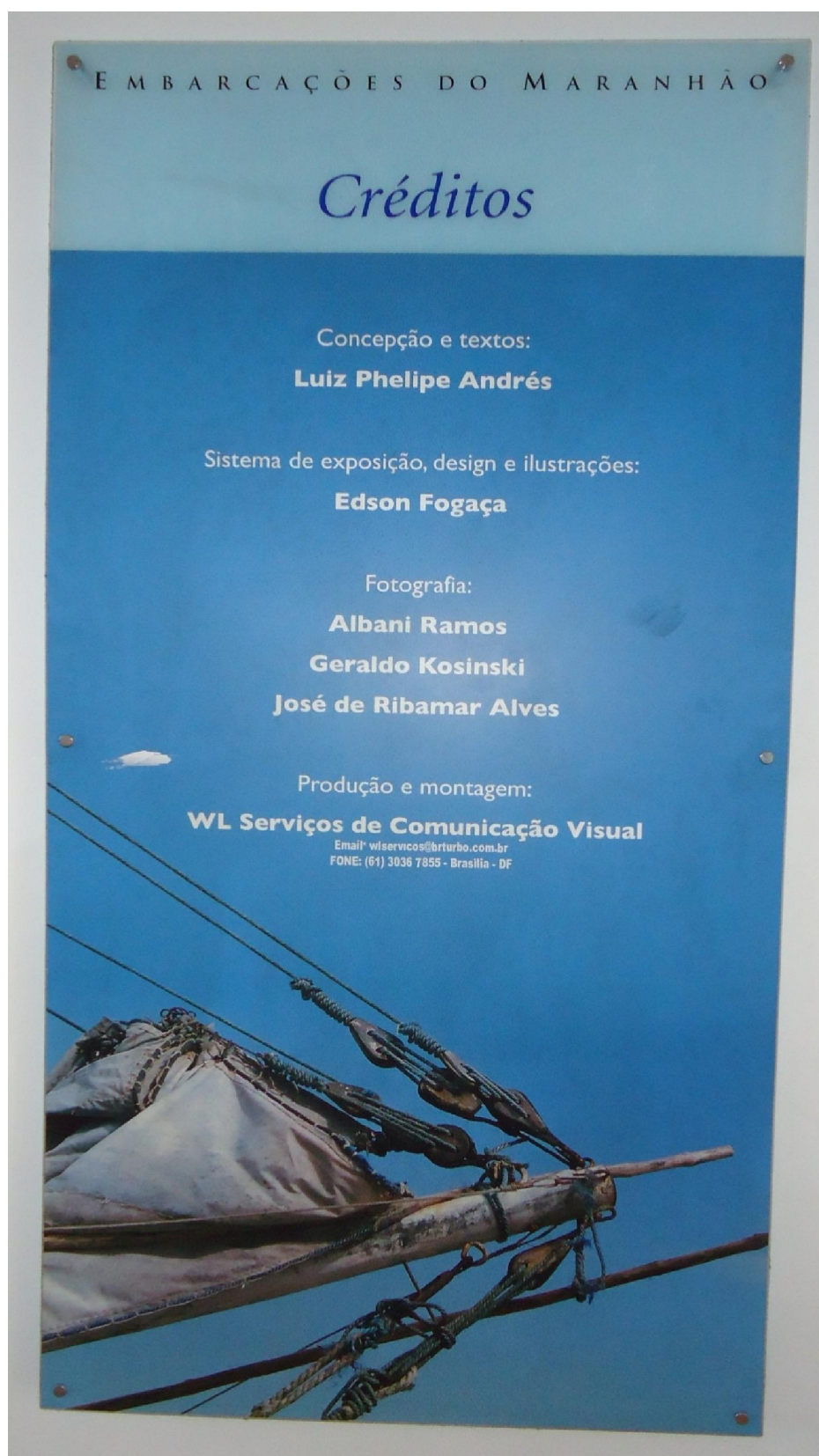


Foto 6 – Créditos da equipe elaboradora dos Painéis do CVT Estaleiro-Escola.



Foto 7 – Museográfico do CVT Estaleiro-Escola.



Foto 8 – Museográfico do CVT Estaleiro-Escola. Espaço de modelismo naval.



Foto 9 – Estaleiro de embarcações arsenais.



Foto 10 – Museográfico do Estaleiro-Escola – Mostruário de ferramentas tradicionais



Foto 11 – Museográfico do CVT Estaleiro-Escola. Espaço de modelismo naval.



Foto 12 – Museográfico do CVT Estaleiro-Escola. Festejos maranhenses.



Foto 13 – Diretor do CVT Estaleiro-Escola, Luiz Phelipe Andrès, com representantes do IPHAN. Maio/2010.



Foto 14 – Placa em homenagem ao navegador Amyr Klink – Biblioteca do CVT Estaleiro-Escola.



Foto 15 – Acervo da Biblioteca Amyr Klink – CVT Estaleiro-Escola.



Foto 16 – Auditório e sala de videoconferência do CVT Estaleiro-Escola.



Foto 17 – Auditório e sala de videoconferência do CVT Estaleiro-Escola. Painéis em homenagem aos mestres artesãos.



Foto 18 – Oficina de modelismo naval do CVT Estaleiro-Escola.



Foto 19 – Alunos do Curso de Construção Naval do CVT Estaleiro-Escola. Aula de Desenho nas instalações do prédio do Curso de Arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão.



Foto 20 – Vista geral do CVT Estaleiro-Escola.



Foto 21 – Mestre Otavionilson Nogueira dos Santos ministrando aula de carpintaria naval no CVT Estaleiro-Escola.

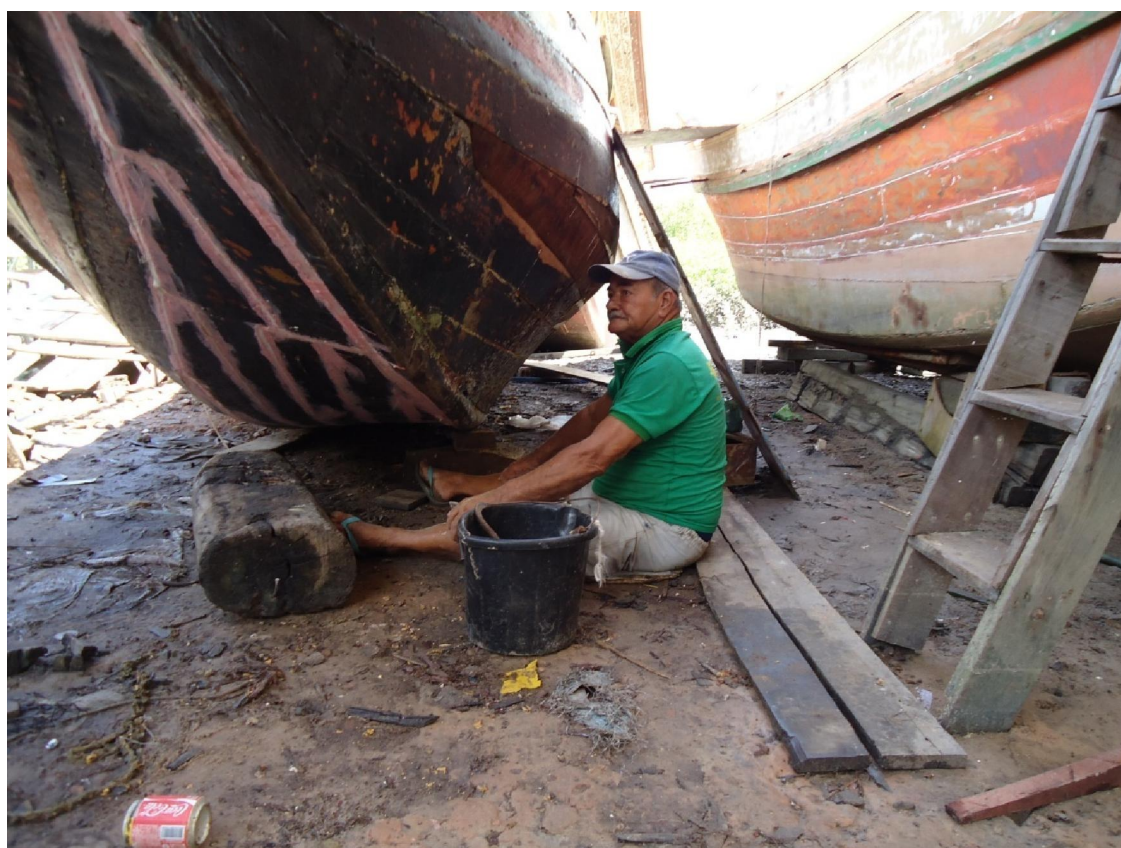


Foto 22 – Mestre José de Jesus Pereira Castro, do Estaleiro Alencar, da cidade de São José de Ribamar.



Foto 23 – Estaleiro típico do Maranhão



Foto 24 – Embarcação, em reforma, no CVT Estaleiro-Escola.



Foto 25 – Embarcação, em construção, no CVT Estaleiro-Escola.



Foto 26 – Estaleiro típico do Maranhão



Foto 27 – Embarcação Estandarte, recuperada pelo CVT Estaleiro-Escola. Auditório itinerante



Foto 28 – Embarcações no Cais da Praia Grande. São Luís-MA

ANEXOS

ANEXO A - Mapa da Ilha de São Luís



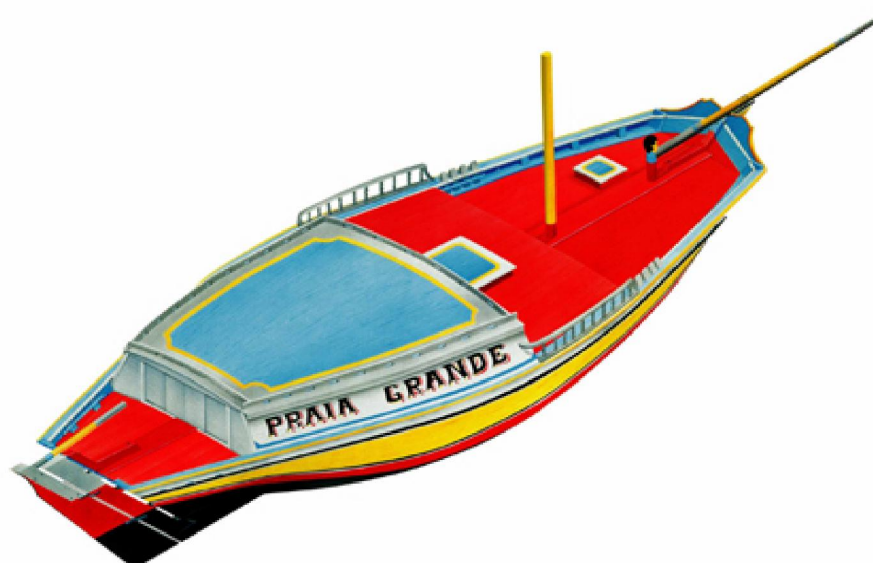
Fonte: Guia do Maranhão

ANEXO B – Painéis do Museográfico do CVT Estaleiro-Escola

E M B A R C A Ç Õ E S D O M A R A N H ã O

canoa costeira (cúter)

Pelas proporções harmoniosas de suas linhas e o colorido do casco e das velas, é das mais lindas das embarcações do litoral maranhense. Uma característica importante das costeiras é a proa em espelho de formato aproximadamente triangular, denominada popularmente como "proa de chinelo" ou "proa chata".



A decoração do casco com faixas coloridas é uma de suas características



Aparelho vélico, com seus panos tingidos à base de corantes naturais



Fonte: CVT Estaleiro-Escola.

Fotografia cedida pelo Diretor do CVT Estaleiro-Escola, Luiz Phelipe.

E M B A R C A Ç Õ E S D O M A R A N H ã O

biana

Originária das canoas de quilhas do Ceará, este modelo migrou através do litoral, passando pelo delta do Parnaíba, pela região de Tutóia, até chegar em Barreirinhas entrando pelo rio Preguiças. Na década de 40, através de mestre Saturnino Dias, seu uso foi intensamente difundido no Maranhão.

Seu discípulo, mestre Jonas, trouxe uma das primeiras "bianas" para São José de Ribamar, na ilha de São Luís e hoje esta é uma das embarcações mais utilizadas na região, por ser de construção simplificada e apresentar um bom desempenho nas operações de pesca artesanal próximas da costa.



A biana é uma das embarcações mais utilizadas pela comunidade de pescadores da praia da Raposa, na ilha de São Luís (à esquerda). Chegada das bianas na praia do Barbosa, São José de Ribamar (à direita).



Fonte: CVT Estaleiro-Escola.

Fotografia cedida pelo Diretor do CVT Estaleiro-Escola, Luiz Phelipe.

E M B A R C A Ç Õ E S D O M A R A N H ã O

iate

É a maior embarcação construída no Maranhão. A forma do seu casco lembra a do bote, em maiores dimensões. Devido ao custo de construção, e ao fato de ser mais utilizada para o transporte de passageiros, ocorre com menos frequência que os outros modelos. Sua construção está limitada a estaleiros que se localizam na região da Baixada Ocidental maranhense, mais especificamente no município de Cururupu e em Bragança, município paraense próximo à fronteira com o Maranhão. Seguindo a tradição náutica oficial, o iate do Maranhão e Pará é embarcação armada com dois mastros e duas velas latinas quadrangulares e gurupês com bujarrona e vela de estai.



vista lateral



plano de batente



plano de alto



plano de perfil de riga



Newton Belo e Mensagem da Fé, iates utilizados na travessia da baía de São Marcos, entre São Luís e Alcântara.



Fonte: CVT Estaleiro-Escola.

Fotografia cedida pelo Diretor do CVT Estaleiro-Escola, Luiz Phelipe.